

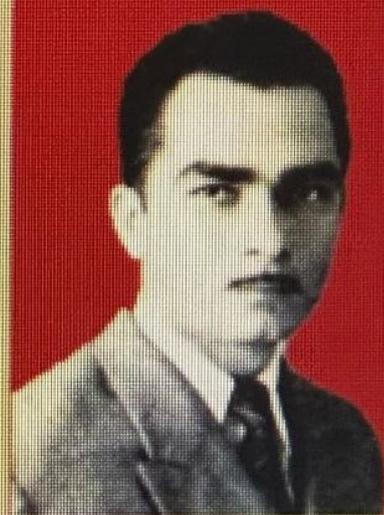
CARTAS DE UM MORTO



Manoel Ferreira Lira

"Se o ponto final dessa verdadeira tragédia for, como tudo indica, minha eliminação pessoal, desejo, apenas, que minha família sofra com resignação e cuide de meus três filhinhos, a fim de que, mais tarde eles possam fazer, por Alagoas e pelo Brasil, o que não me foi possível realizar."

(CARTA TESTAMENTO,
de autoria do deputado
José Marques da Silva)



Manoel Ferreira Lira

Capa, projeto gráfico e diagramação: José Adnael Silva

**CARTAS DE
UM MORTO**

Maceió 2025

Índice

O Autor _____	7
Agradecimentos _____	9
Apresentação _____	11
Uma explicação _____	13
Antes de tudo _____	15
Prólogo _____	17
A vida _____	19
Arapiraca _____	21
Genealogia de Manoel André Correia dos Santos _____	23
Cronologia depois da Emancipação _____	27
Antes da tragédia _____	33
A carta libelo _____	39
A teimosia _____	47
Morte anunciada _____	49
Floro Novaes _____	53
Tiros e Morte _____	55
Últimos passos _____	57
Carta a Pedro Soares Vieira _____	65

Que amigos! _____	67
Os colegas deputados _____	69
Presidente Juscelino Kubitschek _____	71
Atitude do TJ/AL _____	73
Repercussão na Câmara dos Deputados _____	77
Repercussão no Senado Federal _____	79
Repercussão na UNE _____	115
A imprensa _____	117
Homenagem ao Deputado Marques da Silva _____	125
Os denunciados _____	127
Absolvidos _____	131
As fotos do fato _____	133
Referências _____	148

O autor

Manoel Ferreira Lira) - Nasceu na Vila do Mocambo (hoje Feira Grande), Alagoas, quando esta pertencia ao município de Arapiraca, em 26/12/1946. Fez o antigo primário (3a. e 4a. séries) no Instituto São Luís, em Arapiraca (1957/1958), que tinha como fundadores e diretores os professores Pedro de França Reis e Manoel de Oliveira Barbosa. De 1959/1962, estudou as quatro séries no antigo Ginásio Nossa Senhora do Bom Conselho, dirigido por José Moacir Teófilo,



também em Arapiraca, de onde saiu para estudar o científico no Colégio Estadual da Bahia (Central), em Salvador, Bahia, de 1963/1965.

Concluiu, em 1968, o curso de Jornalismo na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal da Bahia. Já em Arapiraca, Alagoas, entre 1971/1973, concluiu o curso de Estudos Sociais na Faculdade de Formação de Professores do 1o. Grau da Fundação Educacional do Agreste Alagoano, hoje Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). Entre os anos de 1977/1981, estudou e concluiu o curso de Bacharel em Direito na Faculdade de Direito de Maceió (FADIMA), pertencente ao Centro de Estudos Superiores de Maceió – CESMAC.

É servidor aposentado, por invalidez, da Assembléia Legislativa do Estado de Alagoas, onde ingressou em 15 de janeiro de 1976. Antes, de 1970/1973, foi Secretário de Educação da Prefeitura Municipal de Arapiraca (1971/1972), além de professor, de 1970/1975, de História, no Colégio (antigo Ginásio) Nossa Senhora do Bom Conselho de Arapiraca.

Como jornalista, exerceu a profissão em Salvador, Bahia, na **Rádio Cruzeiro, Rádio Bahia e Rádio Cultura da Bahia** (em todas como repórter-redator). Foi repórter do **Jornal da Bahia**, de 1968/1969. Em Alagoas, foi repórter da **Folha de Arapiraca**, editor geral do **Jornal do**

Agreste, de Arapiraca. Em Maceió, foi repórter do **Jornal de Alagoas** (1975), editor geral de **O Diário** (1991/1992), cujo proprietário era o jornalista Nilton Oliveira. Foi editorialista de o **EXTRA**, semanário de Maceió, Alagoas.

Autor dos livros **CRIMES POLÍTICOS - PISTOLAGEM EM ARAPIRACA** em E-PUB, Editora Amazon, 2014), **MEMÓRIAS DE UM QUASE COMUNISTA** (E-PUB, Editora Saraiva, 2013), **OS LIRA (MOCAMBO/ALAGOAS)** - Editora Performance, 2023, **ANJOS ASSASSINADOS**, Editora Performance, 2024 e coautor, junto com os jornalistas Eli Mário Magalhães Moraes e Roberto Baía de Araújo, do livro **ARAPIRACA - MEMÓRIA VIVA - 100 Anos de História**, editora Graciliano Ramos, 2024.

Agradecimentos

À minha família, Ana (esposa), William,
Andréa, Ana Karlla (filhos) e Maylla, Igor,
Maria Luísa (Malu) e Manoel (netos),
o porquê de minha vida;

e

Aos semanários JORNAL DE ARAPIRACA
e JORNAL DO INTERIOR, com seus edito-
res Eli Mário Magalhães Moraes e Roberto
Baía de Barros, pelas amizades e espaço que
sempre me concederam.

Apresentação

O fenômeno criminológico sempre foi objeto de estudo para compreender o seu processo de concretude. No propósito de compreender o crime, variáveis diversas foram observadas pelos pesquisadores: registre-se o estudo do próprio homem a partir de fatores interiores. A existência de fatores externos a influenciar a prática de condutas delitivas destaca-se, neste cenário, a título ilustrativo – *na ausência ou ineficiência do estado na efetividade de políticas públicas dirigidas ao homem-cidadão e na ineficiência estatal no combate à criminalidade*.

O processo de pacificação social exige o exercício do poder-dever de punir do estado sujeito à limitação pelo direito e concretizada pelo processo. O direito, portanto, apresenta-se como o limite das relações humanas submetidas ao ente abstrato Estado.

Neste cenário, ao Estado incumbe, para conviver com o fenômeno criminológico, a implantação, na área de segurança pública, de ações preventivas e repressivas para manter o fenômeno em bases aceitáveis. Ao se registrarem as ações estatais nas modalidades preventivas e repressivas, deseja-se destacar a efetividade das políticas públicas declaradas na Ordem Constitucional (educação, saúde, transporte, infraestrutura, segurança, trabalho, cultura, lazer e assistência social) e uma atuação eficaz dos Órgãos Estatais responsáveis pela Justiça Criminal no Brasil (Polícia, Ministério Público e o Poder Judiciário).

Estas observações introdutórias e objetivas visam tão somente destacar que historicamente o Estado negligencia as suas ações na concretude das diversas políticas públicas. Não fosse esta ação omissiva do Estado, o município de Arapiraca não figuraria como cenário de vários crimes de mando, a fim de permitir a manutenção do poder político de famílias tradicionais. O autor, comprometido com o resgate da história do município que mais cresce no Brasil e decerto refletindo sobre os erros do passado, propicia aos leitores a compreensão do processo político para o exercício do poder entrelaçado com o fenômeno criminológico. No campo de observação do autor, constata-se a omissão do Estado em enfrentar as mortes já anunciadas e propagadas. Esta omissão figura como premissa para concretude dos crimes e manutenção do poder político. Refletir sobre episódios que envergonham a história política de nosso Estado, no município de Arapiraca, a partir da

reflexão crítica do autor, implica em melhor compreender o papel dos governantes no exercício do poder político que lhe é conferido pelo voto popular. Ao tempo em que exige da comunidade o início de um processo de conscientização coletiva, com a finalidade de que este exija do Estado a implantação de seus direitos.

Não se admitiria recepcionar as ações omissivas do Estado constatadas pelo autor naquele momento histórico, como também não é de se admitir, no presente, a manutenção do status quo sob pena de se perpetuar a presença do crime de mando para o exercício do poder político.

Impositiva a leitura deste trabalho, pois a observação do autor nos conduz a uma reflexão quanto à existência, nos nossos dias, dos mesmos fatores que conduziram aquela sociedade à nefasta prática do crime de mando, com o fim de manter ou obter o político.

Lean Antônio Ferreira de Araújo

Procurador de Justiça de Alagoas

Uma explicação

A vida política do deputado Marques da Silva pode ser contada através da escrita, isto é, da linguagem escrita como telegramas, discurso em sessão da Assembléia Legislativa, em carta libelo ao diretório nacional da União Democrática Nacional, que tinha como presidente o mineiro Milton Campos; ou mesmo, carta inacabada ao compadre e amigo Pedro Vieira (o Pedrito), primo de sua mulher.

De quaisquer das formas, nota-se que gostava de escrever. Aliás, inúmeras cartas são guardadas com amor por sua mulher Maria Feitosa Vieira, que depois do casamento, passou a assinar Maria Vieira Marques da Silva. Em longa dissertação ao programa *Raízes de Arapiraca*, disse ela que recebia cartas quase que diariamente. Ela, já farmacêutica (tinha estudado e se formado em Salvador, Bahia), ele, terminando os estudos de medicina, na mesma faculdade.

Nos telegramas, principalmente aos deputados federais de seu partido, a UDN, Marques da Silva comunicou o trucidamento do correligionário Benício Alves de Oliveira, vereador por Arapiraca, cujos assassinos nunca foram condenados. Ou, juntamente com o presidente de seu partido em Alagoas e, também, presidente da Assembléia Legislativa, deputado Mário Guimarães, ao presidente nacional da União Democrática Nacional, Milton Campos. Ou, através de discursos no plenário da Assembléia Legislativa. Num desses discursos, cobrando do governador do Estado, Muniz Falcão, a retirada de um delegado de polícia de Arapiraca, que trouxe um pouco de paz àquela terra conturbada pela política intransigente entre udenistas e pessedistas, *cabanos e caras-pretas*.

Gostava de se comunicar. A saber uma carta inacabada dirigida a seu compadre, encontrada no bolso da camisa molhada de seu sangue, no dia do assassinato.

Seus correligionários e amigos também se expressaram muito por discursos, a saber os deputados Segismundo Andrade, Oceano Carleal, Armando Lages, José Affonso de Mello; ou os senadores Rui Palmeira, Ezechias da Rocha e Freitas Cavalcante.

Neste trabalho, uma tentativa de contar os fatos ocorridos na política arapiraquense, nos idos de 54/55/56/57, através da escrita:

discursos, cartas, telegramas, ofícios – estes do Tribunal de Justiça de Alagoas ao governador Muniz Falcão, e vice-versa.

Está aqui, também, o discurso de deputado Afonso Arinos, no dia 8 de fevereiro de 1957, um dia após a morte do deputado alagoano, e que era líder do bloco da oposição, ao presidente Juscelino Kubitschek, cobrando providências sobre os fatos tristes ocorridos em Arapiraca.

Há, outrossim, um poema de autor anônimo, escrito ainda no momento de dor e distribuído no dia do enterro do deputado, realizado no cemitério da Piedade, em Maceió.

Antes de tudo

A comunicação entre os seres humanos existe desde os primórdios, quando o *homo sapiens* interagiu uns com os outros. As pinturas rupestres encontradas em muitos sítios muito afora é uma prova cabal desta interação: primeiro, por desenhos toscos de animais (outros seres vivos) feitos em cavernas ou áreas onde pudessem ser vistas por outrem (um simples exemplo: perto de Arapiraca, na serra das Mãos – nome sugestivo – há uma enorme pedra onde são vistas claramente duas mãos, uma ao lado da outra. Ali, muitos crédulos acreditavam (ou ainda há os que acreditam?) que dentro desta pedra há um bezerro de ouro e as mãos estão postas a indicar o tesouro.

Verdade? História ou estória?

Nestes escritos, o autor não pode, não quer mostrar-se incrédulo. Simplesmente que exemplificar uma comunicação que houve, e ainda há, entre humanos (um humano deixou uma comunicação para outros).

Essa comunicação nada mais é que uma forma do ser humano trocar, ou dar, informações com outros da mesma espécie.

Daí para frente, centenas ou milhares de anos, houve uma evolução contínua até que se chegou a linguagem, à escrita.

Um pulo na vida. E na história.

Década de 50, mais precisamente, em sua segunda metade. Alagoas conhecia alguns meios de comunicação: a escrita através da carta, do bilhete, do telegrama (uso de código Morse), do discurso, e tantas outras formas:

A *carta*, meio de comunicação individual, sempre era entre dois indivíduos, um colóquio entre dois seres pensantes que se encontravam distantes entre si. Uma carta se apresentava como uma “conversa” íntima.

O *bilhete* era uma carta sintetizada, compelida no escrito e na informação. Era uma comunicação mais íntima, entre remetente e destinatário

O *discurso*, escrito ou oral, feito de um para outros seres (ao mesmo tempo), ouvintes ou não, lido ou não. É uma enunciação, um pronunciamento. Quase sempre feito por políticos, das tribunas.

Estas três formas de comunicação são apresentadas aqui como meios usados por diversos seres para tratar um fato histórico ocorrido

nos idos de 1957, um pouco antes e um pouco depois, que abalou a política alagoana, até mesmo a brasileira.

A história que é contada abalou do simples ser humano até o presidente da República, Juscelino Kubtschek, durante seu governo. Para isto, necessário e imperioso foi o uso do rádio, dos jornais e revistas (locais e nacionais), as tribunas da Assembléia Legislativa de Alagoas, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Os rádios divulgaram os fatos; os jornais e revistas enviaram seus repórteres e redatores; a Assembléia de Alagoas, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, através das tribunas, escancaram a tragédia e o estado de coisa por que passava Alagoas.

A estes meios de comunicação junte-se o hoje *Correios*, que no Brasil sempre pertenceu ao estado, que envolvia envio de cartas, telegramas, documentos entre remetentes e destinatários, isto é, entre seres humanos. O telégrafo, ainda com fio, era um exemplo de rapidez para a época.

Em Alagoas, o estado, incipiente nas comunicações, se refletia em uma emissora de rádio, a *Difusora de Alagoas*, órgão estadual, fundada em 1948 pelo governador Silvestre Péricles, e serviços de alto-falantes em alguns municípios; jornais, o *Jornal de Alagoas* (surgido em 1939), *Gazeta de Alagoas*, fundada em 1934.

Os fatos aqui compelidos espelham a vida política de Alagoas, principalmente entre políticos, que se engalinhavam em siglas partidárias, numa tentativa de poder conquistador sobre o povo – um simples detalhe.

A história política de Arapiraca sai da área territorial do município e, através da carta-testamento entregue pelo deputado José Marques da Silva ao presidente nacional da União Democrática Brasileira (UDN), partido a qual pertencia, diretamente na sede no Rio de Janeiro (Distrito Federal à época), para conhecimento da nação. Conta ele, pormenorizado, o caminho que adversários políticos tramam para sua morte – dando nomes, um por um.

Na carta, datada de 4 de dezembro de 1956, o político anteviu seu assassinato em 7 de fevereiro de 1957: indicou mandantes.

Outra carta, ainda incompleta, estava no bolso esquerdo de sua camisa branca. Seria endereçada a um compadre seu, Pedro Soares Vieira, do município de Pão de Açúcar (e primo de sua esposa). Não teve oportunidade de terminá-la. Estava ao lado do peito esquerdo, quando recebeu os tiros pelas costas. O meio de comunicação não se completou (a carta não foi terminada, nem foi remetida ao destinatário).

Prólogo

Durante todo o processo deste livro o autor preocupou-se em não tomar partido entre assassinos e assassinado, entre uns e outro, nem ideológica nem partidariamente. Houve a preocupação de se levantar fatos escritos por diversas personagens que habitaram o cotidiano dos anos 56/57 em Alagoas. Seja através de telegramas, cartas, requerimentos, discursos, indicações parlamentares, editoriais e reportagens de jornais, ou até mesmo por intermédio de ofícios, a comunicação sempre foi a forma final entre adversários e amigos políticos.

Deputados falaram através de telegramas, discursos, oratória; o Tribunal de Justiça de Alagoas e o governador Muniz Falcão por intermédio de ofícios; senadores, por discursos; a Mesa da Assembléia Legislativa de Alagoas por intermédio de telegrama; o presidente da República, Juscelino Kubitschek, também por telegrama. O deputado mais votado de Alagoas, Marques da Silva, além da oratória no parlamento estadual, por cartas e discursos.

Aqui, estão a “carta testamento”, em que se dirigiu ao Diretório Nacional da União Democrática Nacional - UDN, cujo presidente era o político mineiro Milton Campos, e uma carta inacabada, datada de 7 de fevereiro, dia do assassinato, encontrada no bolso de sua camisa, endereçada ao seu compadre Pedrito (Pedro Vieira, de Pão de Açúcar). Esta carta está escrita em papel de bloco de receita médica, onde o deputado diz ser médico clínico com especialidades em olhos, nariz, garganta.

Foram pesquisados os jornais Gazeta de Alagoas, Jornal de Alagoas, Correio da Manhã (Rio de Janeiro), O Globo (Rio de Janeiro), revistas de circulação nacional, como Maquis, O Cruzeiro, Manchete, e, principalmente, arquivos da Assembléia Legislativa de Alagoas e do Senado Federal.

O autor procurou, na medida do possível, colocar todo esse material na ordem dos acontecimentos.

A vida

José Marques da Silva nasceu em 12 de fevereiro de 1924, na localidade de Canudos (hoje cidade de Belém, em Alagoas). Filho do fazendeiro e agropecuarista Alcino Marques da Silva e da professora Josina Marques da Silva. Tinha mais dois irmãos: Otacília Marques da Silva e Valdemar Marques da Silva.

Após concluir o curso primário no distrito de Canudos, Marques da Silva foi estudar em Palmeira dos Índios, fazendo o exame de admissão e todo o antigo ginásio (hoje colegial) em Maceió, estudando no Colégio Diocesano. A Faculdade de Medicina cursou em Salvador, Bahia.

Fez residência médica em São Paulo nos anos 51/52. Concluído o curso, por intermédio do amigo Rui Palmeira, seu aliado e mentor político, veio para Arapiraca, em 14 de fevereiro de 1952. Nunca perdeu contatos com sua terra de origem. Um altruísta, era normal clinicar, sem, contudo, nada cobrar das pessoas pobres, amigas ou não, moradores e agricultores das terras de seus pais.

Antes de se casar, o médico Marques da Silva morava no Hotel Meridional, pertencente a Carmelita Motta, situado na avenida Rio Branco, Arapiraca.

Casou-se com Maria Feitosa Soares Vieira, filha do ex-prefeito de Pão de Açúcar, Alagoas, Mário Soares Vieira e de dona Maria Feitosa Vieira, em 31 de maio de 1952. O casamento religioso foi realizado em Pão de Açúcar e o civil, em Arapiraca, pelo juiz Edgar Machado. Do matrimônio, nasceram os filhos Mário Alcino (27/05/1953), Cléber (18/04/1955) e Eberth (26/07/1956).

Uma das virtudes de Marques da Silva era a dedicação e respeito a todas as pessoas, independente da sua condição social ou econômica. Sempre que solicitado, atendia aos clientes em suas residências por mais distantes e humildes que fossem, e, na maioria das vezes, doava os medicamentos quando os pacientes não tinham condições.

A vida política de Marques da Silva iniciou-se já em 1948, ainda quando cursava o terceiro ano de Medicina, convidado que foi para ser candidato a deputado estadual pelo senador Rui Palmeiras. Não obteve êxitos nessa primeira investida política. Voltou a sair candidato em 1954, e, aí sim, foi vitorioso com 3.760 votos, mais da metade dos

votos de Arapiraca, quando votaram 7.400 eleitores - havia sido indicado candidato pelo presidente local da UDN, vereador José Lúcio de Melo, cujas eleições aconteceram em 03 de outubro de 1954, tendo sido o deputado mais votado do Estado. Seu coeficiente eleitoral deu para eleger mais dois deputados.

Facilmente, o nome do deputado Marques da Silva foi aceito pela população, o que, certamente, causaria desagrado a outro deputado arapiraquense, Claudenor de Albuquerque Lima, eleito pelo Partido Social Democrático - PSD. Daí para uma rixa, onde se disputava voto a voto no estado, numa eleição democrática, foi motivo para todo tipo de intrigas.

Arapiraca

Tudo começou nos idos de 1848. Manoel André Correia dos Santos, casado com Maria Isabel da Silva Valente, filha de Amaro da Silva Valente de Macedo, após receber como dote de matrimônio terras adquiridas por seu sogro (fazendeiro de Cacimbinhas/AL) na região de Limoeiro de Anadia (adquiridas do coronel Cangandu), construiu, à sombra da árvore de Arapiraca, uma cabana de madeira coberta com cascas de angico, onde passou os primeiros dias.

Com a construção desta cabana e a chegada de parentes -concuñhados (José Veríssimo dos Santos, que chegou em 1858 e se instalou no lugar conhecido como Cacimbas), cunhado (Manoel Cupertino de Albuquerque, em 1859, casado com sua irmã, e que se instalou na localidade conhecida como Baixão), Arapiraca foi se expandindo. Em 1860, chega às terras Terezinha Nunes Magalhães (viúva de José Nunes Pereira de Magalhães e que vinha da região de Campos de Anadia): vem com os filhos Domingos Nunes Barbosa, Estevão Nunes Barbosa e Manoel Nunes Barbosa (o primeiro instalou-se na região de Canafístula). A partir de 1861, chegaram José Ferreira de Macedo,

Manoel Ferreira de Macedo (cunhados de Manoel André) e o sobrinho Pedro Cavalcante de Albuquerque, filho de Joana da Silva Valente e Manoel Cavalcante de Albuquerque; os primeiros se instalaram na Serra dos Ferreira e Pedro Cavalcante nos Caititus. Em seguida, chegaram os irmãos de Manoel André: Manoel Eugênio, André Correia e José Sotero, que se estabeleceram no Sítio Mangabeira.

Segundo os historiadores, principalmente Zezito Guedes, em pouco tempo formou-se um próspero sítio e, em 1865, quando Manoel André construiu uma capela, já havia um arruado de casas de taipa de duas águas, formando um quadro.

“Estes foram os primeiros povoadores, cujas famílias cresceram e multiplicaram-se, entrelaçando-se (não havia gente de fora) e formando esta imensa árvore genealógica através do tempo.

“Assim, alguns remanescentes de Manoel André como os filhos de Maria Rosa Correia dos Santos e Lúcio Roberto da Silva, passaram

a usar o sobrenome Lúcio; os filhos de José Veríssimo dos Santos foram assim registrados: Manoel Antonio Pereira de Magalhães, Antonio Leite da Silva, Esperidião Rodrigues da Silva, José Nunes de Magalhães, Joana Umbelina de Magalhães, entre outros.

“O tronco de Manoel André tem, pois, os seguintes ramos: Correia, Lúcio, Inácio, Vicente, Fausto, Umbelina, Belarmino, Amorim, Oliveira e outros. Segundo conta a tradição, o sobrenome Lima surgiu com a presença de Felipe José Santiago, que teria vindo de Água de Menino, Junqueiro-AL.

“Já o tronco de José Veríssimo dos Santos possui os ramos: Magalhães, Rodrigues, Leite, Barbosa, Nunes, Pereira, Ventura, Honório, Oliveira e outros. Os descendentes de João de Deus (casado com uma tia de Manoel André) se mesclaram com as famílias já referidas e tomaram os mais variados sobrenomes. Quanto aos irmãos José Ferreira de Macedo, Manoel Ferreira de Macedo, Maurício Pereira de Albuquerque e Joana Leopoldina da Silva Valente (casada com Manoel Cavalcante de Albuquerque) seus descendentes têm os sobrenomes: Macedo, Albuquerque, Nunes, Ferreira, Alexandre, Cavalcante, Oliveira, Gama, Pereira e outros. “Conclusão, eram irmãos: José Ferreira de Macedo, Mauricio Pereira de Albuquerque, Manoel Ferreira de Albuquerque e as esposas de Manoel André, José Veríssimo Pereira, Joaquim Pereira e Manoel Cavalcante de Albuquerque que eram filhas do Capitão Amaro da Silva Valente”

**Arapiraca Através dos Tempos,
Zezito Guedes, p. 19,20,21, edição 1999.**

Genealogia de Manoel André Correia dos Santos (1815/1890) (fundador de Arapiraca)

Pais de Manoel André Correia dos Santos: Pai: Gabriel Cortês Correia dos Santos (português) Mãe: não conhecida.

1º. casamento (1845): esposa - Maria Isabel da Silva Valente (1815/ 1855)

Filhos:

1. **Vicente Correia da Silva**, casado com Maria Madalena da Silva;
2. **José Inácio Correia da Silva**, casado com Teresa de Jesus Ferreira de Macedo;
3. **Florêncio Apolinário**, casado com Belmira Maria dos Santos;
4. **Maria Rosa dos Santos**, casada com Lucio Roberto;
5. **Fausto Correia**, casado com Antônia Rosa de Oliveira;

2º. casamento: esposa - Rosa Martins da Silva

Filhos:

6. **Belarmino Correia**, casado com Emília Evaristo Correia;
7. **Josefa Maria**, casada com José Nunes de Magalhães. 8. **Umbelina Rosa da Silva**, casada com Azarias Pereira da Silva.

3º. casamento: esposa - Luisa Maria da Paixão. (Não tiveram filhos)

Netos:

- 1.1 - **Filhos de Vicente Correia da Silva** (Maria Madalena da Silva):
 - a) André Avelino Correia, casado com Josefa Magalhães;
 - b) Francisco Vicente Correia, casado com Josefa Lúcia;
 - c) José Vicente Correia, casado (1o.) com Maria Filipe dos Anjos e (2o.) com Joana Pereira;
 - d) Manoel Firmino Correia, casado com Ana Magalhães; e) João Vicente Correia, casado com Antônia Barbosa de Melo.

1.2 - **Filhos de José Inácio Correia da Silva** (Teresa de Jesus Ferreira de Macedo):

- a) Josefa Correia (1872), casada com Francisco de Paula Magalhães;

- b) Manoel Inácio Correia, casado com Joana Leite da Silva;
 - c) Clarindo Correia dos Santos (1878), casado com Josefa Jovelina Sampaio;
 - d) Joana Correia da Silva, casada com Tibúrcio Valeriano da Silva.
- 1.3 - **Filhos de Florêncio Apolinário** (Belmira Maria dos Santos):
- a) Maria Rosa Magalhães, casada com o coronel João Pereira Magalhães;
 - b) Antônio Apolinário Correia da Silva, casado com Antônia Umbelina da Silva.
- 1.4 - **Filhos de Maria Rosa dos Santos** (Lúcio Roberto da Silva):
- a) Manoel Lúcio Correia (1876), casado com Belmira Cavalcante;
 - b) Domingos Lúcio da Silva (1887), casado com Cecília Umbelina da Silva;
 - c) Maria Rosa, casada com Rosendo Nunes Barbosa;
 - d) Tibúrcio Valeriano da Silva, casado (1o.) com Joana Correia e (2o.) com Josefa Umbelina da Silva;
 - e) Josefa Lúcio, casada com Francisco Vicente;
 - f) Antônio Lúcio, casado com Maria Magalhães;
 - g) José Lúcio da Silva, casado com Júlia Pereira França.
- 1.5 - **Filhos de Fausto Correia** (Antônia Rosa de Oliveira):
- a) Maria Fausto, casada com Manoel Pereira Bilau; b) Cecília Fausto, casada com João Barbosa;
 - c) Rosa Fausto, casada com, Pedro Nemésio.
- 1.6 - **Belarmino Correia** (Emília Evaristo Correia):
- a) José Belarmino Correia, casado com Germana Augusta Ferreira Macedo (Maninha);
 - b) Artur Belarmino Correia, casado com Antônia Barbosa;
 - c) Maria Belarmino, casada com, Antônio Evangelista; d) Olin-da Belarmino, casada com João Barbosa.
- 1.7 - **Filhos de Josefa Maria** (José Nunes de Magalhães):
- a) Antônia Nunes de Magalhães, casada com Marcelino Diógenes de Magalhães;
 - b) José Rodrigues de Melo, solteiro;
 - c) Juvêncio Rodrigues de Melo;
 - d) Rosa Rodrigues de Melo, solteira.
- 1.8 - **Filhos de Umbelina Rosa da Silva** (Azarias Pereira da Silva):

É necessário frisar que, antes de se tornar município, Arapiraca

tornou-se distrito em 1892, com cartório de registro civil (para registros de nascimento, casamentos civis, certidões de óbitos) e uma subdelegacia de polícia. Tudo isto ocorreu logo após a Proclamação da República, com a nova Constituição do Brasil, de 1891. O distrito de Arapiraca teve como seu primeiro Juiz de Paz José Francisco da Silva Goes, que também ocupou o cargo de subdelegado de polícia, e como escrivão do Registro Civil Manoel Apolinário da Silva (neto de Manoel André Correia dos Santos).

A Emancipação Política de Arapiraca deu-se, entretanto, em 30 de maio de 1924, com o governador Fernandes Lima sancionando a Lei no. 1009/1924 (a publicação da lei deu-se no Diário Oficial de 31/5/1924, primeira página). Essa emancipação, porém, somente é comemorada todo ano no dia 30 de outubro, quando da posse da primeira Junta Governativa, nomeada que foi pelo governador Costa Rego, através de Ato publicado no Diário Oficial de 18 de outubro, página 2.

Como a lei que criou o município de Arapiraca não era auto regulamentável, necessário houve que o governo de Alagoas (já com Costa Rego como governador), considerando que a Lei no. 1009/1924 “não determina quais os poderes competentes para apurarem as eleições, expedirem diplomas, reconhecerem e empossarem os membros da administração municipal; considerando mais que o município, uma vez criado, não poderá ficar privado de sua administração própria; e, considerando, finalmente, que a Constituição e as leis estaduais não regulam a espécie e, de acordo com o número 2 do art. 50 da mesma Constituição, compete ao Governador expedir decretos, regulamentos e instruções para fiel execução das leis, Decreta: “(Decreto no. 1078, de 17 de maio de 1924, DO 18/5/24, p. 2).

Foi, então, regulamentada a lei criadora do município de Arapiraca. No mesmo diário oficial, o governador nomeia a primeira Junta Governativa de Arapiraca.

Eis o Ato governamental:

“O Exmo. Sr. Governador do Estado, por actos de hontem, e de acordo com o art. 1o. do Decreto n. 1078, de hontem mesmo data-do, nomeou os cidadãos Domingos Rodrigues, Olegário Cavalcante, Francisco Magalhães, Aprigio Jacintho, Antonio Appollinario, Antonio Ribeiro, Pedro Lima, José Pereira Sobrinho, Tiburcio Valeriano e Cícero Gonzaga, membros da Junta Governativa do Município de Arapiraca, creado pela Lei n. 1009, de 30 de maio do corrente anno” (escrito conforme o original).

Assim que sancionou a lei, o governador Fernandes Lima enca-

minhou telegrama a Esperidião Rodrigues, nos seguintes termos:

***Cel. Esperidião Rodrigues da Silva
Arapiraca Limoeiro***

*Acabo sancionar Projeto Lei criando município de Arapiraca, com cuja população laboriosa, adiantada e progressista me congratulo por intermédio amigo, grande incansável paladino dessa conquista que representa ato de justiça aos poderes públicos e a um povo que se levanta por si próprio, que tem iniciativa e que progride.
Cordiais Saudações*

Ass. Fernandes Lima- Governador do Estado.

O telegrama é datado de 30 de maio de 1924.

Apesar de não fazer parte da primeira Junta Governativa, Esperidião Rodrigues foi, sem sombra de dúvidas, o principal baluarte na luta pela emancipação de Arapiraca. Nascido no povoado de Cacimbinhas, em 16 de julho de 1858, era filho de José Veríssimo dos Santos/ Ana Maria da Silva Valente, portanto, sobrinho do fundador Manoel André Correia dos Santos. Foi, durante os 85 anos de vida, casado três vezes: primeira vez com Joana Belarmina de Macedo, em 1875; a segunda, com Balbina Farias de Melo, em 1897; a terceira, com Maria Rodrigues, em 1936.

Esperidião Rodrigues, a maior liderança pela emancipação política de Arapiraca, foi morador inicialmente onde hoje é o bairro de Cacimbas, onde também foi comerciante. Fundou, em 1888, “a feira de Arapiraca; em 1892, foi escolhido presidente do Conselho da Vila de Limoeiro; neste mesmo ano, conseguiu do governo do Estado de Alagoas a criação do Cartório do Registro Civil e de Óbitos, além de uma agência dos Correios para o povoado; fundou, também, a Sociedade Musical “União Arapiraquense”.

“Em 1915 foi nomeado pelo governador, Cel. Clodoaldo da Fonseca, Intendente da Vila de Limoeiro de Anadia, onde permaneceu até 1918; Foi convocado, em 1924, para liderar a luta pela emancipação política de Arapiraca. Sua luta maior foi com o Secretário da Fazenda de Alagoas, Castro de Azevedo, que era tenazmente contra a emancipação”.

Cronologia depois da Emancipação

7/10/1924 - O jornalista Pedro da Costa Rego nomeia a primeira Junta Governativa de Arapiraca;

07/01/1925 - Esperidião Rodrigues é eleito prefeito da Vila Arapiraca, tendo como vice José Zeferino de Magalhães; governaram até 08/01/1928;

07/01/1925 - Leitura do termo de posse pelo juiz Dr. Medeiros, da cidade de Palmeira dos Índios (para onde passou o Distrito de Arapiraca);

Em 1930 - Esperidião Rodrigues é reeleito prefeito de Arapiraca tendo como vice Antônio Romualdo: governaram até 1932.

Prefeitos eleitos de Arapiraca

1- em 07/01/1925 - **Esperidião Rodrigues** (vice - José Zeferino de Magalhães);

2- em 08/01/1928 - **José Gomes Correia** (vice - João Ferreira de Albuquerque);

3- em 08/06/1928 - **João Ribeiro Lima** (vice - João Ferreira de Albuquerque);

4- em 07/09/1930 - **Esperidião Rodrigues** (vice - Antônio Romualdo da Silva).

A partir de 1930, com a Revolução, os intendentos nomeados tiveram mandatos temporários, conforme interesses dos interventores estaduais. Assim, Arapiraca teve os seguintes intendentos nomeados:

- **Manoel Firmino Leite**, de 26/7/1932 a 08/02/1933;

- **Pedro Barbosa da Silva**, de 08/02/1933 a 13/03//1933; - Manoel Lúcio Correia, de 13/03/1933 a 18/8/1934;

- **Pedro Barbosa da Silva**, de 18/8/1934 a 04/10/1934; - Guilherme Moreira, de 04/10/1934 a 08/01/1936;

- **Aprígio Jacinto da Silva**, de 08/01/1936 a 10/01/1937; - Genésio Rodrigues da Silva, de 11/01/1937 a 16/12/1937 (o último intendente).

Com decreto do governo Vargas (Estado Novo), as vilas adminis-

trativas seriam sedes dos municípios, passando a serem governados por prefeitos. Domingos Mota Acioli, em 17/12/1937, foi o primeiro prefeito nomeado pelo interventor Osman Loureiro. Governou até 1940.

Após Domingos Motta Accioly, Arapiraca teve como prefeitos nomeados:

- **Genésio Rodrigues**, 28/12/1940 a 26/3/1941; - Manoel Leal, 27/3/1941 a 02/02/1945;

- **João Ribeiro Lima**, de 03/02/1945 a 10/5/1947; - Afonso Galvão, de 11/5/1947 a 05/8/1947;

- **Gaspar Vieira de Melo**, de 05/8/1947 a 31/01/1948 (o último interventor).

Arapiraca em 1957, ano da tragédia, era um município dos mais prósperos do estado, e é *“agora, uma cidade famosa em todo Brasil. De má fama, mais é. Lá está o último centro de resistência ao governador Muniz Falcão. A três horas de automóvel de Maceió.*

“Tem 17 mil habitantes, que vivem, principalmente, do fumo de boa qualidade, plantado em 5.050 hectares de terra. Milho, algodão e mandioca são outras fontes de renda.

“-É o município mais próspero de todo Estado e o próprio governador é quem diz:

“-Arapiraca é a cidade mais progressista do Estado. Seu desenvolvimento tem sido impressionante. É uma espécie de Eldorado para onde convergem, de todas as partes de Alagoas e de outros estados, famílias que desejam melhorar de vida.

“- Mas é preciso considerar que o desenvolvimento mental do povo não acompanhou sua expansão econômica. Isto é um fato que me tem preocupado e estou adotando providências para instalação de uma Escola Normal na cidade. Um hospital que foi iniciado no governo passado será concluído em minha administração.

Foi fundada em 1924 e para mostrar o seu desenvolvimento, diga-se que em 1950 sua receita fiscal foi de Cr\$ 1.500 mil. Em 1957 está prevista para Cr\$ 156 milhões, com um superávit de Cr\$ 500 mil.

Tem ótimo comércio e a maior feita do Estado. Agência da Caixa Econômica, dois bancos (no futuro uma agência do Banco do Brasil). Tem um cinema, o Trianon, um clube, com “jaz” das melhores, um hospital da Santa Casa da Misericórdia e duas casas de saúde. O clima é bom e salubre.

Em 1956, a média de construção foi de uma casa por dia. A Câmara de

Vereadores local tem nove vereadores: cinco da UDN e quatro do PSP.
(Revista MAQUIS, 2ª. quinzena de fevereiro de 1957)

Tinha o município já aspecto desenvolvimentista, com escolas secundárias, cinema, clube social, agências bancárias, estádio de futebol, fábrica, a saber:

1942 – Criação do Instituto São Luís, pelos professores Pedro de França Reys e Manoel de Oliveira Barbosa;

1943 – Fundação do Cine Leão, de Manoel Leão, que funcionava na praça Gabino Besouro;

1944 – Criação da Paróquia Nossa Senhora do Bom Conselho, desmembrada de Limoeiro de Anadia;

1945 – O empresário Valdomiro Barbosa adquire a empresa de energia elétrica, fundando a Força e Luz de Arapiraca;

1948 – Os irmãos José Lúcio de Melo e Manoel Lúcio da Silva fundaram a primeira fábrica de charutos de Arapiraca, a Fábrica Leda;

1949 – Criação da Comarca de Arapiraca, em 17 de setembro;

1949 – Fundação do Clube dos Fumicultores de Arapiraca, pelo vereador José Lúcio de Melo (UDN) e o irmão Manoel Lúcio da Silva, em 30 de outubro;

1950 – Fundação do Ginásio Nossa Senhora do Bom Conselho, hoje CBC (Colégio Bom Conselho), pelo padre Teófanos Augusto de Barros;

1950- Instalação do Banco da Lavoura de Minas Gerais; **1952** – Fundação do Estádio Municipal Coaracy da Mata Fonseca (nome do prefeito da época);

1952 – Instalação do Cine Trianon, do empresário e vereador José Ferreira Barbosa;

1955 – Início da construção do Hospital Regional Nossa Senhora do Bom Conselho, pelo governador Arnon de Melo, em terras doadas por Manoel Leão;

1956 – Instalação da Caixa Econômica Federal, em 3 de março;

1956 – Fundação do Educandário São Francisco de Assis, tendo como primeira diretora Irmã Maria Helena.

Esta era Arapiraca nos anos 50/60, encravada na microrregião do agreste alagoano, cheia de vigor e de pistoleiros.

Seus dados: situação geográfica: microrregião de Arapiraca. Hoje, seus limites são com Major Isidoro, Jaramataia, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Feira Grande, São Sebastião, Junqueiro, Limoeiro de

Anadia, Coité de Nóia e Igaci. Altitude: 264 metros acima do nível do mar. Área: 614 km². Clima: tropical semiúmido. Temperatura: máxima de 38° C e mínima de 21° C. Acesso: AL-110, AL-115 e AL-220.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 1950, Arapiraca assim era descrita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE: "Arapiraca: altitude - 298 metros; superfície - 346 Km²; vilas e povoados principais - vilas Lagoa da Canoa e Craíbas, e povoados: Veados, Rio Morto, Baixa Grande, Cavaco, Canafístula, Lagoa de Dentro, Lagoa do Rancho e Riachão do Traipu; população - 28.574 habitantes; instrução e saúde - Grupo Escolar Adriano Jorge (do governo estadual), Gabino Besouro, Deodoro da Fonseca, 30 de Outubro, 19 de Abril, Nossa Senhora do Bom Conselho, 10 de Novembro, 7 de Setembro, Padre Pio Correia, Odilon Auto, Dom Pedro II, Professor DomingosRodrigues, Floriano Peixoto, Barão do Rio Branco, Presidente Roosevelt, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Dr. Pedro Monteiro, Dr. Rodrigues de Melo e Antônio Leite da Silva (todas escolas municipais); particular -Instituto São Luís. "Médicos - Luís de França Aguiar e Edler Tenório Lins." Desde o início que Arapiraca se destaca na plantação do fumo, tornando-se, no correr nos anos, no maior produtor do Brasil. Aliás, desde o século XIX, mais precisamente em 1848, que a cultura do fumo foi introduzida, tendo como pioneiro Francisco Magalhães, que, pela primeira vez, plantou o produto no curral de gado no quintal de casa. Daí o nome de curral de fumo.

Em 1922, a cultura se espalhou, tendo como principais agricultores, além de Francisco Magalhães, seus irmãos Rosendo Magalhães, Manoel Magalhães, João Magalhães, Marcelino Magalhães, além de Domingos Barbosa, Pedro Leão, Messias Bernardino, Tibúrcio Valeriano, Pedro Honorato, Ambrosino Lima, Vicente Correia, Manoel Leite, João Barbosa, Firmino Leite e João Ferreira.

Alguns anos após, os agricultores passaram a cultivar o fumo nos baixios. Na década de 20, a cultura do fumo passa a se desenvolver mais rapidamente. Com a emancipação do município, já em 1924, Arapiraca desenvolve-se tremendamente; a produção do fumo do município abastece as cidades de Penedo, Igreja Nova, Limoeiro de Anadia, Quebrangulo, Viçosa, Palmeira dos Índios.

Aparece, então, o fumo de rolo, que foi vendido primeiramente fora de Alagoas, em Caruaru e Águas Belas, no estado de Pernambuco. Surgem as figuras de Agapito Magalhães, Gregório Magalhães, Domingos Magalhães, Luiz Magalhães, Tibúrcio Magalhães, Domingos

Lúcio da Silva, Rosendo Lima, Né Rosendo, Pedro Alexandre, José Lúcio da

Silva, Manoel Leão, Rosendo Gama, João Nunes, Lino Barbosa, Manoel Lúcio Correia, Francisco Lúcio, Domingos Terto, Aprigio Jacinto, José Emídio, Gervásio Oliveira, José Honório, Pedro Romualdo, José Tertuliano, Domingos Honório, Antônio Leão, Domingos Romualdo, Lúcio José da Silva, Manoel Lúcio da Silva, Manoel Pereira Santos, João Lúcio da Silva, Antônio Ventura, Né Ângelo, Izidro Leão, João Ventura, José Macário, Manoel Clarindo, José Ventura, André Leão, todos plantadores de fumo desta fase.

Arapiraca desenvolvia-se assustadoramente. O historiador Zezito Guedes, em seu trabalho **“Arapiraca através dos tempos”**, escreve sobre os arredores da cidade, onde as famílias cresciam: *“Mesmo com a presença dos grandes latifúndios na década de 40, Arapiraca possuía um verdadeiro cinturão verde circundando a cidade; sentia-se o cheiro da vegetação logo na saída das ruas, pois ainda existia uma infinidade de ervas e frutas silvestres muito próximos do centro. Contudo, quando Arapiraca conheceu a fase de desenvolvimento a partir de 1950, o aspecto geral mudou muito, tendo em vista a mutilação desencadeada, tanto na área urbana, como na zona rural do município, onde foi destruída muita vegetação nativa para dar lugar à cultura de fumo.*

“Assim, havia o sítio de Caititus, um recanto aprazível repleto de fruteiras: cajueiros, mangueiras, laranjeiras, goiabeiras, mamoeiros, cujos frutos eram consumidos pela família, vizinhos e amigos, pois naquela época não havia mercado. Hoje a cidade cresceu e absorveu os Caititus que, de sítio, passou a bairro.

“A Serra dos Ferreira, um dos sítios mais antigos, foi onde se instalaram os Ferreiras de Cacimbinhas. Era um lugar agradável, com muitas árvores frutíferas, onde o capitão João Ferreira criava pavões em quantidade.

“O Sítio Mocó, o reduto do velho Lúcio Gomes, foi o mais castigado pela evolução. Era no sítio Mocó que se realizavam animadas festas de fim de ano, frequentadas pelos jovens da sociedade arapiraquense. Quando asfaltaram o trecho da AL – 102, ligando Arapiraca a Taquarana, o asfalto destruiu totalmente o sítio Mocó com a igreja, riscando-o do mapa do município.

“A Lagoa de Dentro foi outro sítio que foi vítima da transformação ocorrida na zona rural, e praticamente foi eliminado, dando lugar a vastas plantações de capim para criação de gado. Era no passado o mais animado dos sítios e dava-se ao luxo de promover bailes carnavalescos, fazendo concorrência com o carnaval de Arapiraca. Naquele tempo se dizia que o povo de Lagoa de Dentro

vivia de festa o ano inteiro. “A Baixa Grande era um sítio onde estavam radicadas as tradicionais famílias – raízes de Arapiraca: José Emídio, Alexandre, Honório, Estevão, Messias, Bernardino e outras, que realizavam o chamado “derradeiro dia do fumo” e também animados pagodes do Gervásio. Existiam muitas fruteiras, onde o povo de Arapiraca costumava fazer passeios e piqueniques aos domingos e feriados. Suas festas de santos eram muito animadas.

“O Sítio Fernandes era, talvez, o mais antigo e foi onde Manoel André foi buscar telhas para cobrir a primeira casa que construiu em Arapiraca. Era um celeiro de almoçreves e de bons tocadores de pé-de-bonde, onde havia muitas festas. Coberto de frutas nativas e densa vegetação, do sítio, hoje, resta apenas um próspero distrito de Arapiraca. O Sítio Guaribas era outro recanto muito animado e também um celeiro de frutas tropicais e onde a juventude da época costumava frequentar. Era lá que morava o velho Simão Lopes, figura boêmia e folclórica muito conhecida nas ruas de Arapiraca. Era um local onde o povo gostava de dançar o coco e cantar na colheita do fumo.

“Entretanto, o sítio mais festejado e procurado pela meninada de então era o saudoso Poço Frio, onde morava Né Magalhães, o velho Pedro Cavalcante e outros. Além das frutas comuns, existia uma infinidade de frutas silvestres como: umbu, jabuticaba, quixaba, massaranduba, pinha brava, azeitona, gogoia, juá e principalmente araçá.

“O Sítio Capiatã era um dos recantos bucólicos cheio de fruteiras: foi onde o fogueteiro Pedro Nunes edificou toda família e onde terminou seus dias. Atualmente, com a corrida imobiliária, o sítio ficou ligado ao centro urbano através da rua Pedro Nunes de Albuquerque. Mais adiante, vinha o sítio Macacos, com a Igrejinha da Menina, um local romântico onde o velho Beijo realizava a festa de São Pedro, com um animado pagode até o amanhecer do dia.

“Logo após, está o sítio Massaranduba, outrora coberto de fruteiras, muita vegetação nativa e frutas silvestres. As festas na casa de Zé Vermelho, Luís Vicente, Tertuliano e as destalagens de folhas de fumo na casa do velho Euzébio, onde as moças cantavam o dia todo.

“No Sítio Cavaco residiam Antônio Ventura, João Ventura, Luiz Alexandre, José Macário, João Lúcio da Silva, e mais adiante Né Ângelo, Pero Alexandre, José Rufino, João Rufino, João Alexandre dos Santos e outros.”

Antes da tragédia

Como deputado da União Democrática Nacional – UDN, e o mais votado, foi eleito pelos colegas vice-presidente da Mesa Diretora, que tinha, ainda, como companheiros, o presidente Mário Guimarães, o 1º. Secretário, deputado Antenor Claudino, 2º. Secretário, o deputado Geraldo Sampaio. Homenageando o presidente Mário Guimarães, assim disse Marques da Silva, à época:

- “Aqui estou para saudar também o nosso grande companheiro, Mário Guimarães, pela sua eleição para presidente desta casa. É o meu nobre colega, deputado Mário Guimarães, um cidadão que pela grandeza do seu coração, pelas suas qualidades morais, pela elevação de seu espírito, pela grandeza de seu caráter e pela firmeza das suas atitudes, bem como sua fidelidade ao partido, merecedor da nossa admiração, do nosso respeito, da nossa simpatia e da nossa estima.”

A eleição da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa deu-se em janeiro de 1955, antes, portanto, das lutas ferrenhas entre políticos da UDN e do PSD no município de Arapiraca (o assassinato do vereador udenista Benício Alves ocorreu em 20 de outubro de 1956). Havia beligerância, mas não que chegasse aos assassinatos. Surgem as desavenças, as lutas políticas, as intrigas, com “cabanos” (os correligionários da UDN) e “caras-pretas” (os seguidores do PSD/PTN) se digladiando. Os que acompanhavam a UDN, União Democrática Nacional, eram liderados pela família Lúcio, o João, o José e o Manoel; os liderados do PSD, Partido Social Democrático, tinham na família Pereira Lima, Luís, o pai, e Claudenor, Cláudio e Claudisbel, os filhos, como líderes; seguiam-se, também, os Barbosa: Valdomiro, Florival e Djacy, o médico. Aliados a eles, Lourenço de Almeida, cunhado do primeiro Barbosa e suplente de vereador pela UDN/PTN. No início, a família Barbosa era aliada dos Lúcios e do médico José Marques da Silva.

Antes, porém, a violência em Arapiraca e arredores era corriqueira. O primeiro correligionário a sofrer um atentado foi o Major Vicente Ramos. Era um homem valente. Major reformado da Força Policial de Alagoas, morava na Vila de Girau do Ponciano, zona rural do município de Traipú. Era secretário-geral da UDN – União Democrática Nacional, daquele município.

Major Vicente Ramos não era pessoa aceita pelos pessedistas de Arapiraca. Em 7 de maio, foi cercado por pistoleiros em seu estabelecimento comercial, onde recebeu quatro tiros, no tórax e no braço esquerdo. Os pistoleiros fugiram e nunca foram identificados. Sobre o caso, em maio de 1956, no Rio de Janeiro, o deputado Marques da Silva, em carta, denunciou ao Diretório Nacional da UDN. Disse ele:

– *“A onda de terror para fazer calar a oposição tomou vulto, precisamente, no dia 7 de maio, quando o major reformado da Fôrça Pública, Vicente Ramos da Silva, secretário geral da UDN, em Traipu, foi emboscado em sua casa comercial na vila de Jirau do Ponciano, recebendo quatro tiros no tórax e braço direito, que ficou parcialmente inutilizado. Usaram os facínoras, que continuam impunes, pistola automática P-38 e pistola alemã empregada na guerra. Depois que o major foi tiroteado e diante do clima de intranqüilidade que se estabeleceu aqui vieram um observador do Ministério da Justiça, Sr. Oiama Teixeira, e o Deputado Bilac Pinto. Nessa época, encontravam-se foragidos em Maceió, como agora, a Prefeito de Arapiraca Sr. João Lúcio da Silva e os Vereadores José Lúcio de Melo, José Pereira Lúcio, além do malgrado Benício Alves de Oliveira”.*

“Também o Senado Federal enviou comissão de senadores para verificar “in loco” as denúncias. Faziam parte da comissão os senadores Gaspar Velloso, Gomes de Oliveira, Ezechias da Rocha, Daniel Krieger e Mem de Sá. Disse a comissão: “Os senadores que estiveram em Alagoas, no alto e impessoal propósito de concorrer para o estabelecimento de um clima de harmonia naquele glorioso Estado, ratificando a brilhante exposição que a respeito foi feita pelo nobre Senador Carlos Gomes de Oliveira, credenciado para relatar a feliz e fidalga acolhida dispensada pelo Governo e pelo povo alagoano, desejam expressamente reiterar, que, diante das formais garantias a eles formuladas pelo Excelentíssimo Senhor Governador Muniz Falcão no sentido de sempre assegurar a plenitude da ordem pública e o integral respeito aos direitos e às franquias da população de Arapiraca – aconselharam o Prefeito, os Vereadores e as demais pessoas daquele Município que se encontram em Maceió a retornarem a seus lares e ao exercício de seus mandatos e atividades na convicção de que a palavra empenhada pelo ilustre Governador deve merecer pleno acatamento e será fielmente honrada por Sua Excelência e pelas autoridades policiais do Estado.” (a) Gaspar Velloso, Gomes de Oliveira, Ezechias da Rocha, Daniel Krieger e Mem de Sá.

Em outubro do mesmo ano, outro atentado. Agora, com a morte do vereador Benício Alves de Oliveira, cercado por pistoleiros na zona rural de Lagoa da Canoa, que pertencia a Arapiraca. Segundo correli-

gionários, morreu simplesmente porque era companheiro, compadre e amigo do deputado Marques da Silva; para outros, contudo, sua morte deve-se a vingança da família Barbosa, que teve um dos irmãos morto por Esperidião Oliveira, irmão do vereador, quando transportava fumo em corda para Pernambuco.

A morte de “Sica” Barbosa, em Igaci, mais precisamente na localidade conhecida como “Jacaré”, desencadeou a sucessão de crimes em Arapiraca.

E assim foi. Emboscado no Sítio Alexandre, levou um tiro no abdômen, que atingiu seu intestino. Era a noite de 20 de outubro de 1956, e o vereador acabava de chegar à casa de sua amante, Judite Caetano. Mesmo com o pronto atendimento do compadre e médico Marques da Silva, correligionário da UDN, morreu em Maceió. Suas últimas palavras:

-Eu não disse, compadre, que eles iam acabar com todos nós!

Manoel Belarmino, do Rio Grande do Norte, José Pascoal, da Lagoa da Canoa, Alagoas, Otho Carvalho, de Sergipe, foram acusados da morte do vereador arapiraquense. Todos foram condenados.

Nenhum autor material foi preso, julgado ou condenado. Quem era o vereador Benício Alves?

O vereador Benício Alves de Oliveira, natural do município de Anadia, Alagoas, nasceu no sítio Nogueira em 1916. Filho primogênito do casal Antônio Alves de Oliveira e Maria Olímpio de Oliveira, teve como irmãos: Esperidião, Lourival, Egina, Josefa, Maria José e José.

Ainda jovem, em 1936, aos vinte anos, se transferiu para a cidade de Palmeira dos Índios, em Alagoas, onde ingressou na Empresa Comércio e Construção, empreiteira de Recife, Pernambuco, que prestava serviços na implantação da linha férrea ligando Maceió-Porto Real de Colégio, no estado de Alagoas. Ali, Benício Alves passou a atuar como apontador de obras.

Casou-se, pela primeira vez, em Palmeira dos Índios, com Aurelina Valões de Oliveira, que logo após faleceu deixando o filho Antônio. Uma vez viúvo, Benício Alves continuou engajado na implantação da linha de ferro, que, seguindo o projeto, avançava na direção do então povoado Olho D'Água do Acioli, atual cidade de Igaci, também em Alagoas.

Em 1939, a Empresa Comércio e Construção tomava o rumo do povoado de Lagoa do Rancho; daí, prosseguiu na direção de Arapiraca. Em 1942, casou-se pela segunda vez com Josefa Barbosa Bóia, mais conhecida por Branca, filha de Manezinho Bruno, que, também faleceu, não deixando filhos. Após ficar viúvo, Benício Alves casou-se pela

terceira vez com Ilda Araújo de Oliveira, de cujo casamento nasceram Manoel, Samuel, Benício, Cibele e Gláucia. Em 1950, Benício Alves passou a residir no bairro Cacimbas, em Arapiraca, onde se estabeleceu com armazém de cereais, mantendo outro em Lagoa da Canoa, cujo transporte fazia em seu próprio caminhão.

Em 1954, filiado à UDN e correligionário do médico e candidato a deputado estadual José Marques da Silva, de quem era compadre (este e sua mulher, Maria Vieira, haviam sido padrinhos de uma filha do vereador), candidatou-se a vereador, tendo sido eleito para a legislatura de 1954/1958.

Pessoas ligadas ao vereador Benício Alves de Oliveira afirmavam que era um homem leal, destemido e corajoso.

O deputado federal Segismundo Andrade, assim que recebeu comunicação do assassinado do vereador, foi à tribuna e disse:

“Recebi, conjuntamente com os demais colegas de bancada da UDN de Alagoas, comunicação de que, anteontem, foi bárbara e covardemente assassinado, na cidade de Arapiraca, o vereador Benício Alves de Oliveira. Associe-me à justa causa do povo alagoano diante desses atentados, que tanto comprometem os costumes políticos de minha terra”.

E continuou:

“Mas as violências não terminaram aí. Acabo de receber novo telegrama, agora do presidente da União Democrática Nacional daquele Estado, deputado Mário Guimarães, em que dá conta de outras violências praticadas no Município de Arapiraca.

“Quero ler, para conhecimento da Câmara e da Nação, o telegrama recebido daquele ilustre correligionário, e, ao mesmo tempo, transmitir ao Sr. Ministro da Justiça veemente apelo, no sentido de que S. Exa. adote as providências imediatas e enérgicas, para restabelecer a tranquilidade e a segurança no Estado de Alagoas.

O telegrama estava assim:

“Sepultamento vereador Benicio Alves Oliveira realizado ontem esta capital pt Pessoas vieram assistir regressando encontraram cidade Arapiraca ocupada soldados e capangas revistando nossos correligionários pt Grupo cerca dez soldados e capangas invadiram quintal residência vereador José Pereira Lúcio procurando-o evidentes propósitos violências e posteriormente forçando pai mesmo abrir portas a uma hora madrugada e varejar aposentos se encontrava família pt Primeiro delegado postado com policia fren-

te Prefeitura revistando quem se aproxima pt Nosso companheiro refugiado aqui pt Morte Benicio foi precedida editorial de Alagoas denunciando que oposição matava pt Abraços – Mario Guimarães, Presidente.

Relembra, ainda, o deputado Segismundo Andrade: *“Durante as vezes que estive com o Governador de Alagoas, reclamando medidas capazes de assegurar a paz a meus coestaduanos ouvi de S. Exa. Reiteradas afirmações de que providências estavam sendo tomadas nesse sentido. Mas enquanto assim declarava violências eram registradas inclusive o assassinato do vereador Benicio Alves de Oliveira agora trazido ao conhecimento da Nação.*

“Quero ainda assinalar, Sr. Presidente, que muito antes de se consumar o atentado que hoje tanto se deplora, tive oportunidade de denunciá-lo da tribuna desta Câmara, mencionando inclusive que se tramavas contra a vida do Vereador Benicio Alves de Oliveira. Para esse Vereador pedi as garantias do Governador do Estado, dele obtendo promessas formais nesse sentido.”

As denúncias foram em vão.

Na carta encaminhada ao diretório nacional da UDN, datada de 04 de dezembro de 1956, o deputado Marques da Silva nomina os mandantes do assassinato do vereador e compadre: *“...os mandantes do assassinato do vereador Benício Alves de Oliveira continuam impunes, gozando plena liberdade e ainda se dão ao luxo de se acompanharem por capangas, ostensivamente em todo o Estado.*

“Esses criminosos são os seguintes indivíduos: deputado Claudenor Lima, Valdomiro Barbosa, seus irmãos Florival Barbosa e Djaci Barbosa, e o primeiro suplente de vereador da UDN, elemento que me pareceu sempre suspeito e cuja inclusão, como candidato de nossa legenda, se consumou com meu declarado protesto e advertência de que essa escolha era uma ignomínia para nossa agremiação partidária. Com constrangimento, faço referência a essa particularidade porque tive de me curvar, no caso, à imposição dos demais companheiros do diretório municipal e o meu rompimento, naquela oportunidade poderia sofrer um desvirtuamento de interpretação. Infelizmente, meus prognósticos se confirmaram com o desenrolar dos fatos. Estou, portanto, de consciência tranquila quando fiz restrições à inclusão daquele nome na nossa legenda.”

Ele se referia a Lourenço de Almeida, amigo leal e seletto do deputado Claudenor de Albuquerque Lima e cunhado de Valdomiro Barbosa.

Outros deputados federais também se manifestaram acerca do assassinato.

Deputado José Affonso:

“Recebendo agora um telegrama informando-me sobre o assassinato do Vereador Benício Alves de Oliveira, no Município de Arapiraca. Sr. Presidente, rendo o meu preito de solidariedade aos meus companheiros de Arapiraca e manifesto o meu mais profundo pesar à família enlutada e concludo pedindo a Deus que olhe a minha infeliz terra.”

Disse o deputado Armando Lages:

“Na tarde de ontem, quando na serenidade de meu lar, acudindo ao chamado do telefone, recebi da Western o comunicado urgente do cabograma expedido, de Maceió, pelo Deputado estadual José Marques da Silva, transmitindo notícia profundamente desoladora, que passo a ler:

- “Deputado Armando Lages – fone 26.3067 Rio – Nosso correligionário Vereador Benicio Alves Oliveira atacado por dois capangas ontem noitinha quando palestrava residência pessoa amiga desfecharam vários tiros um dos quais o atingiu abdômen pt Virtude ferimentos faleceu hoje aqui pt Consuma-se atentado denunciemos meses atrás contra nossos mais dedicados companheiros pt Situação Município volta ser intranquilidade pt Abraços – Marques.”

Deputado Oceano Carleal:

“Foi um crime que se consumou friamente, à sombra de ódios político-partidários irrefreáveis e cuja punição é muito duvidosa, porque outros atentados semelhantes já se registraram naquele Município e em suas vizinhanças, sem que se apurasse, até agora, a responsabilidade dos mesmos.

“Com esse último crime, que importou no sacrifício da vida de um cidadão digno e honesto, por todos os títulos, reabre-se uma atmosfera de intranquilidade e de desordem para o Município de Arapiraca, que é um dos pontos nevrálgicos das lutas partidárias de Alagoas.

....

“Hoje, foi o trucidamento de um Vereador, amanhã, será o assassinato de um chefe político do interior ou de um Deputado, e assim vai-se conflitando o ambiente político de minha terra, retomando, dessa forma, Alagoas a deplorável legenda de Estado em permanente pé de guerra.”

A carta libelo

Antevendo o desastre que iria se abater sobre sua pessoa, denunciando o crime do político do vereador Benício Alves de Oliveira (seu compadre), o deputado José Marques da Silva foi, novamente, à capital da República, o Rio de Janeiro, onde se hospedou no Hotel Ambassador. Encontrou-se com a cúpula de seu partido – a União Democrática Nacional. Ali, escreve uma longa carta mostrando sua visão da política alagoana e, particularmente, de Arapiraca, que a entregou ao presidente Milton Campos. Eis a carta:

“Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1956.

“Senhor Presidente do Diretório Nacional da UDN:

“Para situar bem o problema político de Alagoas e, em particular, a situação do município de Arapiraca, devo recuar no tempo e fazer um pouco de história pessoal. Como esclarecimento preliminar, devo, igualmente, acentuar que a responsabilidade da União Democrática Nacional, por sua direção e por sua seção regional no Estado de Alagoas, não se pode absolutamente isolar desse problema aparentemente de fisionomia municipal.

“Histórico – Cursava eu, ainda o 3o. ano de Medicina, na velha Escola da Bahia, em 1948, quando recebi uma carta do, então, Deputado Federal, Dr. Rui Palmeira, na qual aquele ilustre alagoano e homem público me estimulava a ingressar na atividade político-partidária do meu Estado natal. Na referida carta, o Deputado Rui Palmeira manifestou desejo de um entendimento pessoal comigo para melhor considerarmos o assunto.

“Até então não tinha com o ilustre representante alagoano nenhuma aproximação, mas acompanhava com interesse sua situação no Congresso em favor dos problemas de nossa terra comum.

“Vínhamos de romper o sombrio período da ditadura no nosso País e eu sentia na figura do Deputado Rui Palmeira um idealista sincero, animado pela flama de servir aos ideais democráticos.

“Os meus sentimentos de moço, também, levaram-me a acei-

tar a sugestão do ilustre conterrâneo, que iria tornar-se, depois, um dos meus mais fiéis e dedicados amigos.

“Com a convicção de que contribuiria de qualquer modo para o esforço de recuperação moral e política do meu Estado, resolvi ingressar na União Democrática Nacional, seção de Alagoas. Posso reivindicar, portanto, a condição de um udenista da primeira hora e de uma hora difícil e perigosa para o ambiente político do meu Estado.

“Vieram as eleições de 1950 e o meu modesto nome figurou na chapa dos candidatos do Partido à Assembléia Legislativa Estadual. Não tinha absolutamente veleidade de uma vitória nas urnas porque, naquela altura, simples estudante, não estava vinculado a qualquer colégio eleitoral que me assegurasse certo contingente de votos. Dava, apenas, minha primeira colaboração ao Partido, desprendidamente. Com o término dos meus estudos de Medicina, na Bahia, surgiu, naturalmente, o problema de minha localização no interior do meu Estado para o início das atividades profissionais. Nesse passo, ajudou-me, ainda, a cooperação do meu dileto amigo, Deputado Rui Palmeira, que me indicou a cidade de Arapiraca, como campo de minha iniciação médica, sugestão que, aliás, coincidia com um vivo desejo de minha família, naturalmente interessada em situar-me em sua vizinhança.

“Não estou arrependido dessa resolução e confesso que, se tivesse de me decidir, hoje, a respeito, certamente seguiria o mesmo rumo.

“Cheguei em Arapiraca no dia 14 de fevereiro de 1952 (é uma data que considero importante sublinhar) e ali iniciei meus trabalhos de médico, vendo minha atividade honesta coroada de uma compensação animadora. Ao lado do meu labor na clínica, tentava realizar um trabalho de estruturação político-partidária em benefício do fortalecimento do meu Partido. Vale acentuar que naquele tempo, o grêmio local da UDN estava, por assim dizer, de fogo apagado. O diretório desorganizado e nenhum esforço no aliciamiento de novos correligionários. Essa foi a tarefa que me coube com sucesso, felizmente.

“Em 1954, pela primeira vez, nosso Partido era vitorioso em Arapiraca. Essa modificação irritou, sobremaneira, os adversários que me fizeram, de preferência, alvo de suas iras. Um pouco antes das eleições, minha casa de residência era tiroteada, antes de anoitecer.

“Fui eleito deputado estadual com a votação pessoal mais ex-

pressiva hoje obtida por um candidato à Assembléia Legislativa.

“Chegou, agora, o momento crucial de falar sobre os recentes acontecimentos que justificam minha presença no Rio, no momento.

“Como é do conhecimento da Direção central do Partido, perdemos em Alagoas as eleições para governo no pleito de 1955. Não convém denunciar, aqui, as responsabilidades dessa decepcionante e inesperada derrota.

“Como resultado do nosso insucesso, foi eleito Governador de Alagoas um homem inescrupuloso, insensível e com evidentes marcas criminosas, que servido por uma “entourage” política da pior espécie, infelicitosa e degrada um povo.

“Em março do corrente ano, estive, aqui, no Rio, pedindo a interferência do meu Partido, junto aos poderes federais, no sentido de neutralizar a onda de terror implantada no município de Arapiraca, no meu Estado, sob a inspiração direta do Governador Muniz Falcão.

“Naquela ocasião, fiz um relato circunstanciado diante do Diretório Nacional da UDN sobre as lamentáveis ocorrências de Alagoas, denunciando, inclusive, a trama que se organizava para o extermínio de minha vida e de outros correligionários. Esse vaticínio, desgraçadamente, já foi confirmado pela trágica realidade dos fatos. O vereador udenista, Benício Alves de Oliveira, cidadão de uma correção e lealdade partidária a toda prova, foi barbaramente assassinado, há pouco tempo, de tocaia, e, antes dele, outro excelente correligionário, o Major reformado da Polícia Militar, Vicente Ramos da Silva, havia sido tiroteado em sua própria residência, ficando mortalmente ferido.

“Impressionada com meu testemunho, a direção do Partido, a cuja frente está essa personalidade ímpar de brasileiro que é o Dr. Milton Campos, mandou o eminente Deputado João Agripino para observar, in loco, os acontecimentos de Alagoas. O ilustre Secretário-Geral do Partido constatou a veracidade de minhas denúncias, confirmadas, em parte, pelo depoimento do próprio Governador, que prometeu, solenemente, restabelecer a paz e a tranquilidade no conflagrado município de Arapiraca, dando garantias aos nossos correligionários ameaçados.

“Houve, em seguida, uma modificação na situação local do município de Arapiraca, que parecia confirmar o compromisso assumido, publicamente, pelo Governador. Foi, entretanto, apenas

uma ligeira trégua porque, logo depois, recrudesciam as violências e atrocidades.

“Por esse tempo, quando ocupava a tribuna da Assembleia, para ler uma missiva do Pároco de minha cidade, o Deputado Claudenor Lima, mandante do atentado contra nosso correligionário, Major Vicente Ramos da Silva, em companhia de um capanga, de nome Calu, tentou ostensivamente assassinar-me, sendo detido nessa ameaça pela interferência dos colegas.

“Nessa ocasião, foram a Alagoas nossos representantes na Câmara Federal, o Senador Rui Palmeira, o eminente Deputado Bilac Pinto, como observador do Partido e um representante do Sr. Ministro da Justiça, Sr. Oyama Teixeira. Sob pressão da ressonância que os fatos políticos do Estado alcançavam na esfera federal, o Sr. Governador substituiu a arbitrária autoridade policial do município de Arapiraca, designando para as funções de Delegado o Capitão Cícero Argolo, da Polícia Militar, pessoa de sua inteira confiança, que, no exercício daquele cargo, se manteve equidistante das paixões políticas locais, assegurando, realmente, um período de paz e tranquilidade para a população de Arapiraca.

“Essa situação não satisfazia, entretanto, aos nossos adversários, desejosos de renovarem o ciclo de violências e dispostos a não admitirem a sobrevivência senão daqueles que lessem por sua cartilha política.

“Atendendo às exigências dos seus partidários no município de Arapiraca, o Sr. Muniz Falcão substituiu aquele oficial por um civil, o Sr. Francisco Pereira Lima, candidato a prefeito, derrotado no último pleito e parente próximo e amigo incondicional do chefe político situacionista.

“Como consequência lógica dessa substituição da autoridade policial por um elemento faccioso e comprometido com as lutas partidárias locais, tivemos o assassinato frio e covarde do vereador Benício Alves de Oliveira. Depois do crime, o Governador, em vez de apurar as responsabilidades do delito, enviou à Arapiraca o 1o. Delegado da Capital, a fim de dar cobertura aos criminosos e de instaurar um clima de verdadeiro terror contra nossos correligionários.

“Nessa oportunidade, num flagrante desrespeito à Justiça, foram presos e humilhados numerosos cidadãos, portadores de habeas-corpus preventivos.

“Esses tristes acontecimentos foram comprovados pela co-

missão interpartidária de senadores que esteve em Alagoas e que se deslocou até o município de Arapiraca, teatro principal das mencionadas ocorrências.

“Os mandantes do assassinato do vereador Benício Alves de Oliveira continuam impunes, gozando plena liberdade e ainda se dão ao luxo de se acompanharem por capangas, ostensivamente, em todo o Estado.

“Esses criminosos são os seguintes indivíduos: Deputado Claudenor Lima, Valdomiro Barbosa, seus irmãos Florival Barbosa e Djacy Barbosa, e o primeiro suplente de vereador pela UDN, elemento que me pareceu sempre suspeito e cuja inclusão, como candidato de nossa legenda, se consumou com meu declarado protesto e advertência de que essa escolha era uma ignomínia para nossa agremiação partidária. Com constrangimento, faço referência a essa particularidade porque tive de me curvar, no caso, à imposição dos demais companheiros de Diretório Municipal e o meu rompimento, naquela oportunidade, poderia sofrer um desvirtuamento de interpretação. Infelizmente, meus prognósticos se confirmaram com o desenrolar dos fatos. Estou, portanto, de consciência tranquila quando fiz restrições à inclusão daquele nome na nossa legenda.

“Na exposição que fiz à Comissão de Senadores que esteve em Alagoas, declarei ter sido informado por D. Anita Tomé, residente em Arapiraca, que, logo após o assassinato do vereador Benício Alves de Oliveira, estiveram reunidos os Srs. Djacy Barbosa, Valdomiro Barbosa, Florival Barbosa e Lourenço Almeida, no consultório do primeiro, que é médico, instalado numa das dependências da residência de D. Anita Tomé, tramando, altas horas da noite, meu assassinato. O plano do meu assassinato foi tratado e delineado, depois que os referidos senhores se certificaram que a dona da casa estava dormindo e de que ninguém os ouvia. Eles haviam combinado com o Deputado Claudenor Lima meu extermínio e do vereador Benício Alves de Oliveira. O do último já havia sido consumado e naquela reunião estavam justamente deliberado mandar buscar um facínora, fora do Estado, para executar a missão. A denunciante se certificou, com o que pode ouvir da conversa, que o executante do crime seria o sogro de Ângelo Fernandes, comerciante de Arapiraca.

“Após o regresso dos senadores, fui a Arapiraca, cidade que continua infestada de bandidos, a serviço das famílias Pereira e Barbosa. O Deputado Claudenor Lima, seus irmãos, Cláudio e

Claudisbel, em automóveis e caminhões passaram, várias vezes, em frente de minha residência, com evidente propósito de intimidação. No dia 19 de novembro, recebi de D. Nair Fernandes, esposa do Sr. Ângelo Fernandes, uma carta (documento junto), na qual confessa o depoimento de D. Anita Tomé, prometendo empenhar-se junto a seu pai para que não aceite a criminosa incumbência de meu assassinato de que lhe encarregariam meus inimigos, acima citados.

“Estou seguramente informado de que a referida carta foi ditada por D. Nair Fernandes e escrita por uma filha. Ao receber essa carta solicitei à Srta. Marili Vieira, pessoa de minhas relações, que fosse pedir a D. Nair Fernandes que me enviasse uma fotografia de seu pai, seu nome por extenso e o lugar onde reside. Aquela senhora atendeu minha solicitação, escrevendo o nome de seu pai em um pedaço de papel e o lugar onde mora, deixando, entretanto, de enviar a fotografia por não dispor, no momento, de um retrato dele, de tamanho pequeno.

“Não ignoro, portanto, a trama que está arquitetada contra minha vida. A impunidade e um crime gera outros crimes. Essa regra não poderia ter exceção em Alagoas. Ontem, era sacrificado o vereador Benício Alves de Oliveira e eu estou ameaçado do mesmo destino.

“O Senhor Governador foi e é conivente em todos esses crimes, de notória filiação política. Nem pode ele argumentar que não foi advertido, porque, por várias vezes, tive ensejo de prevenir, da Tribuna da Assembleia, a marcha dos acontecimentos do meu município.

“Estou agindo no cumprimento do mandato que me foi confiado pelo povo e tenho a consciência tranquila de não ter concorrido de nenhum modo para a desgraça política que pesa sobre a Alagoas.

“Prefiro morrer com honra a viver sem ela. Não deixarei meu Estado, nem abandonarei minha família e o povo que me elegeu para que, amanhã, meus filhos não tenham vergonha de ouvirem falar de meu nome.

“Perdoem-me meus pais, minha esposa e meus irmãos por não lhes ter atendido no pedido para que me ausentasse de Alagoas.

“Estou convencido de que meus sofrimentos só terminarão quando meus adversários consumarem seus intentos criminosos.

“Se o ponto final dessa verdadeira tragédia for, como tudo indica, minha eliminação pessoal, desejo, apenas, que minha família sofra com resignação e cuide de meus três filhinhos, a fim de que, mais tarde eles possam fazer, por Alagoas e pelo Brasil, o que não

me foi possível realizar.

“Sei que esses crimes em meu Estado não serão punidos e que, depois de nós, outros tombarão. Tudo o que está acontecendo, presentemente, em Alagoas, faz parte de um programa, friamente esquematizado.

“O sacrifício do saudoso vereador Benício Alves de Oliveira e o provável sacrifício de minha família não terão, certamente, o poder de emocionar o resto da nação, como o martírio do Major Rubens Vaz, mas valerão como etapas na rude caminhada do aperfeiçoamento dos nossos caminhos políticos.

“Essa, Sr. Presidente, a confissão que me senti com o dever de transmitir à Direção Central de meu Partido, pedindo a V. Exa. que, consumado meu assassinato, encaminhe esse relatório à Justiça.

*“Cordialmente, - Marques da Silva,
Médico e Deputado Estadual.”*

Foi o prenúncio. Em dezembro de 1956 já previa, claramente, seu assassinato, que se deu em 7 de fevereiro de 1957.

Com a publicação da carta na imprensa, principalmente da capital da República, o governador Muniz Falcão interpelou o deputado Claudenor de Albuquerque Lima, chamando-o ao palácio Floriano Peixoto. Advertiu-o de que não iria admitir quaisquer violências contra a oposição, muito menos contra o deputado Marques da Silva:

- *“Se isto ocorrer – disse o governador – não tenha dúvida de que os responsáveis serão punidos, porque me empenharei para que sejam presos e entregues à Justiça”.*

E completou o governador Muniz Falcão:

- *“Os meus verdadeiros amigos são aqueles que não criam problema ao meu governo”.*

O deputado Claudenor de Albuquerque Lima, segundo testemunhas, retrucou:

- *“Governador, a carta de Marques da Silva é um lance meramente político. Pode o senhor estar certo de que nada acontecerá a ele. Não sofrerá um arranhão da parte dos amigos que o senhor tem em Arapiraca. Se depender de mim e de meus amigos, ele morrerá de velhice”.*

Depois da “carta testamento”, o deputado, em 17 de janeiro, numa convocação extraordinária da Assembléia Legislativa (3^a. legislatura), portanto, 20 dias antes de ser assassinado, discursou:

“Em dias da semana passada, o sr. Governador do Estado exonerou o Capitão Ataíde da função de Delegado de Polícia do município de Arapiraca. Sabem todos que acompanharam a vida política daquele município tão turbulento nos últimos tempos, em que condições para ali fora aquele oficial. Mas vale lembrar.

“Em dias do mês de novembro aqui esteve uma Comissão de Senadores, constituída dos eminentes patrícios Gomes de Oliveira, Gaspar Veloso, Mem de Sá e Daniel Krigger. Vieram abalados pelos acontecimentos que se desenrolavam no Estado e sobretudo no meu município, que dois deles visitaram. Estiveram com o sr. Governador a quem expuseram as suas impressões e apreensões. E Sua Excelência entre as medidas com que procurou tranquilizá-los e mostrar bons propósitos incluiu a nomeação de seu Assistente Militar para Delegado local. É este que agora é afastado.

“Quero recordar que, quando naquela época os senadores procuravam convencer aos meus companheiros que regressassem ao Município confiados na garantia a eles oferecidas por intermédio de S. Excelência, era apontada a nomeação do Assistente Militar do Chefe do Executivo como circunstância que revelava que o Governador desejava assumir responsabilidade pessoal no caso.

“A demissão revela que S. Excelência de si aquela responsabilidade. Por que sai um militar da confiança militar do Governador? E para que?

“Todos devem ter lembrança de que denunciámos estar correndo perigo a minha vida e a de companheiros de Arapiraca. Hoje, ainda mais que ontem, sentimos que estamos sob ameaça de morte. E, nesta altura, sentimos no dever para com os Senadores, que daqui saíram confiantes diante da palavra do sr. Governador, e para com os companheiros que nunca chegaram a ficar tranquilos, de declarar que em mais esta oportunidade, o Governador Muniz Falcão que tem perfeito conhecimento da situação, atira sob seus ombros a responsabilidade pelo que venha acontecer aos opositoristas de Arapiraca.

“Sua Excelência sabe de tudo, porque de tudo tem sido, por homens de responsabilidade, informado. S. Excelência pode evitar que nos massacrem, isto é, que se consumam as ameaças às nossas vidas, partindo de fontes conhecidas.

“Se tira de Arapiraca que manteve suportável a situação, nos leva a crer que prefere servir aos seus amigos que garantir a paz e a segurança para uma comunidade. Fique mais uma vez Alagoas ciente de tudo”.

A teimosia

Na véspera de ser assassinado em Arapiraca, o deputado Marques da Silva havia jantado na residência, em Maceió, de Carlos Gomes de Barros, colega deputado udenista. Seu filho, Humberto Gomes de Barros (que foi procurador-geral do Distrito Federal e ministro do Superior Tribunal de Justiça, acadêmico da Academia Alagoana de Letras) relembra, em carta endereçada ao ex-deputado federal e ex-colega do deputado arapiraquense, Oséas Cardoso, datada de 10 de julho de 2001, esse jantar”

“Recordo o jantar do deputado Marques da Silva, em minha casa, na véspera de ser assassinado. Sua figura permaneceu em mim como o retrato de um condenado à morte que se recusava a pedir indulto ou fugir da execução. Ficou-me dele um quadro a que se poderia chamar “A Teimosia do Herói”.

Também no prefácio ao livro *Um Vulcão em Alagoas* escreveu:

“Ficou-me na memória a figura patética do Deputado José Marques da Silva, jantando em minha casa e dizendo para minha mãe: Dona Laura, estou marcado para morrer; sou um homem morto.” A previsão realizou-se. No dia seguinte ele foi assassinado.”

Morte anunciada

A disputa é acirrada até mesmo entre os partidários da UDN e do PSD. De um lado, os que têm Marques da Silva como médico, deputado e amigo. Do outro, os seguidores das famílias Albuquerque, Lima, Pereira e Barbosa. Há os que não dão muito tempo pela vida do médico, acreditando piamente que sua morte é iminente – não há como esperar tanto tempo, pois de uma hora pra outra sua vida será exterminada, pensavam e diziam à “boca pequena”.

São os idos de 1956. A morte é anunciada. Arapiraca está de um fervor a toda prova. Pessoas andam de um lado pra outro, do trabalho para casa, com o olhar fito no horizonte, ariscos, como a espreitar quaisquer movimentos. O medo é geral entre a população, pois todos já tinham visto acontecer o trucidamento do vereador Benício Alves de Oliveira em outubro de 1956.

Foi um aviso.

Disse o deputado Marques da Silva, na carta encaminhada ao diretório nacional da UDN, (íntegra, acima) que *“os mandantes do assassinato do vereador Benício Alves de Oliveira continuam impunes, gozando plena liberdade e ainda se dão ao luxo de se acompanharem por capangas, ostensivamente em todo o Estado”*.

“Esses criminosos são os seguintes indivíduos: deputado Claudenor Lima, Valdomiro Barbosa, seus irmãos Florival Barbosa e Djaci Barbosa, e o primeiro suplente de vereador da UDN, elemento que me pareceu sempre suspeito e cuja inclusão, como candidato de nossa legenda, se consumou com meu declarado protesto e advertência de que essa escolha era uma ignomínia para nossa agremiação partidária. Com constrangimento, faço referência a essa particularidade porque tive de me curvar, no caso, à imposição dos demais companheiros do diretório municipal e o meu rompimento, naquela oportunidade poderia sofrer um desvirtuamento de interpretação. Infelizmente, meus prognósticos se confirmaram com o desenrolar dos fatos. Estou, portanto, de consciência tranquila quando fiz restrições à inclusão daquele nome na nossa legenda.” Ele se referia a Lourenço de Almeida, amigo leal e seletto do deputado Claudenor de Albuquerque Lima e cunhado de Valdomiro Barbosa.

Como o deputado Marques da Silva tinha tanta certeza de que essas pessoas eram os mandantes do assassinato do vereador Benício Alves de Oliveira? Como fazer uma acusação tão grave?

Marques da Silva tinha recebido a informação de D. Anita Tomé, em cuja casa vizinha reuniram-se os irmãos Barbosa e Lourenço Almeida, consultório do médico Djacy, “*tramando, altas horas da noite, meu extermínio e do vereador Benício Alves de Oliveira*”, segundo ele em sua carta à direção da UDN. A informante disse que eles haviam combinado com o deputado Claudenor Lima o extermínio de Marques da Silva e do vereador Benício Alves e citou até o executante, que deveria ser o sogro de Ângelo Fernandes, um comerciante de Arapiraca

Errou quanto ao executante. Não foi o pai de Nair Tereza Duarte, a Nair Fernandes. Acertou quanto aos mandantes, segundo o ministério público de Alagoas. Aliás, foram muito mais do que chegou a denunciar. Ao todo, o ministério público denunciou como autores, intelectuais e material, dezenas de pessoas.

Àquela época, isto é, nos idos dos anos 50, pistoleiros assalariados, muitos deles reconhecidos como familiares, praticamente moravam nas casas dos poderosos. E em Arapiraca não era diferente. Quando do assassinato do deputado Marques da Silva foram reconhecidos como tais:

Luiz Vieira Malta (conhecido como **Luiz Neneu**) – era guarda-civil do estado. Foi um dos primeiros a saber da vinda dos irmãos Cacheados, oriundos de Bom Conselho, Pernambuco, para assassinar o deputado udenista. Quem confidenciou o fato foi Sebastião Cacheado, em frente ao prédio da Assembleia Legislativa Estadual. E nada fez.

José Pascoal vivia na casa do deputado Claudenor de Albuquerque Lima. Sabia da trama para assassinar o médico e deputado arapiraquense. Na noite do assassinato, foi visto no quintal da casa do mandante, esperando os irmãos Cacheados. Quando os pistoleiros chegaram, perguntou: “atirou?” “Atirei não; matei e ele está morto na praça”.

José Feliciano (também chamado de **José do Óleo**) – era um assalariado da família Pereira Lima. Não tinha profissão definida. Vivia na casa do deputado Claudenor de Albuquerque Lima, andava armado pelas ruas da cidade. Era, também, malandro de jogo. No dia do crime, deu cobertura aos irmãos Cacheados e se encontrava na praça Gabino Besouro (hoje praça Marques da Silva), juntamente com Cláudio de Albuquerque Lima, Jesus Rodrigues, Moacir Pedro da Silva.

Antônio Argemiro Pereira (também conhecido como **Primo Jogador**) – era malandro de jogo e pistoleiro. Vivia na casa do deputado Claudenor de Albuquerque Lima. Quando do assassinato do médico Marques da Silva, andou na praça Gabino Besouro com arma em punho. Depois, saiu arrotando vantagem, inclusive afirmando que os assassinos foram os irmãos Cacheados.

Jesus Rodrigues de Lima – dizia ser primo dos Pereira Lima. Era pistoleiro, sem ocupação. Praticamente morava na casa do deputado Claudenor Lima. Muitos anos depois, foi dono de cabaré na cidade.

Paulo de Tal (Paulo de Lagoa da Canoa) – era também pistoleiro. Vivia armado, acompanhando o deputado Claudenor de Albuquerque Lima, inclusive participou, na noite do crime, de reunião com Lourenço Almeida e José Pascoal.

Edson Galvão – era capanga e pistoleiro assalariado do deputado Claudenor de Albuquerque Lima. Perseguiu, durante algum tempo, a testemunha Anita Ferreira.

Moacir Pedro da Silva – filho de família importante de Arapiraca, tinha uma amizade muito grande com o deputado Claudenor de Albuquerque Lima. Não era pistoleiro, mas foi visto por diversas testemunhas na praça Gabino Besouro, quando do assassinato de Marques da Silva, inclusive portando arma. Após o crime, homiziou-se na residência de Claudenor Lima.

Lauro Ferro (também conhecido como **Lau Ferro**) foi a pessoa encarregada de arregimentar pistoleiros para matarem o deputado Marques da Silva. Era do município de Bom Conselho, Pernambuco. Intermediou os irmãos Cacheados, Sebastião e Luiz).

Sebastião e Luiz Cacheado – pistoleiros assassinos do deputado Marques da Silva, eram originários do município de Bom Conselho, Pernambuco. Foi Luiz Cacheado quem atirou duas vezes pelas costas, causando morte quase que instantânea. Na ocasião, Luiz trajava calça de brim claro, camisa marrom e chapéu de pano. Assim foi visto por várias testemunhas.

Outros pistoleiros viviam e conviviam abertamente em Arapiraca. Muitos deles eram alcunhados de “seguranças”, uma espécie de guarda-costas. Nesse clima, corriam os dias no município, com provocações de lado a lado. De um lado, a UDN, que tinha como líder principal o deputado José Marques da Silva, juntamente com os irmãos João Lúcio da Silva, José Lúcio de Melo, Manoel Lúcio da Silva e José Pereira Lúcio (que, apesar do sobrenome, não era parente dos três primeiros e foi, depois, deputado federal), Antônio Ventura de Oliveira, Benício Alves de Oliveira, Domingos Vital da Silva; do outro, sob o comando de Luiz Pereira Lima, estavam os filhos Claudenor de Albuquerque Lima (deputado), Cláudio de Albuquerque Lima, Claudisbel de Albuquerque Lima (este era menor de idade quando do assassinato do deputado Marques da Silva), os irmãos Barbosa (Valdomiro, Florival e Djacy – este médico), Lourenço de Almeida (suplente de vereador na coligação UDN-PTN). Interessa, aqui, lembrar que os irmãos Barbosa

eram, antes, correligionários do deputado Marques da Silva, inclusive Valdomiro Barbosa havia sido candidato a prefeito de Arapiraca, apoiado pelos Lúcio, tendo sido derrotado por Luiz Pereira Lima. Ao redor desses políticos, correligionários, capangas, além de inúmeros pistoleiros.

Mas, que são os pistoleiros?

Numa reportagem da Revista **ISTO É**, datada de 1999, de autoria de Luciana Pinsky, a pistolagem e o pistoleiro foram dissecados. Como produto do nordeste brasileiro, principalmente, ... *“os pistoleiros do sertão nordestino têm uma raiz histórica muito mais antiga. “O pistoleiro surgiu junto com os cangaceiros”, explica o historiador Frederico Pernambucano de Mello, da Fundação Joaquim Nabuco, de Recife. Mello conta que os pistoleiros eram contratados por bandos de cangaceiros para fazer serviços discretos. “Por causa da roupa característica, a presença dos cangaceiros era facilmente notada nas cidades”, diz. Segundo ele, os bandos desprezavam os pistoleiros porque estes não enfrentavam a polícia e só matavam quando sabiam não haver risco. Em geral, surpreendiam a vítima usando a tocaia. Muito visados e perseguidos, os cangaceiros desapareceram. Já os pistoleiros... “continuam a existir e até depõem no Congresso”.*

Segundo o sociólogo César Barreira, da Universidade Federal do Ceará, existem três tipos de pistoleiro. O primeiro, ou tradicional, tem um único patrão (em geral, um fazendeiro) que o paga com sustento e proteção. O segundo tipo é o ocasional. *“É alguém que cometeu o primeiro crime no campo e vai para a periferia das cidades. De vez em quando é lembrado pelos intermediários, muitas vezes ex-pistoleiros, para executar um serviço”, explica ele. “O último figurino é o do pistoleiro profissional, que vive de matar”. Ao contrário dos antigos, é pouco conhecido e falado e não age em um único lugar. Assim como ocorre com o matador ocasional, é acionado por um intermediário que cuida também de arrumar proteção. “Essa proteção às vezes é dada por acordos espúrios entre os mandantes e os órgãos de segurança com certa conivência da Justiça”, acusa o estudioso César Barreira.*

Para o ex-Procurador Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas, Dilmar Camerino, *“os crimes desse tipo só fizeram piorar nos últimos dez anos por causa da impunidade”* (isto foi dito em 1999). E mais: o Secretário Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, José Gregori, bem sintetiza a normalidade no convívio com os pistoleiros *“É uma prática tão secular que só falta os pistoleiros pedir aposentadoria ao INSS”.*

Floro Novaes

Talvez tenha sido o único pistoleiro a serviço do deputado José Marques da Silva. Ninguém confirma, mas o que dizem é que Floro Novaes havia recebido uma proposta para assassinar o deputado arapiraquense. Antes de aceitar o caso, foi até Arapiraca pesquisar a situação. Depois de algum tempo, procurou o médico-deputado, contou-lhe a proposta recebida e, então, recebeu outra: cuidar da defesa do político Marques da Silva.

Quem foi, então, Floro Novaes? Com a morte de seu pai, Ulisses Novaes, em 1951, o jovem Floro Gomes Novaes entrou no crime, não o crime organizado, nem tampouco o crime de mando ou de empreitada. Entrou no crime de honra, ou mais precisamente, jurou vingar a morte de seu genitor que, além de tiros, teve a cabeça esmagada por coronhadas de rifle.

Entre Olivença, local de seu nascimento, e Santana do Ipanema em Alagoas, onde seu pai foi emboscado, além de todo o sertão alagoano, foram 19 anos de jornada com suas armas “cuspindo fogo”, algumas vezes sozinho, outras, acompanhado de comparsas, como Valderez Ferreira.

Como pistoleiro, era conhecido como o vingador do sertão. Hoje, in memoriam, é até nome de rua em Arapiraca: Rua Floro Gomes Novaes, bairro Santa Esmeralda, com CEP 57312-100.

Mas, voltando a sua ligação com o deputado Marques da Silva, conta-se que, recebendo proposta para matá-lo, foi até Arapiraca, pesquisou a cidade e a pessoa “jurada de morte” (o deputado). Resolveu então contar-lhe tudo, o convite para assassiná-lo, quem o havia contado, quando seria e a quantia paga pelo crime.

Durante muito tempo, o deputado e médico José Marques da Silva andou acompanhado de Floro Gomes Novaes. O que se passou entre eles? Ninguém jamais contou, ou se sabe.

Certo é que, enquanto o pistoleiro Floro Gomes Novaes “vivia” com o deputado arapiraquense, a este nunca se fez nenhuma ameaça, nada.

Tiros e morte

Tudo ocorreu no dia 7 de fevereiro de 1957, às 21,30 horas, na praça Gabino Besouro, um dos lugares mais frequentados da cidade de Arapiraca. O deputado e médico José Marques da Silva vinha da residência de Nair Teresa Duarte (Nair Fernandes), onde tinha ido atender um seu chamado, que se dizia enferma.

A vítima atravessou a rua em direção à praça, quase em frente à igreja de São Sebastião, e dirigia-se a sua residência, vizinha à Sorveteria Pinguim. De repente, dois tiros ecoaram na noite, e atingiram o médico e deputado estadual pelas costas, sem quaisquer oportunidades de defesa.

Prostrado ao chão, o deputado Marques da Silva teve consumada a tragédia que antevira há muito, quando denunciou seus possíveis algozes. Enquanto isto, sorrateiramente, um homem, vestindo calça de brim claro, camisa marrom e de chapéu de pano à cabeça, dirigiu-se à rua Estudante José de Oliveira Leite (casa do deputado Claudenor Albuquerque Lima), pulou um muro e homiziou-se no quintal.

Outros pistoleiros, vindo de todas as partes, achegaram-se à casa do deputado Claudenor. Todos foram vistos pela empregada doméstica do deputado, Palmira Alexandre da Silva, que reconheceu Luiz Cacheado como o primeiro pistoleiro a chegar, logo, logo, depois dos tiros. Ela diariamente dava as refeições aos irmãos Cacheado. E mais: Palmira ouviu um diálogo ocorrido entre Luiz Cacheado e José Pascoal:

- "Atirou?"

- "Atirei não, matei e ele está morto na praça".

O proprietário de um caminhão marca Ford, placa 1330/AL, José Carvalho, que era dirigido pelo motorista Luís Vieira da Silva, prontuário no. 2.436, disse que vinha dormindo na carroceria de seu carro, com carga de farelo e algodão, pois na boleia estava também o vigário de Limoeiro de Anadia, padre Maurício.

Disse ele: *"Quando o carro passava pela praça Gabino Besouro acordei ouvindo tiros."*

O motorista imediatamente diminuiu a velocidade do carro. José Carvalho, então, gritou:

- *Paturi, não pare o caminhão!*

Disse ele que o caminhão continuou até um posto de gasolina logo adiante (Posto São Joaquim, de Joaquim Bezerra, também conhecido como Joaquim da USGA). No depoimento à imprensa, continuou a testemunha a dizer que imediatamente se deslocou até o local dos tiros e indagou a um estranho o que tinha ocorrido.

Últimos passos

A revista **O CRUZEIRO**, com o título **ALAGOAS CONFLAGRADA** reproduz, através do repórter Ubiratan de Lemos (2/3/1957), os últimos momentos do deputado Marques da Silva, na noite de 7 de fevereiro: “o deputado-médico José Marques da Silva conversava com os seus amigos e correligionários Antônio Lopes e Neusvaldo Lopes, numa noitinha da primeira semana do mês. Os Lopes como os Lúcio – famílias sertanejas do mesmo grupo político – iam todas as noites palestrar com o deputado. Naquela ocasião, como em outras, falava-se de política. Por volta das 20 horas, alguém bateu na porta do dr. Marques da Silva:

- *Doutor, a dona Nair Fernandes pede para o senhor ir até a casa dela. Ela está passando muito mal.*

A esposa, Maria Vieira Marques, objetou:

- *Marques, não vá. Olhe que é perigoso. Você já receitou injeção para dona Nair Fernandes.*

Minutos depois ouviram-se novas batidas na porta. O estado de saúde de dona Nair agravara-se. A mulher ia morrer, vítima de hemorragia, consequência de um aborto mal sucedido. O médico argumentou junto à esposa, mãe de três filhos menores:

- *O meu juramento de médico obriga-me a ir, querida. Leve as crianças para o sótão. Voltarei já.*

Antônio Lopes, pai de Neusvaldo, tomou a palavra:

- *Doutor, eu vou com o senhor e o meu filho. Nada lhe acontecerá. É muito cedo para qualquer agressão de seus inimigos políticos.*

Quando voltavam da casa de dona Nair Fernandes já eram 21h30. A praça principal, onde fica a casa do médico, estava cheia de povo. Andavam os três homens, lado a lado, pela calçada do logradouro, a 20 metros da casa do médico. Eis que saiu, de baixo de um arco de “ficus”, um homem corpulento, de blusão cáqui, ficando por trás do deputado. Empunhava com as duas mãos um revólver calibre 45. O criminoso secou a carga da arma. Duas balas, disparadas à queima roupa, nas costas do médico, vararam-lhe o coração. O doutor Marques da Silva agonizou na hora, enquanto o assassino sumiu dentro da noite.

Houve que visse o matador homiziar-se na casa do deputado

Claudenor Pereira Lima, inimigo político da vítima. Neusvaldo Lopes prestará depoimento revelando o seguinte diálogo:

- *Mataram o homem?*
- *O homem está morto. Vamos embora.*

O que se passou na casa de Nair Fernandes? Ninguém sabe. Ou não quer saber.

Que diz outro órgão da imprensa?

A história do assassinato do deputado Marques da Silva, em 7 de fevereiro de 1957, foi publicada pela **Revista MAQUIS** (já citada) e quase que toda ela republicada pelo **JORNAL DE ALAGOAS**, edição de 20 setembro de 1979 (quase vinte e três anos após), uma quarta-feira, que relembra o assassinato do deputado Marques da Silva, a pistolagem em Alagoas, a oposição política na Assembléia Legislativa, numa reportagem especial do jornalista Zito Cabral, e a tentativa de impeachment do governador Muniz Falcão, com a seguinte manchete:

“MARQUES DA SILVA MORTO PELO SINDICATO DA MORTE”

No meio e acima da página, o repórter apresenta dez indagações e/ou afirmações:

- “1º.) - Onde era a sede do “Sindicato da Morte”?;
- 2º.) - A mudança de um delegado custou a morte de um deputado;
- 3º.) - Teotônio redigiu o documento secreto;
- 4º.) - Porque foi morto Marques da Silva;
- 5º.) - Vinte e três deputados comandaram a oposição;
- 6º.) - Marques da Silva sabia que ia morrer;
- 7º.) - Imposto rompe a aliança do governador com os deputados;
- 8º.) - Lamenha comandou a oposição para derrubar Muniz;
- 9º.) - Até o juiz fugiu de Arapiraca para não morrer;
- 10º.) - Quem mandou e quem matou Marques da Silva.”

A matéria redacional é a seguinte:

“O envio de uma mensagem à Assembléia Legislativa, pelo então Gover-

nador Muniz Falcão, propondo o aumento do funcionário público e do Imposto de Vendas e Consignações, provocou o rompimento da Aliança existente entre o PSP (partido do Governador) com PSD, UDN, PTN (*) e outros deputados sem partido.

“À época existiam 36 deputados, com assento na Assembléia Legislativa, onde o Governo possuía a maioria. Com o rompimento dos deputados Lamenha Filho (PSD, Manoel Borges (PSD), Júlio França (PSP, Arnaldo Paiva (PSD), Machado Lobo (sem legenda), Hermani Almeida Torres(idem), Edson Lins (UDN), e Anthenor Claudino (PTN), acirrou-se os ânimos políticos. A situação passou a contar com 28 deputados, o bastante para manter os votos do Governador, e a situação com 13 parlamentares. Ascendeu-se a escalada da violência.”

“Alagoas à época possuía 37 municípios: a UDN, junta a sua coligação, possuía 33 Prefeitos, mas todos aderiram o Governo. Em Arapiraca, imperava o poderio dos Pereira Lima, sobre o comando do coronelismo do chefe político Luiz Pereira de Lima, pai do deputado Claudenor Pereira Lima. As divergências políticas culminaram com o bárbaro assassinato do médico e também deputado da UDN, Marques da Silva.

“CLIMA DE TERROR

“A União Democrática Nacional – UDN, nunca conseguiu ter uma boa representação na Câmara. Sempre vivia por baixo. Ocorre que nas eleições ante a 1957, dos nove vereadores que representavam o município, a UDN conseguiu eleger cinco e mais o prefeito e o deputado estadual da região, ou seja, Marques da Silva.

“A dissidência política era uma constante, com brigas entre famílias importantes. Em Mata Grande, brigavam os Maltas contra os Brandão. Em Água Branca, os Torres contra os Vilar; em Coruripe, os Coutinho com os Beltrão. Era uma guerra constante. Em Arapiraca, acirrava-se os ânimos entre os Lúcio e seus seguidores contra os Lima. Vale salientar que dos 33 prefeitos interioranos, todos aderiram ao Governador Muniz Falcão, com as exceções de Arapiraca e água Branca.

“Na primeira cidade (Água Branca), mataram o prefeito e o vice-prefeito, enquanto o ódio corria nas veias dos políticos situacionistas em Arapiraca. Os Pereira não admitiam ter minoria na Câmara de Vereadores. O primeiro suplente da UDN é o sr. Lourenço Almeida, do PTB (*), partido coligado. Com a morte de um vereador, o partido dos Pereira e do Governador Muniz Falcão subia para o poder.

“Motivos não faltavam para a eliminação de um vereador da oposição.

As conspirações eram feitas e os esquemas traçados nas casas dos políticos. Nasceu a ideia da eliminação do vereador Benício, pois um seu irmão de nome Epifânio (fiscal de rendas), por questões de trabalho e de contrabando, assassinara um dos irmãos da família Barbosa. Isto servia de pretexto básico para a eliminação de Benício, e isto aconteceu. Benício foi assassinado por vingança.

“A MORTE DE MARQUES DA SILVA

“Marques da Silva, que entrara na política por influência do então deputado federal Ruy Palmeira, era uma estrela que brilhava em seu município pelos relevantes serviços prestados à comunidade, quer seja como parlamentar ou como médico. Ele comandava em Arapiraca a oposição contra o Governo. Isto incomodava os Pereira, cujo poderio ia aos poucos se esfarelado. Ele teria que morrer. E foi sentença cumprida.

*“A agitação e a violência política chegaram ao ápice. As denúncias eram feitas todas as tardes da Tribuna da Assembléia. O próprio deputado Marques da Silva chegou a redigir uma carta, reconhecendo que estava prestes a ser assassinado. Em um dos trechos da **CARTA DENÚNCIA** ele afirmou: “Se o ponto final dessa verdadeira tragédia for, como tudo indica, minha eliminação pessoal, desejo, apenas, que minha família sofra com resignação e cuide de meus três filhinhos, a fim de que, mais tarde, eles possam fazer, por Alagoas, o que não me foi possível realizar”. A carta é datada de 4 de dezembro de 1956, e ele morreu em fevereiro de 1957.*

“O Governador Muniz Falcão vendo o grande perigo que rondava a vida do deputado e de seus correligionários, pois até o juiz de direito havia abandonado a cidade, resolveu nomear o seu oficial de gabinete, major Ataíde de Oliveira, para exercer as funções de Delegado de Polícia daquele município. A paz voltou a reinar com o major Ataíde que, sendo um oficial duro, não admitia ingerência na sua delegacia e a ordem era mantida a qualquer preço. Esta posição não agradou ao então deputado Claudenor Lima e, em janeiro de 1957, o major Ataíde foi substituído pelo tenente Benedito Albuquerque de Vasconcelos, para satisfazer os pedidos do parlamentar. Vinte dias depois, o deputado Marques da Silva era fuzilado com dois tiros pelas costas, a menos de um metro de distância. Os tiros vararam-lhe o coração. Claudenor Pereira de Lima foi apontado como mandante e o crime fora perpetrado por hábeis pistoleiros.

“COMO MORREU MARQUES DA SILVA

“O repórter Carlos Lemos, da revista MAQUIS (Rio de Janeiro,), esteve no local e escreveu uma reportagem, onde mostrou os mínimos detalhes. Contou Carlos Lemos que “às 19,30 horas, do dia 7, José Lúcio de Melo recebeu um recado de d. Anita Tomé, dizendo que d. Nair Fernandes estava passando mal e que precisava do dr. Marques da Silva.

“José Lúcio mandou a mulher avisar, mas com a advertência, pois era tarde. O deputado estava com os amigos João Lúcio da Silva, Adalberto Rocha, Antônio Lopes e seu filho Neovaldo Lopes (**). Foram saindo até que ficaram apenas Antônio e Neovaldo Lopes. Voltaram os pedidos da ida do médico a casa de d. Nair. Marques disse temer, mas que não sabia o que fazer. Antônio disse que não fosse e perguntou se, por acaso, uma receita não serviria. O deputado disse que sim, pegou no bloco e começou a escrever. Nisso chegaram d. Anita e sua filha, dizendo que a mulher estava nas últimas (foi um aborto).

“Prestei um juramento na Escola de Medicina da Bahia e este juramento me obriga a ir – disse Marques.

“- Maria (sua mulher farmacêutica) quer ir, mas não resolve. Vou falar com ela para falar com os meninos e vou.

“Dona Maria desceu as escadas e ouviu:

“- Fique com Mário Alcino (filho mais velho com quatro anos).

“Antônio Lopes e seu filho levantaram-se dizendo que iam juntos.

“Na rua Aníbal Lima, Marques perguntou a um desconhecido onde era a casa da doente. Ele não soube informar. Nisso passou o jovem Nivaldo Lima, que vinha com um primo do famoso pistoleiro Jesus, chamado de Antônio, que informou com precisão.

“Desceram a rua e dobraram a esquina na praça Manoel André, onde notaram que no centro conversavam Francisco Pereira Lima, comerciante candidato derrotado à Prefeitura, e delegado de polícia ao tempo do assassinato do vereador Benício, e José Sansão, morador da cidade.

“Quando chegaram à casa de d. Nair notaram, também, a presença de Valdomiro Barbosa e seu guarda-costas recostados em frente ao armazém vizinho.

“O médico entrou e os dois ficaram na porta. A casa estava cheia. No quarto da doente estavam a mulher de José Pereira Rocha, vereador e primo de Luiz Pereira Lima (pai do deputado Claudenor), a mulher de Durval Chicote, d. Ana Tomé e um primo de d. Nair, pistoleiro que tem certa prática de enfermagem.

“Esse pistoleiro saiu minutos depois, o que foi visto por Antônio Lopes. Dirigiu-se a Valdomiro Barbosa, que estava com o irmão Florival e mais um guarda-costas (os dois estão presos implicados no crime). Valdomiro foi à casa

onde perguntou em voz alta, da porta:

“-Quem está aí?”

“-É o dr. Marques” – gritaram.

“Valdomiro voltou ao armazém, saindo primeiro seu irmão e depois ele em direção a Empresa Força e Luz, de sua propriedade.

“Meia hora depois, terminado o tratamento, Antônio da porta ouvia d Nair dizer:

“-Eu tenho medo que lhe aconteça alguma coisa, dr. Marques. Eu seria culpada por ter lhe chamado”.

“-Fique tranquila que comigo não acontecerá nada”.

“Despediu-se e, na porta, ao sair, fez recomendações ao primo de d. Nair quanto ao estado grave que ela se encontrava. Disse também que na mesma noite mandaria injeções e se precisassem de alguma coisa era só avisar

“Saíram Antônio, Neovaldo e Marques. Na esquina da rua Aníbal Lima, que é um foco de pistoleiros, Neovaldo disse: “É melhor irmos pela praça Bom Conselho”.

“-Que nada, por aqui é mais perto”, disse o doutor. No fim da rua, na praça Gabino Besouro, um grupo conversava na esquina da rua Estudante José de Oliveira Leite.

“-O que há? Tanta gente”.

“-É gente amiga. São os professores Pedro Reis, Manoel Bernardino (***) e outros, com os estudantes do Instituto São Luís. Eram 21,40 horas. Seguiremos em frente.”, disse o médico

“Marques no centro, Antônio do lado do meio fio e Neovaldo junto a parede. Em frente um arco de pé de fícus, Neovaldo, num relance, viu um homem correndo descalço, segurando uma arma com as duas mãos, que, pelas costas e uns dois palmos de distância, fuzilou o médico com dois tiros no coração. Ficaram, desesperados quando viram Marques da Silva apertar o passo. Adiante tombou entre o meio fio.

“D. Maria, na porta da casa, a uns 50 metros, com os amigos do deputado, gritou:

“- Marques, o que é isto? - e saiu correndo.

“Quase morto, com os braços cruzados sobre a barriga, como quem vai puxar a arma que trazia na cinta, Marques caiu no meio da rua.

“Carregaram o deputado para casa.

“Enquanto isto, o criminoso saiu correndo e deu mais um tiro. Passou pelo grupo de professores e o professor Manoel Bernardino (***) tentou cercá-lo. O bandido esquivou-se e, sem voltar o corpo, com o revólver virado para trás, tornou a disparar. A outra mão vinha na cintura, como que segurando

outro revólver.

“Passou adiante e dobrou a esquina da rua, onde fica a casa do deputado Claudenor Lima.

“O professor Pedro Reis informa que vestida camisa escura ou caqui, por fora das calças (claras) e chapéu de Chantung. O professor Manoel Bernardino diz a mesma coisa, tendo dúvida sobre a cor da camisa.

*“D. Ivete Santelmo Pinguim (****) é quem conta a morte de Marques. É sua vizinha.*

“- Foi horrível! Quando o deitamos na sala, abriu os olhos, procurou a sua mulher e fez o olhar mais triste que já vi. Não disse uma palavra e morreu”.

“O dr. André Lima chamado, já o encontrou morto.

“DEPOIS DA MORTE

*“A morte de Marques da Silva, se bem que era esperada, desconhecendo-se apenas o mês, o dia e a hora, explodiu como um tiro de canhão e seu eco foi ouvido em todo o Brasil. Desde a denúncia feita por Marques da Silva, através de uma carta dirigida a imprensa(****) e distribuída por toda a parte denunciando o seu assassinato, ele na carta, esclarece que “os mandantes do assassinato de Benício Alves de Oliveira, foram os indivíduos: deputado Claudenor Lima, Valdomiro Barbosa, seus irmãos Florival Barbosa e Djacir Barbosa, e, o primeiro suplente de vereador da UDN, elemento que me pareceu sempre suspeito e cuja inclusão, como candidato de nossa legenda, se consumou com o meu declarado protesto e advertência de que essa escolha era uma anomalia para nossa agremiação partidária”.*

“Verdadeiras romarias de políticos se deslocaram para Arapiraca e todos apontavam o deputado Claudenor Lima como mandante e o pistoleiro Jesus como executor. Arapiraca vivia um clima de inquietação com a sua população alarmada. Para que a paz voltasse a reinar naquela cidade, foi preciso que o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas fosse buscar nos fundos da caserna da Polícia Militar o então capitão Cícero Argolo e o tenente Osman Lins, para que ambos ficassem à frente do inquérito. Vale salientar que o capitão Cícero Argolo anteriormente já havia exercido o cargo de delegado daquele município, mas demitido por pressões porque não rezava na cartilha de políticos.

“Foi o próprio Marques da Silva que em sua Carta Denúncia, referindo-se ao episódio da exoneração do oficial, afirmou: “Atendendo às exigências dos seus partidários no município de Arapiraca, o sr. Muniz Falcão substituiu aquele oficial por um civil, o sr. Francisco Pereira Lima, candidato derrotado no último pleito e parente próximo e amigo incondicional do chefe político situacionista”.

“A presença daqueles dois brilhosos oficiais em Arapiraca, desbancaram os pistoleiros que ali se homizaram. Diversas pessoas foram presas envolvidas como coparticipantes. Claudenor Lima fugiu “capital do cangaço” de Pernambuco para Águas Belas. Sua saída de casa verificou-se logo após a nomeação de Argolo para comandar o inquérito. Claudenor dizia-se seu inimigo pessoal”.

(*) PSD – Partido Social Democrático UDN – União Democrática Nacional
PTN – Partido Trabalhista Nacional PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

(**) Neovaldo Lopes – o nome correto é Neusvaldo Lopes.

(***) Manoel Bernardino – o nome do professor é Manoel de Oliveira Barbosa.

(****) Ivete Santelmo Pinguim – o nome correto é Ivete França.

(*****) – A carta foi dirigida ao presidente nacional da UDN, Milton Campos.

Carta a Pedro Soares Vieira

Durante a retirada da roupa ensanguentada do deputado Marques, sua esposa encontrou uma carta (inacabada e datada de 7 de fevereiro de 1957), endereçada ao seu compadre e amigo Pedro Soares Vieira, de Pão de Açúcar, primo de sua esposa, Maria Soares Vieira Marques da Silva.

“Arapiraca 7 de fevereiro de 1957.

“Caro compadre Pedrito, abraços.

“Há dias passados lhe escrevi uma carta que deveria lhe ser enviada pelo nosso amigo Leopoldo que não a procurou.

“A luta em que vivo tem sido a causa do meu silêncio, porém estou certo de que você que é grande e ... (incompreensível) tenho certeza de que acredita na minha amizade e que nunca será decepcionado. Ademais, espero um dia, se Deus quiser, poder fazer alguma coisa de bom por aqueles que confiam em mim.

“Recebi uma carta de nosso amigo Ernesto Vieira, pedindo-me para conseguir um lugar para o menino no Orfanato. Estou fazendo tudo para internar o menino.

“Imagino que alcançaremos o que desejamos, mas, que só responderei a sua carta quando tudo for resolvido.

“Benedito não precisou falar da luta em que tenho vivido e da angústia que sinto pela perda do melhor amigo que tinha aqui: - ... (incompreensível). Era ele um homem de bem, um homem decente, um homem de vergonha. Espero, entretanto, que, com a ajuda de Deus, de você e de outros amigos de sua categoria, vencer esta luta e botar o criminoso na cadeia.

“Como vai você? Da. Prazerinha? comadre Marinalva, os queridos primos e os amigos, como estão?”

Que amigos!

Um dia após a morte do deputado Marques da Silva, o governador Muniz Falcão dizia ao comandante da Polícia Militar, coronel Murilo Luz:

- *“Veja, coronel, que espécie de amigos eu tenho. Traem-me a confiança e expõem o nome do governo num crime monstruoso”.*

Ao lado, de imediato, e através de seu secretário de Governo, Dr. Mah Lobão Barreto, o governador Muniz Falcão fez ver ao Tribunal de Justiça do Estado seu empenho em apurar o assassinato do parlamentar arapiraquense. Solicitou, por outro lado, sugestões para apuração do crime.

Os colegas deputados

Assim que tomaram conhecimento do assassinato do colega, 21 deputados estaduais (a Assembleia Legislativa de Alagoas tinha 35 parlamentares), enviaram ao presidente da República (Juscelino Kubitschek) o seguinte telegrama:

“Levamos ao conhecimento de V. Ex. que o ilustre deputado José Marques da Silva, da Assembleia Legislativa de Alagoas, foi barbaramente assassinado, ontem, às 21h30m, na praça fronteira à sua residência, ao regressar do exercício de sua profissão de médico, no atendimento a uma parturiente.

“Os deputados abaixo assinados representantes da maioria absoluta da Assembleia tornam claro a V. Ex. que o crime é de natureza flagrantemente política. Sabem os poderes da República, através de pronunciamento peremptórios da tribuna desta Câmara e das duas Casas do Congresso Nacional, que a vida do inditoso deputado José Marques da Silva esteve garantida pelas palavras do governador Muniz Falcão, quando aqui estiveram ilustres senadores em comissão interpartidária para observação da extrema gravidade da política alagoana. A maioria da Assembleia Legislativa vê no assassinio do ilustre deputado Marques da Silva o mais hediondo crime até hoje perpetrado em nossa terra e o mais alarmante atentado às liberdades públicas e ao próprio regime. Por isso mesmo encontra-se em sessão permanente e espera uma palavra tranquilizadora de V. Ex. como chefe da Nação. Os fatos não são de hoje e essa sequência interminável de crimes políticos dentro de um ano de governo deixa a pacata comunidade alagoana justamente alarmada. Nas mãos de V. Ex. está o destino de nossa infelicitada terra – Teotônio Vilela, Lamenha Filho, Mário Guimarães, Carlos Gomes, José Onias, Oséas Cardoso, Antenor Serpa, Júlio França, Hermann Almeida, Antonino Malta, Antenor Claudino, José Afonso, Machado Lobo, Otacílio Cavalcanti, Manuel Borges, Antônio Gomes, Geraldo Sampaio, Edson Lins, Arnaldo Paiva, Siloé Tavares, João Toledo”.

Presidente Juscelino Kubitschek

O jornal CORREIO DA MANHÃ, do Rio de Janeiro, em sua edição de 13 de fevereiro de 1957, em sua primeira página, assim repercutiu o assassinato do deputado alagoano Marques da Silva:

“A situação de Alagoas está-se agravando em consequência da falta de providências concretas respeito do caso do assassinato do deputado Marques da Silva. A maioria dos deputados componentes da Assembléia Legislativa seguiu para o Recife em vista da falta de garantias e, ao mesmo tempo, segundo o noticiário, o edifício daquele Poder está sendo rodeado por indivíduos suspeitos, em jipes sem placas.

*“O coronel Henrique Oest, que comanda a Força Federal, não concedeu aos deputados a segurança pessoal pelos mesmos solicitada, de tudo resultando que não há nenhuma garantia de vida para os elementos oposicionistas. “O Presidente da República dirige-se à Assembléia “Eis o teor do telegrama que o presidente da República dirigiu, ontem, ao presidente da Assembléia Legislativa de Alagoas, em resposta a uma comunicação daquele deputado, a propósito dos recentes acontecimentos de Arapiraca, em que foi vitimado o deputado Marques da Silva: “Tomei conhecimento com a maior atenção do telegrama em que comunicais os dolorosos acontecimentos de Arapiraca, em que perdeu a vida o deputado Marques da Silva, assassinado de volta ao seu lar, depois de ter exercido em hora tardia, sua nobre profissão de médico. O Governo Federal está tomando, dentro da lei, todas as providências cabíveis a fim de que não se repita, nunca mais neste país, atos que atentam contra a segurança no exercício da democracia, vitimando violentamente homens públicos e, também, deslustrando nossos foros de nação civilizada. Quero exprimir, nesta oportunidade, minha mais veemente condenação ao indigno e desumano processo de fazer silenciar adversários e manifestar minha firme esperança de que não mais se registrem episódios de tão grande vergonha na vida política brasileira, frutos de campanha de ódio em que nada é respeitado. Aproveito o ensejo para apresentar à Assembléia Legislativa de Alagoas a manifestação de meu profundo pesar pelas trágicas ocorrências que feriram essa Casa na pessoa de um de seus membros mais destacados. a) **Juscelino Kubitschek. Presidente da República”.***

Atitude do TJ/AL

O Tribunal de Justiça de Alagoas, inclusive, em 12 de fevereiro de 1957, enviou ofício ao governador Muniz Falcão, cobrando uma posição daquele governo acerca do assassinato do deputado Marques da Silva. Eis o teor do ofício:

“Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que este Tribunal de Justiça em sessão ordinária de hoje, tomando conhecimento da representação formulada pelo Senhor Procurador-Geral do Estado, solicitando a designação de Comissão Judiciária para apurar o crime de homicídio de que foi vítima o deputado José Marques da Silva e processar os respectivos responsáveis, deliberou, unanimemente, o seguinte:

“1º. – Aguardar que as medidas policiais restabeçam a ordem e a tranquilidade no município de Arapiraca, assegurando a confiança pública e tornando possível ao Juiz de Direito local regressar à sua Comarca e reassumir o exercício normal de suas atribuições.

“2º. – Levando em consideração o oferecimento feito pelo Senhor Secretário de Governo, em nome de Vossa Excelência, de efetivar todas as medidas necessárias à tranquilidade do referido município, indica o nome do capitão Cícero Argolo dos Santos, para delegado de polícia, em face da correta atuação do mesmo militar nesse município, permitindo-se a esse militar escolher os componentes do destacamento sob suas ordens, continuando o mesmo com o inquérito policial por ventura instaurado.

“3º. – Sugere, ainda, o Tribunal de Justiça, a exoneração de todas as autoridades policiais do município em referência e a sua substituição por pessoa de confiança do aludido militar.

“4º. – Desde que o Tribunal seja informado pelo juiz de Direito do restabelecimento da ordem e da tranquilidade na aludida comarca, apreciará o pedido de Comissão Judiciária, para prosseguimento do inquérito e do conseqüente processo.

“Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos do mais alto apreço.

“a) Domingos Paes Barreto Cardoso, Presidente.”

O governador Muniz Falcão, ao receber o ofício como um ultimato do Tribunal de Justiça, retornou ao presidente do Judiciário, em 13 de fevereiro de 1957, no seguinte teor:

"1 – Tomando conhecimento do Ofício no. 16/57, de 12 do corrente, dessa Presidência, em que são enunciadas diversas condições para que o Tribunal de Justiça avoque, através de Comissão Judiciária de sua escolha, a apuração do homicídio de que foi vítima o deputado José Marques da Silva, devo transmitir a Vossa Excelência que deliberei adotar as providências indicadas, inclusive a designação do capitão Cícero Argolo dos Santos, para delegado de polícia de Arapiraca.

"2 – Com essa deliberação, visa o governo dar inequívoca e patente demonstração de que não pretende opor entraves à devida apuração do fato delituoso. Estou certo de que a opinião pública, não comprometida pela paixão e exacerbação de ânimos, aquilatará da serenidade e imparcialidade do governo. Entendo que o esclarecimento e a repressão do delito se devem efetivar a qualquer preço, ainda que importem em sacrifício ou restrições de certas prerrogativas governamentais.

"3 – Desde que o Egrégio Tribunal de Justiça houve por bem manifestar-se no sentido de que somente o capitão de polícia Cícero Argolo dos Santos poderia estabelecer um clima de ordem e tranquilidade em Arapiraca, em que pesem recentes e ostensivas manifestações do referido oficial, tornando-o, talvez, até passível de punição disciplinar, não hesitou o governo nomeá-lo, por ato de ontem, para as funções de delegado de Arapiraca.

"4 – Tendo a investidura em apreço, a endossá-la, a indicação da Egrégia Corte de Justiça do Estado, confia que somente poderá concorrer para a implantação de um ambiente de ordem, respeito e segurança, incompatível com violências, perseguições ou atentados de qualquer ordem, razões que me levaram a subscrever o ato respectivo.

"5 – Estou certo de que o Egrégio Tribunal de Justiça, indicando o capitão Cícero Argolo dos Santos para presidir, temporariamente e em seu início, o inquérito em torno do homicídio, ao invés de confiar a apuração à Comissão Judiciária solicitada pelo governo, há de ter-se inspirado em superiores razões de justiça e interesse público, objetivando, dessa forma, serena e precisa elucidação dos fatos.

"Sirvo-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência a ex-

pressão do meu cordial apreço e particular estima.

“a) Sebastião Marinho Muniz Falcão – governador.”

Em 14 de fevereiro, logo cedo, o secretário de Segurança Pública de Alagoas, José Campos Reis, a mando do governador Muniz Falcão, esteve em Arapiraca, onde se reuniu, demoradamente, com o deputado Claudenor Albuquerque Lima, seu pai, Luís Pereira Lima, seus irmãos, Cláudio e Claudisbel Lima. Saindo da residência de Luís Pereira Lima, o secretário imediatamente mandou prender os irmãos de Valdomiro Barbosa (Florival e Djacy, o médico), os três citados na carta do deputado Marques da Silva como interessados em sua morte. Valdomiro Barbosa, que era funcionário dos Correios e Telégrafos, já estava foragido em Campina Grande, Paraíba.

Luís Pereira Lima e seus filhos também fugiram de Arapiraca, logo após a visita recebida do representante do governador Muniz Falcão. Primeiramente, foram para a fazenda de Audálio Tenório, denominada de Pau Ferro, em Pernambuco. Por outro lado, o secretário José Campos Reis também ouviu Anita Tomé, que se encontrava presa. Ela confessou toda a trama conforme havia denunciado o deputado morto.

Repercussão na Câmara dos Deputados

Logo ao saber do assassinato do deputado Marques da Silva, o líder do bloco de oposição ao governo federal, deputado Afonso Arinos, foi à tribuna, dia 8 de fevereiro, para pronunciar um contundente discurso:

Sr. Afonso Arinos (como líder do bloco da oposição):

“Sr. Presidente, há momentos em nossa vida parlamentar em que subimos à tribuna dobrados, emocionados, comovidos e convictos da inanidade, da irrisão que representa o protesto verbal, em face da brutalidade objetiva e sanguinária dos fatos.

“Há momentos como este, em que se repuxa e se desdobra em nosso coração um misto contraditório de revolta e de desânimo, de senso de responsabilidade e de desejo de abandono, de protesto e de nojo, de condenação, em vez de esperança.

“Não existe neste exórdio profundamente vivido, nestas palavras que coroam as horas que, desde esta manhã, estamos vivendo, de preocupação aniquilante, nenhuma intenção hedonista ou vaidosa de um fácil sucesso tribunicio. Antes pelo contrário: e represando a força íntima da minha revolta, e contendo o impulso dos meus ressentimentos, que procurarei guardar aquela compostura, aquele equilíbrio, aquela ponderação e aquela austeridade que o selo indelével da morte deve imprimir às nossas palavras, afastando delas qualquer suscetibilidade de êxito em face dos enganos da vida.

“A morte selou os lábios de um jovem. A morte interrompeu a carreira de um brasileiro que esperava, que confiava e que se estimulava nos exemplos de benefício, de solidariedade e de grandeza humana. A morte veio sinistramente, burlescamente – quase que direi eu – completar as informações que eu como representante do nosso Partido na outra Casa do Parlamento Nacional tivemos oportunidade de levar à serena circunspeção do Sr. Ministro da Justiça. A morte veio completar com sua terrível brutalidade as informações que lhe levávamos e que, enrodilhado S. Exa. Pelos compromissos políticos, preso e incapaz de transpor a rotina burocrática das consultas e dos interesses partidários, não foram suficientes para convencer o eminente patrício e egrégio ex-Presidente desta Casa, levando-o a consultas demoradas, a uma conferência tediosa de informações minúsculas mantidas e repetidas através do Telégrafo Nacional e a inclinações não muito justificáveis pelos depoimentos e pelas novidades que lhe eram transmitidas por aqueles que não têm nem a serenidade, nem a idoneidade, nem a autoridade de se

sobreporem às informações que lhe eram levadas pelos membros do Parlamento Nacional.

“Sr. Presidente, todos nós que assistimos àquela sessão do Diretório do meu Partido recordamos a impressão de gravidade, a impressão de extrema delicadeza, de severidade e de tragédia que aos poucos se foi apossando de todos nós, à medida que aquele nosso bravo e jovem companheiro expunha as dificuldades da sua missão, os riscos que se acumulavam sobre a sua vida. Nós, eu pelo menos, tivemos a princípio a impressão de que aquele provinciano visitava a Capital Federal para fazer agitação e para manifestar bravatas de jovem político ambicioso de seu futuro. Mas, à proporção que ele se acostumou, se habituou e prosseguiu na narrativa dos acontecimentos precedentes e na séria de circunstâncias que se entrosavam como ameaçadoras verdades para o seu futuro, então o riso de bonomia, então a tolerância dos mais velhos, então quase que direi a displicência dos mais calejados e experientes de entre nós, foi, pouco a pouco, sendo levada a uma profunda convicção: fomos, então, sendo inundados da segurança solar daquelas verdades e foi-se apossando do nosso eu subjetivo como que uma verdadeira demonstração lógica, matemática, fatal, da realidade que aguardava aquele jovem brasileiro, e que assistimos compungidos.

“Com ele saí, Sr. Presidente, daquela sala, com ele almocei nos arredores da Câmara, com ele vim até o recinto deste Plenário, solicitando-lhe que não precipitasse a sua ida, fazendo apelos que qualquer homem da minha idade, que quase podia ser seu pai, faria aos estímulos da prudência e da contenção. Mas o que eu vi foi a segurança da necessidade de seu sacrifício, mas o que assisti foi o empenho com que ele se imolava tranquilamente para que pudesse acontecer isto que hoje está ocorrendo, que viesse um seu companheiro do Partido testemunhar a infâmia que se está ali praticando, que viesse um Deputado mais velho clamar à Nação, ainda que sem esperanças de qualquer providência deste Governo que apodrece na ignomínia e no crime, chamar a atenção porque realmente este País que se preocupa neste momento com reconstrução material e com desenvolvimento econômico é um País transviado; é um País degradado, é um País perdido, porque seus dirigentes pensam poder construir uma estrutura material duradoura sobre uma base de podridão, de corrupção, de abandono e de crime.

(Parte do discurso pronunciado dia 8 de fevereiro de 1957, um dia após o assassinato, publicado no Diário Oficial da Câmara dos Deputados)

Repercussão no Senado Federal

Imediatamente após a circulação da notícia do assassinato do deputado arapiraquense, diversos senadores, durante sessão do dia 8 de fevereiro, manifestaram-se:

“5ª SESSÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª LEGISLATURA, EM 8 DE FEVEREIRO DE 1957

“PRESIDÊNCIA DO SR. APOLÔNIO SALLES

“O SR. PRESIDENTE: – Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Rui Palmeira, por sessão do nobre Senador Coimbra Bueno, primeiro orador inscrito.

*“O SR. RUI PALMEIRA *: – Senhor Presidente, ao ler-se o expediente desta Casa, tivemos conhecimento de que se haviam realizado as previsões de meses atrás. Tivemos a confirmação de que, desgraçadamente, procediam as denúncias que fizemos da tribuna do Senado e, por outros, através da imprensa, da tribuna da Câmara dos Deputado e da Assembléia Legislativa de Alagoas. Custa a ser admitido; é duro de ser suportado que, a esta altura da civilização, seja ainda o ódio capaz de, por motivos políticos, tirar a vida de alguém.*

Infelizmente, na minha terra o ódio governa, o ódio comanda, o ódio pratica assassinios. A notícia que nos chega e veio ter à Presidência desta Casa é de que, ontem, às 22 horas, a porta da sua residência, na cidade alagoana de Arapiraca, foi assassinado, trucidado, o jovem Deputado Marques da Silva. Deram-lhe, Sr. Presidente – e era preciso que a sanha criminosa se saciasse no corpo do denodado e heróico parlamentar – seis tiros no coração, tirando-lhe, instantaneamente, a vida. Por motivos políticos, quantas vidas têm sido sacrificadas nas Alagoas; por motivos políticos, tem havido mortes no mundo inteiro. E’ preciso se saliente, se focalize bem o caso do sacrifício, da imolação do Deputado Marques da Silva. Desde o comêço do ano passado, vínhamos denunciando à Nação a trama de sua morte. Por duas ou três vêzes nesta tribuna, lemos relação de alagoanos que iriam ser trucidados. Repetidamente,

a imprensa publicou que iriam tirar a vida àquele denodado representante do povo alagoano, e, à base dessa informação, firmados nas notícias que de fonte fidedigna nos chegavam batíamos a tôdas as portas. Já não queríamos garantias para que aquêle representante alagoano exercesse seu mandato; reclamávamos apenas que o deixassem viver. Batemos a tôdas as portas, noticiamos às autoridades que o Deputado Marques da Silva seria morto. Rogamos e solicitamos fossem postos em funcionamento os instrumentos de que são dotadas as instituições repressoras, a fim de ser evitado o previamente determinado sacrifício de um companheiro. Tudo em vão, Sr. Presidente!

“Dentro em pouco, o nobre Senador Juracy Magalhães terá oportunidade de ler, para o Senado e para a Nação, uma carta que o Deputado, ontem assassinado, deixara no mês de dezembro passado, em mãos do Presidente do meu Partido, o eminente Deputado Milton Campos. Nela, faz Marques da Silva um histórico de tôda a sua luta e sacrifício e, mais de uma vez, anuncia que sua morte estava determinada pelos seus inimigos. Privo-me, por isso, de fazer êsse histórico, de encontrar as razões, os motivos, os fundamentos da ação criminosa dos que tomaram conta das Alagoas e querem, pela força e pelo crime, impor sua vontade e dar expansão aos seus maus e perversos instintos. Nesta oportunidade, em que a indignação me domina completamente, porque, com a morte de Marques da Silva, perco um dos meus melhores e mais dedicados amigos, quero apenas trazer à Nação o meu protesto, contra a manifestações de um pesar profundo e incontido. Realmente, ninguém pode assistir insensível e impassível a um crime dessa natureza, crime anunciado, planejado, denunciado, crime bárbaro, o trucidamento de um jovem que no dia 12 próximo completaria trinta e três anos! Tínhamos até assentado que, nessa data, iríamos batizar seu filhinho, de quem eu seria o padrinho. Mal sabia Marques da Silva que poucos dias antes os assassinos que rondavam sua casa e o acompanhavam como sombras dia e noite, haveriam de alterar seus planos, haveriam de cortar-lhe ao meio o fio da existência. Mal sabia, Sr. Presidente – não sei se estou sendo exato ao afirmá-lo – mal sabia que partiria antes do dia 12. Estava certo de que iria morrer; não o ignorava; mas, determinado, obstinado, movido pelo seu grande e profundo idealismo, caminhava para o sacrifício. Um jovem que, muitas vêzes das tribunas desta Casa, assistia ao funcionamento do Senado, que nos acompanhou quando em várias oportunidades sentíamos que a sua vida estava a um nada do fim, um jovem com as qualidades de bravura e as virtudes de Marques da Silva, tinha certeza absoluta de que os seus dias estavam contados. Não apenas êle o sabia; nós, também; e denunciemos à Nação a nossa surpresa. Procuramos o Govêrno estadual para científicá-lo do iminente perigo que pairava sôbre a vida do Deputado Marques da Silva. Nessa oport-

tunidade, em que a indignação domina, todos os alagoanos e, naturalmente, repercute nos homens de bem do Brasil, nessa oportunidade, é preciso frisar bem que o Sr. Governador de Alagoas sabia que o nosso companheiro seria assassinado; sabia-o, porque lhe avisamos e a própria vítima, várias vezes, o havia denunciado da tribuna da Assembléia Legislativa. Desgraçadamente, entretanto, as instituições, no Brasil, não funcionam. Fomos não apenas ao Governador, dizer-lhe que havia essa ameaça e que ninguém o eximiria da responsabilidade pela condescendência para com os possíveis assassinos, como procuramos o Senhor Ministro da Justiça com o mesmo propósito. Houve, até quem ao próprio Ministro da Guerra se dirigisse. Pedindo ao titular da Justiça que solicitasse do Sr. Presidente da República uma simples providência, uma simples recomendação é Fôrça Federal em Alagoas para evitar a morte de tão bravo companheiro. Desgraçadamente, tudo foi de balde; nada nos foi possível fazer para impedir o sacrifício, o massacre do nosso querido correligionário. Resta-nos lamentar sua morte; resta-nos denunciar a infâmia para que a Nação saiba e sinta que a irresponsabilidade de homens públicos permitiu fôsse alguém sacrificado porque era idealista, porque exercia atividades políticas, asseguradas pela Constituição. Desgraçado dêste País, desgraçada desta Nação, desgraçadas destas instituições que permitem, a esta altura da civilização, se anuncie a intenção de matar um representante do povo e não haja providência para evitar o homicídio e, muito menos, para punir os responsáveis, uma vez perpetrado. Não sei se me excedo ao fazer tal declaração; faço-a, porque, por mais eficientes, as providências a serem tomadas de agora em diante poderão realizar tudo, menos restaurar a vida de tão bom e bravo companheiro e restabelecer a felicidade de um lar, onde viúva e três filhos, a esta hora, lamentam a morte de seu espôso e pai. Não há providência capaz de fazer restabelecer a felicidade que existia naquele lar! Não; mas, poder-se-á evitar que outros lares sejam privados dos seus chefes; poder-se-ão restabelecer as garantias constitucionais e as garantias de vida na desgraçada Província das Alagoas. Neste instante em que condenamos o atentado, cujos responsáveis irão aparecer na carta que o nobre Senador Juraci Magalhães lerá, daqui a pouco dentro do nosso desespero, da nossa mágoa, do nosso pesar e revolta, acreditamos seja possível ainda, se não restabelecer a vida de nosso companheiro, salvar a tranqüilidade, a paz e a vida do povo alagoano. Se assim não acontecer, Sr. Presidente, eu não sei aonde vamos. Acredito até, que o único caminho a seguir, se não nos levarem os instintos a utilizar a lei da "jungle", seria o de nos dissolvermos como agremiação partidária, porque, em Alagoas, não é possível viver, quanto mais fazer política.

(Muito bem; muito bem).

“O SR. PRESIDENTE: – Tem a palavra o nobre Senador Juracy Magalhães por sessão do Nobre Senador Gomes de Oliveira, segundo orador inscrito.

*“O SR. JURACY MAGALHÃES *: – Sr. Presidente, agradeço ao nobre colega Senador Gomes de Oliveira a bondade com que me cedeu a palavra, neste instante, para que eu traga ao conhecimento da Casa um documento terrível, documento que queime minhas mãos e fere minha consciência. E’ que, Sr. Presidente, vejo neste fato, a repetição de outro ocorrido na Bahia, há poucos anos. Sinto, também, na minha consciência um complexo de culpa; porque assim como o Senador Rui Palmeira pôs esse homem na vida política, eu também induzi um médico jovem como êsse, lá no sertão da Bahia a assumir as responsabilidades da direção política de um Município, para, pouco tempo depois, vê-lo sacrificado pelas balas de sicários. Sr. Presidente, todos nós representamos o povo, todos sentimos que os homens do sertão são os verdadeiros alicerces da vida democrática do País; e quando um dêles cai de forma miserável, nefanda como essa, também sôbre o regime democrático cai uma ameaça. A revolta que está na minha consciência, a revolta que está no meu coração, não só repercutirá no Senado e como se expraiará por todos os recantos da Nação brasileira. Sr. Presidente, o nobre Líder da minha bancada, Senador João Villasbôas, dentro em pouco, levantará desta tribuna, o protesto dos nossos companheiros por êsse crime nefando; mas minha voz, no instante, representa completa e total solidariedade da direção do meu Partido, a União Democrática Nacional, com êsse companheiro tombado no cumprimento de dever cívico. O Deputado Marques da Silva marchou conscientemente para o seu sacrifício. Sr. Presidente, lerei, desde logo a carta que deixou êsse malogrado companheiro, para não privar o Senado de um exame de consciência diante de documento de tal magnitude. Desta tribuna sairei para pedir ao Sr. Ministro da Justiça providências eficazes, indispensáveis ao bom funcionamento do regime. Não tendo dúvida de que sem elas, estaremos dando fôrça aos que não acreditam no exercício da democracia no Brasil. Sr. Presidente, essa carta, como disse o nobre Senador Rui Palmeira, foi deixada em mãos do Presidente Milton Campos, que a leu na reunião do Diretório do meu Partido; é o sentimento de responsabilidade da direção da União Democrática Nacional que determinou as providências cabíveis no caso. Companheiros nossos, de tôdas as agremiações políticas, interessaram-se pela sorte dêsse homem, empenharam-se por lhe evitar a morte; mas o crime se consumou. O Senado vai ver como tinha êle consciência da morte que o aguardava. A carta é a seguinte: “...”*

(é lida a carta, que se encontra em outra parte, na íntegra)

“O SR. FERNANDES TÁVORA: – Dá Vossa Excelência licença para um aparte?

“O SR. JURACY MAGALHÃES: – Pois, não.

“O SR. FERNANDES TÁVORA: – Quando, há meses, o nosso ilustre colega, Senador Rui Palmeira, nos comunicou os fatos deplorabilíssimos e verdadeiramente vandálicos que se passavam em Alagoas, contei a S. Exa., particularmente – pois não desejava trazê-la a público – história semelhante, ocorrida no Ceará, nos idos de 1903 ou 1.904. Chegara eu, formado, ao Crato. Lá encontrei uma luta iniciada entre o meu cunhado, Coronel Augusto Bacurau, e o célebre Coronel Belém Figueiredo, dono daquela cidade e de toda a zona do Cariri. Mandava e desmandava, tudo podia e até acabava com os soldados. Diante da situação, procurei evitar, o quanto possível, a hecatombe que se preparava; mas não houve meio. O Coronel Belém, certo do seu prestígio, prosseguiu nos desmandos; não os praticava, mas deixava que seus sequazes os promovessem. Afinal, eu resolvi reagir. Reuni homens de pról do Cariri, como Luiz Alves Pequeno, Diógenes Frazão, José André, Coronel Nelson da Franca Alencar e muitos outros e preparamos um movimento armado, porque vimos que só pela força se convenceria um Governo ruim de que deveria respeitar os direitos dos seus concidadãos. Mandamos, então, buscar rifles em Fortaleza. Passados alguns meses, possuíamos quinhentos e tantos rifles no Crato, guardados pelo Coronel Antônio Luiz Alves Pequeno. O Coronel Belém continuou com as suas tropelias e, o fato é que de 28 de junho a 1º de julho de 1904, a bala cantou no Crato. Tínhamos reunido 2.800 homens, cangaceiros da região de Flôres, de Riacho de Neves e de todos os pontos onde essa gente é encontrada. Durante três dias houve fogo no Crato. Belém entregou-se, e meu cunhado foi buscá-lo, a fim de levá-lo para a cadeia. Como o preposto era primo do Comandante Accioly, a coisa ficou por isso mesmo. Deposto Belém, Antonio Luiz tomou conta do Crato, que desde então nunca mais teve senhor. E’, hoje, mais policiada, civil e policialmente falando. Nunca mais ali se deixou de realizar eleições, quando, àquele tempo, as eleições se faziam a bico de pena. O Coronel Belém de Figueiredo, diante da sua queda e das forças, que não eram poucas, que o botaram abaixo, ficou no exílio. Viveu alguns anos ainda, mas pobrememente, arrastando uma perna, porque teve congestão cerebral, e muitas vezes foi ao meu consultório, onde o recebi sempre muito bem. Cito êste fato simplesmente para mostrar que quando os govêrnos se desmandam, quando não querem atender ao direito de liberdade que todo o homem tem, é preciso reagir à bala, porque governos ruins só compreendem a razão da bala. Não quero dizer que meus amigos de Alagoas façam a mesma coisa, mas dou exemplo do que aconteceu comigo, e que deve servir de lição a todos os valentes, a todos os indivíduos que não compreendem deveres humanos.

“O SR. JURACY MAGALHÃES: – Obrigado ao nobre Senador Fernandes Távora, pelo aparte, bastante elucidativo da tese de que toda a violência

gera violência. Sr. Presidente, nós da União Democrática Nacional muitas vezes teremos de voltar a esta tribuna para fazer júri político do Governador de Alagoas. O nosso companheiro sacrificado, Deputado Marques da Silva, deu à causa democrática aquela *fiul measure of devotion* a que aludiu Abraham Lincoln. Sobre seu corpo não desejamos chorar; apenas reafirmar à sua Família e aos nossos correligionários de Alagoas, que não abandonaremos nossa trincheira. Tôdas as vezes que diante de nós aparecer outro Deputado Marques da Silva, ou outro José Borba, nós o aconselhamos ao mesmo cumprimento do dever cívico, se o seu sacrifício redundar, afinal, para que seja abolida, no Brasil, a lei de Caim, que desgraçadamente impera na terra de Alagoas nesta hora trágica dos seus destinos.

(Muito bem. Muito bem).

“O SR. **PRESIDENTE**: – Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Gomes de Oliveira, terceiro orador inscrito.

“O SR. **GOMES DE OLIVEIRA** *: – Sr. Presidente, inscrevi-me para falar na sessão de hoje, e ia ler o meu discurso. Infelizmente, porém, as circunstâncias em que vejo envolvidos os nossos trabalhos me fazem alterar o rumo dos meus objetivos, na tribuna. Não posso deixar, Sr. Presidente, de compartilhar da dor e – por que não dizer? – da revolta dos colegas, que me precederam na tribuna dando conhecimento à Casa da eliminação brutal do Deputado Marques da Silva. Sr. Presidente, a situação no Estado das Alagoas, em meados do ano passado, era realmente intranqüilizadora, pelo menos naquele setor do Município de Arapiraca. Buscando tranqüilizar os espíritos, o nobre Senador Rui Palmeira e outros Senadores promoveram a ida de uma Comissão de Parlamentares àquele Estado, para que pudéssemos averiguar, de visu, as circunstâncias em que se estava fazendo a vida política, sobretudo no Município de Arapiraca. Ali fomos, eu como membro do Partido Trabalhista Brasileiro, com o desejo de buscarmos uma solução que acalmasse os espíritos daquela brava gente alagoana. Recebidos com o carinho de amigos, ali permanecemos alguns dias e pudemos deixar aquele Estado com a perspectiva de certa pacificação, pelo menos de certa tranqüilidade nos espíritos alagoanos. Sr. Presidente, dias depois, encontrávamos nesta Capital o Deputado Marques da Silva, e continuávamos vendo na sua fisionomia aquêles mesmos traços de apreensão que tínhamos visto em Alagoas. Marques da Silva parecia sentir o seu destino. Êle se dizia um condenado pelo ódio dos seus adversários.

“O SR. **PRESIDENTE** (fazendo soar os tímpanos): – Pondero ao nobre orador que falta apenas um minuto para o término da hora do expediente.

“O SR. **JURACY MAGALHÃES** (pela ordem): – Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. consulte o Senado, sobre se consente na prorrogação da hora do expe-

diente, para que o nobre Senador Gomes de Oliveira possa concluir seu discurso.

“O SR. **PRESIDENTE**: – O Senado acaba de ouvir o requerimento do nobre Senador Juracy Magalhães. Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa). Está aprovado. Continua com a palavra o ilustre Senador Gomes de Oliveira.

“O SR. **GOMES DE OLIVEIRA**: – Sr. Presidente, sou muito grato ao nobre Senador Juracy Magalhães e ao Senado, pela gentileza da concessão. Dizia eu, Sr. Presidente, que o Deputado Marques da Silva parecia sentir selado o seu destino, pois que seus adversários não descansavam de ameaçá-lo. Ele, por mais que se tivesse afastado dali, voltaria para a sua terra, para Arapiraca, certo, como acabamos de ver pela carta lida pelo Senador Juracy Magalhães, de que, sua vida estava correndo perigo; como realmente acaba de verificar-se. E isso, Sr. Presidente, nos dá uma espécie de sentimento de cumplicidade num fato que, talvez, tivéssemos evitado, se acreditássemos com aquela firmeza de Marques da Silva, que sua vida estava por um fio. Todavia, as providências do Governador, enviando àquêlê município, um oficial da Polícia da sua inteira confiança, de certo modo nos tranqüilizou, e vimos, com algum descanso de espírito, que aquêlê oficial cumprira sua missão, restabelecendo a ordem no município.

“O SR. **RUI PALMEIRA**: – Permite V. Exa. um aparte?

“O SR. **GOMES DE OLIVEIRA**: – Com todo o prazer.

“O SR. **RUI PALMEIRA**: – A tranqüilidade e a boa fé que animaram Vossas Excelências justificava-se plenamente. O Governador, diante da presença dos eminentes Senadores nas Alagoas, nomeou, realmente, para Delegado do município de Arapiraca o seu Assistente Militar. Há, no entanto, uma circunstância que Vossa Excelência talvez ignore. Nos fins de dezembro passado, o Governador demitiu esse Assistente, o Capitão Ataíde, daquelas funções e nomeou um elemento descategorizado da Polícia Militar. Daí em diante, maiores foram nossos receios de que estava prestes a consumação do atentado contra a vida do Deputado Marques da Silva.

“O SR. **GOMES DE OLIVEIRA**: – Houve, na realidade, a informação de que outro Delegado fôra enviado para aquêlê município. E’ de lamentar que o Sr. Governador não tivesse mantido no lugar aquêlê Oficial da sua confiança, que havia estabelecida esta tranqüilidade no espírito da gente de Arapiraca. Sr. Presidente, o fato doloroso e repulsivo de que acabamos de ter notícia não poderia senão despertar revolta no espírito de todos nós, de tôda gente que tem notícia de fato dessa natureza e, sobretudo, dos que foram aquêlê município e puderam avaliar a fôrça da juventude e do entusiasmo do Deputado Marques da Silva.

“O SR. **CUNHA MELLO**: – Permite V. Exa. um aparte? “O SR. **GOMES DE OLIVEIRA**: – Com muito prazer. “O SR. **CUNHA MELLO**: – V.

Exa., nesta hora, resume a expressão de revolta de todos nós, do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa, pelo atentado cometido em Alagoas. Pode, pois, V. Exa. falar em nome de todos os seus colegas de bancada.

“O SR. GOMES DE OLIVEIRA: – Muito obrigado a V. Exa., falo, já agora, Sr. Presidente, em nome do meu Partido numa conjuntura em que nossos corações de homens e de brasileiros não podem deixar de chocar-se diante de atentado desta natureza. Sr. Presidente, trazia eu discurso escrito que abordava a mais ou menos êste aspecto da nossa política: o personalismo na vida pública no Brasil. Política desta natureza, entretanto, não pode medrar neste País, nesta altura da nossa história. Aliás isto não é política, porque á muito menos; é banditismo, que não podemos tolerar em parte alguma. Conheci Alagoas e sinto-a, hoje, como que um pedaço do meu Estado, e lastimo que naquele canto do Brasil se verifique atentado tão brutal, inominável. Nós, Sr. Presidente, e falo agora em nome de todos os Trabalhistas nesta Casa – condenamos veementemente processos dessa natureza. Que Deus tenha piedade dos homens que não se contêm diante do ódio, que se deixam constituir vítimas do ódio, para fazer outras da sua sanha infernal.

(Muito bem!).

“O SR. PRESIDENTE: – Tem a palavra o nobre Senador João Villas-Bôas, para explicação pessoal.

“O SR. JOÃO VILLASBÔAS (para explicação pessoal): – Sr. Presidente, mais do que o sentimento da dor, mais do que o sentimento de pesar, traz me à tribuna, nesta hora, a revolta da bancada da União Democrática Nacional contra o brutal, estúpido, monstruoso atentado de que foi vítima o jovem Deputado alagoano Dr. José Marques da Silva. Sr. Presidente, tive oportunidade de, numa das reuniões da direção do meu Partido, ouvir dos seus lábios as declarações que se concretizam na carta há pouco lida ao Senado pelo nobre colega Senador Juracy Magalhães. Senti que S.S^a falava com sinceridade com que se exprimem os moribundos, como um homem que sabe que vai morrer mas enfrenta a morte, considerando desonra fugir a ela. O caso de Arapiraca vem preocupando a atenção do Brasil e, notadamente, desta Casa, de onde partiu, nos últimos dias do ano findo, uma comissão seleta de representante, de todos os Partidos que aqui têm assento, para examinar de perto, in loco, a situação em que vivia a Oposição no Estado de Alagoas. Lá estiveram os nobres Senadores Gomes de Oliveira, do Partido Trabalhista Brasileiro; Gaspar Velloso, da bancada do Partido Social Democrático; Daniel Krieger, pela União Democrática Nacional; Mem de Sá, pelo Partido Libertador, e Ezechias da Rocha, pelo Partido Republicano. Deixou de comparecer o nobre representante do Partido Social Progressista, Senador Lino de Mattos, que, por moti-

vos especiais, não pôde acompanhar seus colegas. S. Exa. entretanto, dirigiu uma carta ao Governador de Alagoas, procurando orientar lhe o pensamento para o bem e modificar sua política relativamente ao tratamento dado à Oposição. Sr. Presidente, já havíamos lamentado, nesta Casa, o assassinato de um vereador udenista de Arapiraca, Sr. Benício Alves de Oliveira, num atentado brutal praticado dentro da sua própria residência e que, conseqüência, levou a afastar-se do Estado de Alagoas e do Município de Arapiraca mais de meia centena do político.

“O SR. FREITAS CAVALCANTI: – Permite V. Exa. um aparte?”

“O SR. JOÃO VILLASBÔAS: – Com prazer recebo o aparte de Vossa Excelência.

“O SR. FREITAS CAVALCANTI: – Ainda há poucos dias, permanecendo no Rio de Janeiro tive que interceder junto a uma Companhia de Aviação, para que pudessem regressar à cidade de Arapiraca três correligionários da União Democrática Nacional exilados em São Paulo logo após os acontecimentos que determinaram o assassinato do nosso correligionário, Vereador Benício Alves de Oliveira. Voltavam êles ao Estado com o intuito de passar os dias de Natal na convivência de famílias, sob a garantia de que lhes teria sido transmitida pelos representantes do Governador, de que poderiam viver livremente e em paz em sua cidade na nossa terra. Lamentavelmente, o solene compromisso assumido pelo Chefe do Govêrno alagoano perante a Comissão de Senadores e perante a Nação está flagrante e desgraçadamente desmentido com o trágico desaparecimento do Deputado José Marques da Silva.

“O SR. JOÃO VILLASBÔAS: – Sr. Presidente, ouviu o Senado o depoimento do nobre Senador Freitas Cavalcanti. Efetivamente, José Marques da Silva com mais de meia centena de outros políticos alagoanos que dali se haviam afastado, confiaram nas providências que o Governador de Alagoas prometera à Comissão de Senadores. Confiaram e regressaram, na convicção de que a onda de sangue o assassínio seria obstada pela ação governamental, em face do compromisso solenemente assumido com a representação do Senado Federal. Mas, Sr. Presidente, é preciso ter-se em vista que, no Govêrno de Alagoas, encontra-se um alucinado, um homem que não tem as faculdades mentais em perfeito estado de funcionamento. É necessário que o Govêrno Federal volte os olhos para aquêle Estado, tomando medida e providência que se impõe, calcada na Constituição, qual a intervenção federal, para afastar, do Govêrno daquêle trecho da União um alienado. Sr. Presidente, no meu Estado, já sofri agressão física, emanada do Governador do Estado, através de uma horda de 38 capangas.

“O SR. CUNHA MELLO: – Permite Vossa Excelência um aparte?”

“O SR. JOÃO VILLASBÔAS: – Com muito prazer.

“O SR. CUNHA MELLO: – Naquela ocasião, fiz veemente protesto contra a agressão que V. Exa. e o ex-colega Vespasiano Martins sofreram. Vossa Excelência deve estar lembrado.

“O SR. JOÃO VILLASBÔAS: – Muito agradeço o aparte de V. Exa. Dizia eu, Sr. Presidente, fui, bem como o ex-Senador Vespasiano Martins, atacado por uma horda de bandidos, dentro da nossa própria residência, feridos, recorremos à autoridade do Sr. Presidente da República, de quem éramos adversários, – o Sr. Getúlio Vargas. Sua Excelência tomou, de logo, as providências que se faziam mister e decretou a intervenção no Estado de Mato Grosso, afastando de seu Governo quem se mostrara incapaz e tão criminoso no exercício das funções. Há poucos dias a Nação ficou estarrecida com o bárbaro atentado, em São Paulo, contra a pessoa do nosso saudoso colega, Senador César Vergueiro, porém, a brutalidade do crime contra o Deputado Marques da Silva excede as expectativas do pensamento humano, sobrepõe-se, ao bárbaro atentado contra o Senador César Vergueiro porque se trata de atentado organizado, premeditado, realizado simplesmente para fins políticos. É verdade que a população de Alagoas já se revolta contra a autoridade do seu Governador.

“O SR. JURACY MAGALHÃES: – Permita V. Exa. um aparte?

“O SR. JOÃO VILLASBOAS: – Com prazer.

“O SR. JURACY MAGALHÃES: – A Assembléia Estadual julga tão difícil para o povo alagoano a presente situação, que se reuniu e se mantém em sessão permanente. Acredito que a conclusão a que chegará será exatamente aquela a que se referiu Vossa Excelência: a intervenção federal, porque, não há dúvida, é preciso pôr termo a tôdas as violências que vem praticando o Sr. Muniz Falcão.

“O SR. FERNANDES TÁVORA: – Ou o povo alagoano fará isso ou, então não poderá mais viver. Não terá mesmo êsse direito, de se submeter a energúmenos como o que governa atualmente aquêle Estado.

“O SR. JOÃO VILLASBÔAS: – Muito agradecido aos apartes dos nobres colegas. Dizia eu que a população de Alagoas já se revolta contra a autoridade do seu desmiolado Governador. Já os partidos que o apoiavam recusam-lhe solidariedade. Na Assembléia, onde S. Excia. contava com a maioria constituída de 21 Deputados, muitos já lhe retiraram apoio, ficando reduzido o número de seus elementos a 13, portanto minoria absoluta. O Gôverno da República não pode ficar indiferente a crimes daquela natureza. Não pode fechar os olhos à situação de Alagoas. Assim como o Presidente Getúlio Vargas procurou solucionar, da maneira mais digna, mais legal e constitucional, a

situação de Mato Grosso, espero que o Sr. Presidente da República, para cuja autoridade apelo, e o Sr. Ministro da Justiça, dentro da Constituição, realizem a intervenção imediata no Estado de Alagoas. Será, assim, afastado do Governo aquele que se mostra incapaz de exercê-lo, porque alienado, com a mente perturbada, não pode, absolutamente merecer o apoio do Executivo Federal. Sr. Presidente, deixo aqui o protesto veemente e sentido da minha bancada contra tão monstruoso crime, certo de que, se não houver providências imediatas, se o Governo da República não chamar a si à sua autoridade, a solução do caso de Alagoas, atos idênticos virão manchar de sangue o solo de nossa Pátria.

(Muito bem; muito bem).

*“O SR. **GASPAR VELLOSO** (para explicação pessoal) *: – Sr. Presidente, acabo de receber de Maceió o seguinte telegrama: “Urgente – Senador Gaspar Velloso – Rio. Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que o ilustre Deputado Marques da Silva, da Assembléia Legislativa de Alagoas, foi barbaramente assassinado, na porta de sua residência, na cidade de Arapiraca, assassinado pelas costas, ontem, às vinte e uma e meia horas, ao regressar do exercício de sua profissão de médico, com o atendimento de uma parturiente. A Assembléia Legislativa encontra-se reunida permanentemente. Sabem os Poderes da República, através de pronunciamentos peremptórios da tribuna desta Casa e das duas Casas do Congresso Nacional, que a vida do indito Deputado Marques da Silva estava garantida pela palavra do Governador Muniz Falcão, quando aqui esteve V. Exa. e demais ilustres Senadores, em comissão interpartidária, para observação da extrema gravidade da política alagoana, sobretudo do perigo devida que corriam os cidadãos daquele Município sofrendo. O assassinio do Deputado Marques da Silva, o mais hediondo crime até alarmante atentado às liberdades públicas, ao próprio regime. Os fatos não são de hoje e essa sequência interminável de crimes políticos, dentro de um ano de Governo, deixa a pacata comuna alagoana justamente alarmada. Esperemos, na voz de V. Exa. e nas atitudes intemeratas dos nobres Senadores, o empenho para o resguardo de nossas esperanças e do nosso destino”. Está assinado pelo Deputado Teotônio Vilela. Sr. Presidente, dirigimo-nos aos nobres Senadores Gomes de Oliveira, Mem de Sá, Ezechias da Rocha, Daniel Krieger, Rui Palmeira e eu, em fins do ano passado às Alagoas, a fim de verificarmos in loco, as ocorrências que, segundo às telegramas chegados a esta Capital, as desenrolavam naquele Estado, tornando ali quase impossível a vida político partidária. Assim chegados, procuramos o Governador do Estado, que se prontificou a tomar de imediato, tôdas as providências cabíveis na espécie, para que a paz reinasse naquelas plagas. Em companhia dos nobres Senadores Daniel Krieger e Rui Palmeira, visitamos Arapiraca, no agreste das Alagoas.*

Entramos em contacto com as frentes partidárias em conflito, procurando, por meios suasórios, com conselhos, ditados pela experiência de nossa longa vida pública e política, acalmar os ânimos naturalmente exaltados para que, unidos ou desunidos, mas respeitando-se uns aos outros, pudessem propiciar tão promissora região das Alagoas o progresso que ela pleiteava e se patenteava a nossos olhos, através de uma divisão de terras interessantíssimas, de um trabalho árduo e laborioso, cujos resultados se faziam notar logo à primeira vista. Em Arapiraca, conversamos, o Senador Daniel Krieger e eu, com elementos das várias correntes e, de volta a Maceió, novamente entramos em contacto com S. Exa., o Senhor Governador do Estado, que se prontificou a tomar as providências solicitadas. Pareceu-nos acertada, entre outras, a de nomear o seu próprio Assistente Militar para Delegado de Polícia naquela cidade do agreste das Alagoas. Voltamos convictos de que a paz reinaria naquela cidade.

** Não foi revisto pelo orador.*

“O SR. JURACY MAGALHÃES: – V. Exa. me permite um aparte?”

“O SR. GASPAR VELLOSO: – Com muito prazer.

“O SR. JURACY MAGALHÃES: – Apenas para sublinhar afirmações de V. Exa. de ponta a ponta verdadeira. A carta do nosso companheiro, Deputado Marques da Silva, esclarece que a atuação do Capitão Cícero Argôlo, da Polícia Militar, pessoa de inteira confiança do Governador, foi tão imparcial, que S. S^a se manteve aqui distante das paixões políticas locais, assegurando realmente um período de paz e tranqüilidade para a população de Arapiraca. Mas... – aí vem a acusação do Deputado Marques da Silva: “Essa situação não satisfazia, entretanto, aos nossos adversários, desejosos de renovarem o ciclo das violências e dispostos a não admitirem a sobrevivência senão daqueles que lêssem por sua cartilha política”.

“O SR. GASPAR VELLOSO: – Agradeço os esclarecimentos que V. Exa. traz ao meu relato dos acontecimentos e que o completam. Sr. Presidente, afeito à política no Estado do Paraná, parece-me, por vêzes, exageradas as afirmativas ouvidas em Arapiraca e em Maceió, de que havia perigo de vida para o ilustre Deputado Marques da Silva. Atribuí as expressões de S. Exa. ao temor que demonstrava suas afirmativas, temor compartilhado por sua família e seus companheiros, a um estado de esgotamento nervoso, resultante, talvez, da grande campanha em que se empenhara e da qual o seu Partido saíra vencido. Aconselhei a S. Exa. – no que fui acompanhado pelos meus companheiros de caravana, principalmente os Senadores Daniel Krieger e Gomes de Oliveira, a que se retirasse das Alagoas e viesse ao Rio de Janeiro em busca de merecido repouso das lutas político-partidárias, a fim de que se pudesse recompor, recompondo o seu estado de saúde. O Deputado Marques da Silva assim

fêz, e, um mês após, compareceu à sala de café desta Casa já com fisionomia mais bem disposta, nem os temores tão pronunciados que demonstrara no seu torrão natal, embora, afirmando ainda a mim e aos demais companheiros que o ouviam, que sua vida corria perigo e ele seria fatalmente eliminado. Tive, Sr. Presidente, sempre a impressão, antes de me formar, antes de traçar a trajetória da minha vida rumo a cadeiras da Escola de Direito, que era inato em mim o sentido do advogado que iria ser. Fundamentado em princípios religiosos, sabia que Deus, é onipotente, onipotente e onisciente, sabendo do crime que cometera Caim, não exigia, não pedia nem lhe impusera punição, sem antes ter-lhe inquirido: Caim, que fizeste do teu irmão Abel? Esta formação religiosa e jurídica, que felizmente guardo comigo, impede-me, neste momento, de pedir, como ouvi do plenário, sanções para aqueles que se diz terem cometido o crime, sem inquirir dos acusados se foram eles realmente os seus autores e, se o foram, quais as causas que a isso o levaram. Pertença, Sr. Presidente, a um partido – e nesta hora posso falar em nome desse Partido – que não permite nas suas fileiras os violentos nem perdôa a violência, porque é de coloração nitidamente conservadora, Partido centrista, moderado, Partido que não esposa a violência, a perseguição ou o crime.

“O SR. PRESIDENTE (fazendo soar os tímpanos): – Lembro ao nobre orador que restam apenas três minutos para concluir sua oração.

“O SR. GASPAR VELLOSO: – Sr. Presidente, muito agradeço a V. Exa.; terminarei nesses três minutos. Partido Social Democrático, está claro, não concorda com a violência que a diz ter cometido no Estado das Alagoas; contra ela se jogará e pedirá para que os seus autores as punições legais, desde que se positivem a existência do crime e se afigure perfeitamente o ato delituoso das pessoas que nêlo tomaram parte. Ontem, Sr. Presidente, em reunião realizada na sede do meu Partido, reclamou um Deputado alagoano contra a situação existente no diretório regional do Partido Social Democrático daquele Estado, pois que esse Partido lá se achava cindido: uma parte apoiando os atos do Governador e outra contra o mesmo. Para dirimir as questões surgidas entre as duas alas, para ate apaziguar e unificar foi indicada a figura, por todos os títulos insuspeita, do nosso colega Senador Victorino Freire. Nessa altura do acontecimento, Sr. Presidente, esse homem deve ir às Alagoas e eu, desta tribuna, em nome do meu Partido, faço apêlo a S. Exa. para que de lá nos traga os últimos esclarecimentos, a fim de que melhor possamos informar os Srs. Senadores.

“O SR. FERNANDES TÁVORA: – Permite V. Exa. um aparte?

“O SR. GASPAR VELLOSO: – V. Exa. pode proferir o aparte.

“O SR. FERNANDES TÁVORA: – Folgo em ouvir o que V. Exa. aca-

ba de dizer em relação à situação política de Alagôas. O que se está passando naquele Estado é de tal magnitude, de tal grandeza, aberra tanto contra a moral que se fica sem saber se é realmente ato de crueldade ou se é crueldade que orça pela loucura.

“O SR. **GASPAR VELLOSO**: – Muito agradeço o aparte com que me honra o Senador Fernandes Távora. Fique certo o Senado de que se os atos praticados foram da monta que aqui se assevera, se não houve justificativa para o crime que aqui se afirma ter sido praticado por elementos estranhos à União Democrática Nacional, não lhe faltará a palavra e o conforto do meu partido, o Partido Social Democrático.

(Muito bem; muito bem).

“O SR. **FREITAS CAVALCANTI**: – Sr. Presidente, peço a palavra para explicação pessoal.

“O SR. **PRESIDENTE**: – Está inscrito para explicação, pessoal o nobre Senador Coimbra Bueno:

“O SR. **COIMBRA BUENO**: – Sr. Presidente, cedo a minha vez ao nobre colega, Senador Freitas Cavalcanti.

“O SR. **PRESIDENTE**: – Tem a palavra o nobre Senador Freitas Cavalcanti, por cessão do nobre, Senador Coimbra Bueno.

“O SR. **FREITAS CAVALCANTI** (para explicação pessoal): – Sr. Presidente, agradeço a atenção do nobre Senador Coimbra Bueno, permitindo-me a oportunidade de proferir; ainda nesta sessão, alguma palavras para exprimir minha justa indignação e minha grande mágoa face ao terrível atentado que culminou com o trágico desaparecimento de Deputado José Marques da Silva, ocorrido ontem em Alagoas. Ao comunicar ao Senado e à Nação, há poucos meses,, o assassinato do Vereador Benício Alves Oliveira, formulei, desta, mesma tribuna, veemente apêlo ao Governador Muniz Falcão para que fizesse exercitar sua autoridade de chefe de Estado, no sentido de restabelecer a ordem de garantir a vida dos cidadãos, assegurar o livre funcionamento das instituições democráticas no meu Estado. Naquela época, Sr. Presidente, admitia que o Governador, por fraqueza, ou omissão, ou por tolerância, não tivesse ainda utilizado o poder inerente ao seu cargo para conter a fúria de seus correligionários na prática de vinditas de natureza política. Agora, são lidos nesta Casa documentos de tal gravidade, inclusive a dramática e emocionante carta que o malogrado companheiro José Marques da Silva dirigiu ao Presidente da União Democrática Nacional, fixando desgraçadamente a própria convivência de Alagoas nos trágicos acontecimentos que ensanguentam nossa terra. E' fora de dúvida que o Chefe de Estado, no funcionamento normal do regime democrático, exerce alta função pedagógica sôbre o destino da comuni-

dade. O exemplo de sua autoridade se estende sôbre todos, estabelecendo uma norma e um estilo de vida a serem seguidos e observados fielmente. Se êle se dispõe a exercer, como uma alta magistratura, seus legítimos poderes para impôr normalmente a ordem, a autoridade, garantindo a vida, e o exercício das atividades políticas, é fora de dúvida que as instituições democráticas poderão sobreviver tranquilamente. Verifico agora, Sr. Presidente, que infelizmente a responsabilidade do Governador está fixada, em têrmos dramáticos, nos documentos lidos esta, tarde perante o Senado. Cumpre-me, nesta dolorosa, emergência, endereçar uma palavra ao próprio Presidente da República e ao Ministro da Justiça para que, aos têrmos da Constituição, intercedam prontamente visando ao restabelecimento da tranqüilidade; da ordem da segurança pública, da paz na minha desventurada província. Era meu desejo, Sr. Presidente, acrescentar algumas palavras que refletissem minha grande dor diante da tragédia em ti mesma, recordando o idealismo do grande e inesquecível companheiro que tragicamente desaparece. Temos, porém, audiência magoada com o Sr. Ministro da Justiça para êste momento. Não devo fugir, entretanto, à recordação dos poucos dias, com o denodado companheiro, em nossa residência em Maceió, quando me procurava êle para assentarmos certas providências relacionadas com a reorganização de nossa agremiação partidária tão terrivelmente batida pela adversidade, em nosso Estado, nos últimos meses. Sentia-se que a linguagem do bravo companheiro era a de quem tinha a consciência, a profunda e grave consciência de que a morte o seguia. Seu dever, sua dignidade pessoal e seu destemor o atraíam, porém, para o anfiteatro da tragédia. Êle ia para sua cidade. Ali estava a sede de suas atividades profissionais, estava sua família, estavam os seus amigos e correligionários. Sua palavra influente e dominante assegurava a sobrevivência da União Democrática Nacional na cidade onde iria imolar-se, para que alguma coisa de nobre sobreviesse como exemplo. E espero que o seu sacrificio não tenha sido inútil. Há de haver algum remédio para estas desgraças, Sr. Presidente. E' preciso que se faça alguma coisa para que, uma parte enfêrma da Nação, a nossa desventurada Alagoas, volte a integrar-se na ordem constitucional, porque, do contrário, estará em perigo o próprio regime democrático e envolvido na tragédia indescritível o destino de um povo!

(Muito bem, muito, bem).

*“O SR. COIMBRA BUENO – (para explicação pessoal) *: – Sr. Presidente, pedi há pouco a palavra ao meu eminente amigo Senador Rui Palmeira, com grande emoção, porque antes havia lido a tremenda carta do Deputado Marques da Silva, a qual peço ao Senado licença para ler apenas alguns trechos, que bem traduzem a magnitude daquela tragédia. “Não ignoro, a trama*

que está arquitetada contra minha vida. A impunidade de um crime gera outros crimes. Essa regra não poderia ter exceção em Alagoas. Ontem, era sacrificado o Vereador Benício Alves, de Oliveira e eu estou ameaçado do mesmo destino. Estou agindo no cumprimento do mandato que me foi confiado pelo povo e tenho a consciência tranquila de não ter concorrido de nenhum modo para a desgraça política que pesa sobre Alagoas. Prefiro morrer com honra a viver sem ela. Não deixarei meu Estado, nem abandonarei minha família e o povo que me elegeu para que, amanhã, meus filhos não tenham vergonha de ouvirem falar em meu nome. Perdoem-me meus pais, minha esposa e meus irmãos por não lhes ter atendido no pedido para que me ausentasse de Alagoas. Estou convencido de que meus sofrimentos só terminarão, quando meus adversários consumarem seus intentos criminosos. Se o ponto final dessa verdadeira tragédia fôr, como tudo indica, minha eliminação pessoal, desejo apenas que minha família, sofra com resignação, e cuide de meus três filhinhos, a fim de que, mais tarde, eles possam fazer por Alagoas e pelo Brasil o que não me foi possível realizar. Sei que esses crimes em meu Estado não serão punidos e que, depois de nós, outros tombarão". Senhor Presidente, justamente nesta frase, reside um verdadeiro desafio à Nação brasileira. Meu ponto de vista é que não foi apenas Alagoas denegrada, mas, também, a Nação brasileira, o Poder Público deste país! Este o teste a que o país está submetido. Esperamos que o crime seja duramente punido com a máxima rapidez; e o que o Governo Federal vá ao extremo do impeachment ou da intervenção federal naquela unidade federativa para que tais atentados aos nossos foros de país civilizado sejam, de uma vez por todas, sustados e o exemplo sirva para evitarmos o regresso aos negregados dias do passado.

(Muito bem).

* Não foi revisto pelo orador.

"O SR. PRESIDENTE: – Tem a palavra o nobre Senador Maynard Gomes.

"O SR. MAYNARD GOMES (para explicação pessoal) *: – Sr. Presidente, na ausência do Líder do meu Partido, sinto-me no dever da usar desta tribuna, não para defender um Governador acusado, mas para declarar que se trata de Chefe de Executivo integrante do PSD. As acusações severas que S. Exa. vem sofrendo, conforme está ouvindo o Senado, exigem não que alguém lhe faça a defesa – pois temos em mãos somente o fato concreto ontem ocorrido no Estado de Alagoas e sabemos quanto é extremada a política no interior das unidades da Federação – mas um apêlo a ponderação. Quantas vezes temos ouvido, nesta Casa, acusações aos Governos Estaduais, que, uma vez apuradas, evidenciam não serem eles os autores ou pelo menos – cúmplices dos crimes apontados. Senhor Presidente, desejo, juntamente com o protesto de todos os

Senhores Senadores contra fatos dessa natureza. salvar, em nome do meu Partido, a defesa do nosso correligionário, até que se apurem as responsabilidades. Se, de fato, a S. Exa. fôr imputada a culpa, principalmente por não ter sabido evitar crimes hediondos como o atual, decreto não terá ele o apoio do meu Partido; pelo menos, não o meu!

** Não foi revisto pelo orador.*

“O SR. **FERNANDES TÁVORA**: – Nem poderia tê-lo, pois V. Exa. é homem de bem.

“O SR. **MAYNARD GOMES**: – Agradeço a V. Exa. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

(Muito bem. Muito bem).

? O SR. **PRESIDENTE**: – Tem a palavra o nobre Senador Paulo Fernandes.

“O SR. **PAULO FERNANDES** – (para explicação pessoal) *: – Sr. Presidente, serei breve. Considero que o assunto submetido ao Senado é dos que, pela sua relevância, justifica a infringência do próprio Regimento da Casa, a fim de que fique bem clara a repulsa do Parlamento a métodos políticos julgados do passado, os quais, para infelicidade da nossa terra, são por vezes repetidos em todo o território nacional. Não vou entrar no mérito da questão. Desejo apenas, na qualidade de Líder eventual da Maioria, associar-me à dor que, este momento, enluta nossos ilustres e nobres companheiros da Minoria, pelo assassinato bárbaro de um correligionário, no Estado das Alagoas – o Deputado estadual Marques da Silva. Declaro, ainda, Sr. Presidente, que o pensamento e a ação do atual Governo da República é exatamente no sentido do apaziguamento dos espíritos e da criação de clima de paz e tranqüilidade, para que o país progrida como merece. Outra não tem sido a atitude de S. Exa. o Sr. Juscelino Kubitschek; e, estou certo, outro não será o procedimento do ilustre Ministro da Justiça. Dr. Nereu Ramos, que, neste momento está sendo procurado, em audiência especial, pelos eminentes membros da União Democrática Nacional desta Casa. A carta deixada pelo pranteado Deputado Marques da Silva o coloca, Sr. Presidente e Srs. Senadores acima de tôdas as legendas: é como que um protesto dos políticos do interior. Nela, não é êle o adversário ou o membro da União Democrática Nacional: é o homem que levantou uma bandeira, que pertence a todos os partidos! Cumpre-nos, especialmente ao Senado da República, que tão bem se tem conduzido, nos últimos tempos no cenário político de nossa terra, a defesa da memória dêsse ilustre parlamentar, sacrificado, pelos seus ideais à sanha traiçoeira daqueles que não sabem fazer política com elevação e dignidade.

(Muito bem. Muito bem).

** Não foi revisto pelo orador.*

(A ortografia deste texto era usada à época)

Em sessão do dia 20 de fevereiro, com publicação no Diário Oficial do dia 21/02, o senador alagoano Rui Palmeira, pronunciou o seguinte discurso:

“Senhor Presidente, permita-me o Senado que volte a tratar da política alagoana. Não é por impertinência que o faço. Mas, por um dever. A repercussão dos acontecimentos ali verificados reclama que se expliquem fatos, que se esclareçam circunstâncias. Para que não pareça que os gritos de dor sejam gritos de histeria. Para que não se suponha que há exagero no clamor que chegou aos extremos do país. Quero relatar e reconstituir ao invés de acusar. Quero relembrar para que se julgue. Venho insistir no episódio de Arapiraca.

“Quem conhece a política daquele município não tem dúvidas de que foram motivos políticos que determinaram o trucidamento do Deputado Marques da Silva. Ele não tinha inimigos. Mas, sua atuação política, sua extraordinária capacidade de liderança tinham-lhe dado situação excepcional naquele recanto do território alagoano. Inteligente, ativo, inteiramente devotado à política, pelas suas qualidades de arregimentador, se constituira numa séria e crescente ameaça ao domínio truculento dos Pereira. Já, ao lado de dedicados companheiros, os derrotara em 1951. Elegera-se com surpreendente votação deputado à Assembléia Legislativa. Seu partido fizera o prefeito e cinco dos nove vereadores. Sua atuação determinara o ódio implacável dos seus adversários. Nunca lhe perdoariam a insolência de querer libertar a terra que eles dominavam desde muito com o peso do dinheiro e da violência.

“No governo anterior eles haviam tentado manterem-se donos da política no município. Um deles era deputado. Apoiava o governo para ter sob o seu controle a polícia local. E com ela criava problemas para os udenistas. Quando não lhes foi possível manter suas autoridades locais afastaram-se do governo de então. E certo dia tirotearam a delegacia e a própria residência do Dr. Marques da Silva. Eleito o Senador Muniz Falcão, foi-lhes às mãos o poder sem limites. De 31 de janeiro a março fizeram tais violências que foi necessária a vinda ao Rio do Deputado Marques da Silva. Aqui prestou ele um longo relato ao Diretório Nacional da U.D.N. Basta que se leiam os jornais de então para constatar a série de inomináveis violências que praticaram. Não vamos, porém, enumerá-las. Preferimos transcrever no final o relatório do Diretório Nacional em 26 de março e que foi publicado no Diário do Congresso (Câmara dos Deputados), através do discurso do Deputado Segismundo Andrade em 19 de maio de 1956. Nessa ocasião, as violências tinham atingido uma grande intensidade. Era já notório que eles projetavam assassínios de vários políticos. E a 7 de maio tinham atentado contra a vida do Major Vicente Ramos na Vila de Ponciano, Município de Traipú. E ninguém atribuiu senão a eles o atenta-

do cujos autores permanecem oficialmente desconhecidos e conseqüentemente impunes.

“O Deputado Marques da Silva, imaginavam os seus inimigos, não manteria a luta. E depois do sacrificio do Vereador Benício, a onda de terror assumiu proporções alarmantes. Só uma nova pressão externa a reduziu. A presença dos senadores que a Alagoas foram provocou um amortecimento. De poucos meses apenas. De novembro a janeiro. A muitos parecia contida a fúria criminosa. Pensavam muitos que tinham tido fim as perseguições. Ou que houvessem os que tinham planos a eles renunciados. Que nada. Tinham parado para um descanso. Haviam-se aquietado por simulação. Na verdade, faziam digestão. Na verdade, tramavam. A vítima estava escolhida. Era só aguardar a ocasião propícia. A paz que reinou era trégua. Era aparência que iludiu os que tinham boa fé. Mas era a paz sem surras, sem prisões, sem as degradações de tantas vezes. Mas era a paz precária. Paz do cangaço. Paz que não era paz. Mas jejum de feras. Suspensão de execuções. Paz com jagunços povoando a cidade, provocantes, insolentes, embora generosos porque apenas exibiam armas sem as disparar contra os opositoristas. Em todo caso, paz suportável. Mas paz falsa que preparava desgraças. Paz que terminou em sacrificio, em martírio. Paz que tirou a vida de um líder. Paz que iludiu o idealista, fazendo-o caminhar para o fuzilamento cheio de fé nas ideias, nas leis, na validade dos juramentos, na fidelidade à palavra por parte dos homens. Paz enganosa que iludiu a tantos.

“As concessões não tinham significado. Eles permaneciam vivos, vivos como nas horas em que se prendiam, seviciavam, degradavam adversários. Eles eram e nunca deixaram de ser a liquidação de quem não aderisse ou não corresse. Crime político foi indiscutivelmente esse selvagem trucidamento de um jovem tão bom e tão cheio de idealismo. Não importa que procurem dar-lhe outra explicação. Marques da Silva foi vítima do primarismo dos seus adversários políticos. Quando eles atentaram contra a vida de Vicente Ramos explicaram que aquele devotado companheiro tinha muitos inimigos. Quando meses depois sacrificaram, também de emboscada o Vereador Benício Alves atribuíram ao crime motivos passionais. Foram tão cruéis que ainda procuraram envenenar os fatos, tomando-os ainda mais amargos.

“Agora não fôsse o clamor nacional e certamente ficaria o fato delituoso justificado como fruto inevitável da tradicional luta de famílias. Se não criassem uma versão infamante. Foi político o crime. Mataram para afastar do caminho um adversário que era bravo e leal. E o fizeram depois de atentar contra a vida de um e tirar a do outro dos seus companheiros mais abnegados e mais decididos. Mas crimes políticos ocorrem em todo canto, dizem os que querem

eximir de responsabilidade o govêrno do Estado. Ocorrem, sim. Mas nenhum que se lhe compare. Quase um ano levou Marques da Silva a denunciar que sua vida corria risco. A 26 de março de 1956 vinha ao Rio e dizia perante o Diretório Nacional de seu Partido:

“A muitos parece que se trata de simples caso municipal, coisa comum na política brasileira. Também imaginam alguns que o Governo do Estado pode isentar-se da responsabilidade. Mas há engano em ambas as hipóteses. O caso de Arapiraca não é uma simples luta municipal animada pela paixão partidária. E’ sim, uma luta de homens de bem, que vivem do seu trabalho, contra elementos facinorosos que, antes de 1950, trouxeram tempos sob um domínio de truculências e de crimes.

“Por se apresentar como luta de caráter municipal não se pode eximir o Governo do Estado da responsabilidade de permitir que um dos Municípios maiores de Alagoas, dos mais prósperos, cuja sede é uma das mais importantes cidades do interior, seja palco das cenas a que assiste Arapiraca. E ainda se torna mais difícil evitar que se atribua essa responsabilidade quando se sabe que tôdas as inomináveis violências que têm sido ali praticadas foram com a participação ostensiva da policia que, comandada pelo próprio Delegado, armada de metralhadoras, praticou tantas violências, dando cobertura aos capangas que insultam, agridem, e ameaçam cometer maiores desatinos. Dezenas de correligionários nossos foram presos pela polícia e até poucos dias tinham, como foi salientado, sido requeridos dezoito habeas-corpus.

“Pode ou não pode o Governo fazer cessar tal estado de coisas? Certamente que sim. E é o que se deseja – que o Partido envie todos os esforços para que nos sejam assegurados os direitos inscritos na Constituição, qual sejam trabalhar, existir como partido e até existir como gente, pois estão em perigo, e nisto não há exagero, as nossas vidas. Pesa uma ameaça de morte sôbre o Deputado José Marques da Silva, sôbre o Prefeito João Lúcio da Silva, sôbre o Presidente da Câmara de Vereadores José Lúcio de Melo e sôbre Vereador Benício Alves de Oliveira. Pode o diretório da UDN estar certo de que se não tiver de influir para evitar tamanha desgraça vai ter notícia de que esses seus velhos companheiros de lutas mais ásperas vão desaparecer. O que é triste, o que é profundamente desalentador é que nesta altura da vida política brasileira ainda algum corra o risco de morrer apenas porque diverge politicamente de outrem”.

“Êsse documento tem a data de 14 de março. Em conseqüência dele o Diretório mandou a Alagoas o seu Secretário Geral, Deputado João Agripino. Êste se transportou até o meu Estado. E da sua viagem fêz um Relatório datado de 26 do mesmo mês. Nesse documento está escrito: De posse dos elementos de observação e das informações que colhi, procurei o Governador Muniz

Falcão no Palácio do Governo. Sua Excelência recebeu-me imediatamente e ouviu com muita atenção a exposição que lho fiz. Furneci-lhe, para leitura, a representação do Deputado Marques da Silva. Manifestou Sua Excelência o seu propósito de resguardar as liberdades individuais, os direitos do cidadão e assegurar a todos a mais livre manifestação do pensamento e atividades políticas. Encara Sua Excelência de maneira excepcional a situação de alguns Municípios como o de Arapiraca.

“(O Relatório consta do discurso pronunciado pelo Deputado Segismundo Andrade em maio do ano passado).

“Depois da visita do Deputado João Agripino a tensão se atenuou. Passou-se o mês de abril sem grandes acontecimentos. Imperava a rotina na vida de Arapiraca. Verificaram-se as perseguições que afligem, que maltratam, mais desprovidas de gravidade. Maio, porém, havia de fazê-las recrudescer. E a 7 daquele mês o Major Vicente Ramos sofria um atentado, em sua casa comercial em Vila Ponciano, em Traipu, Município vizinho de Arapiraca. Dois sicários o aleijaram. Socorrido pelo Deputado Marques da Silva foi transportado para Maceió. Escapou por milagre. Ninguém tinha dúvida sobre a origem do atentado. Mas as diligências deram em nada. E ao invés de perseguir e capturar os criminosos a polícia voltou a cuidar dos adversários do Governo em Arapiraca. Foi tal a intranquilidade que ali se estabeleceu que a U.D.N. para lá despachou um seu emissário o deputado Bilac Pinto. E o próprio Ministro de Justiça mandou até Alagoas um observador o Dr. Oyama Teixeira. Êste ao chegar apresentou Relatório do qual constava a procedência de muitas denúncias que haviam sido apresentadas. Naquela oportunidade na tribuna da Câmara os Deputados alagoanos Segismundo Andrade, Armando Lages, Oceano Carleial e José Afonso denunciaram as ameaças de morte contra os companheiros de Arapiraca. Na oração do primeiro deles está transcrita a representação que Marques da Silva dirigira ao Diretório da U.D.N. nacional em março e já citada.

“Desta tribuna também nós protestamos contra o atentado e denunciámos o risco que corriam Marques da Silva e os seus companheiros. Dissemos então. “Diário do Congresso” de 16 de maio de página 1.038, segunda coluna: “Ali no Município de Arapiraca, estavam e ainda estão, ameaçados de morte o Deputado Marques da Silva, o Prefeito João Lúcio da Silva e o Vereador Benício Alves de Oliveira. O Govêrno pode evitar a chacina dos nossos correligionários, e não o fazendo assume a responsabilidade pelo seu sacrifício”. Basta que em todas aqueles Municípios retire a polícia do contrôle dos que perseguem, prendem, espancam e matam. Basta que lhes mostre ser impossível a impunidade por empreitar com profissionais do crime o fuzilamento sumário

dos seus inimigos.

“Em conseqüência, Sr. Presidente, dos protestos e dos apelos, como decorrência da presença do observador do Sr. Ministro da Justiça que se conduziu com a mais absoluta correção, o Governador do Estado nomeou novo Delegado de Polícia para Arapiraca, que foi o Capitão Cícero Argolo. Nessa ocasião, quando haviam os nossos companheiros de Arapiraca abandonado o Município, mandou Sua Excelência convidar-me para conversar a respeito da situação do Estado e sobretudo daquele Município. Nesta oportunidade, é necessário que agora o declare, afirmei ao Governador que o Deputado Claudenor e sua família iam matar o Deputado Marques da Silva, o Vereador Benício Alves, o Prefeito João Lúcio. Dei à declaração a ênfase possível, numa conversa que foi cordial e nos deixou a mim e ao Deputado Segismundo Andrade de certo modo esperançosos. Quando lhe fiz tal declaração Sua Excelência me respondeu ser ela “muito grave”. Retruquei que sim. Mas pedi que a considerasse como declaração de um Senador da República. Ao despedirmo-nos Sua Excelência nos prometeu que dentro de quarenta e oito horas nos comunicaria as medidas adotadas no sentido de pôr termo àquele estado de coisas.

“Em pouco dias depois mandou informar-nos de que os nossos companheiros que haviam deixado o Município poderiam declarar ao Secretário do Interior quais as garantias que julgavam necessárias para que regressassem.

“Por meu intermédio foi entregue àquela autoridade a 28 de maio uma nota que consubstanciava o nosso pensamento a respeito da situação e assim redigida:

“Por intermédio do Secretário do Governo, mandou, o Sr. Governador do Estado comunicar hoje ao Senador Rui Palmeira que podiam os líderes udenistas de Arapiraca que aqui se encontram declarar ao Sr. Secretário do Interior quais as garantias de que precisavam.

“Ouvidos aquêles correligionários, juntamente com elementos que constituem o Diretório Estadual da UDN, e a bancada na Assembléia, foi o Senador Rui Palmeira credenciado para levar ao conhecimento do Sr. Secretário do Interior o seguinte: O Prefeito João Lúcio e os vereadores José Lúcio de Melo, José Pereira Lúcio e Benício Alves, depois de cientificado o Senhor Governador do Estado das ameaças de desmoralização e de morte que contra eles existem, partidas dos seus adversários naquele Município, a cujo serviço está o Delegado de Polícia que tem feito dezenas de prisões políticas cujas vítimas, em muitos casos, têm sido seviciadas, estão decididos a regressar a Arapiraca em companhia do Deputado Marques da Silva sobre quem pesa idêntica ameaça. Denunciando as ameaças e dando conhecimento ao Senhor Governador das violências já praticadas, tendo todas as autoridades conhecimento de umas e de outras, e de quem sejam ali os seus responsáveis confiam em que serão

preservadas, não apenas as suas vidas, como as dos seus correligionários naquele Município e a todos assegurados os direitos individuais que lhes dá a Constituição, cessando a onde de prisões e espancamentos e as ameaças de que, por intermédio da própria polícia, ou de capangas, tem sido vítimas ou alvo.

“Esperam que, disso inteirado, o Governo lhes dê as garantias que julgar necessárias e suficientes”. Está no “Diário do Congresso” de 26 de outubro e Gazeta de Alagoas, dos últimos dias de maio ou primeiros de junho. Três meses depois era mudado o Delegado.

“Exoneraram-no a 3 de agosto. E a 7 daquele mês o Deputado Marques da Silva fazia ao Governador a seguinte advertência em discurso na Assembléia:

“Sr. Presidente, “Srs. Deputados,

“Ocupo, hoje, esta Tribuna, no cumprimento de um dever. Para alcançá-lo, não encontrei melhor caminho que o de fazer justiça. Justiça que há de caracterizar-se pelo reconhecimento do bens que chegamos a desfrutar e pela fixação de responsabilidade pelos males que tenhamos de sofrer.

“O “Diário Oficial” do Estado, do dia 3 do corrente, publica despacho do Sr. Governador do Estado, demitindo o Capitão Cícero Argolo das funções de Delegado de Polícia do Município de Arapiraca e nomeando para substituí-lo o cidadão Francisco Pereira Lima.

“O primeiro, Oficial da Fôrça Policial do Estado, isento de qualquer ilegível político com qualquer das facções locais, Militar da confiança do Sr. Governador do Estado, além do que, pela simples condição de membro de uma corporação a que se atribuem funções específicas de segurança pública, por si só, já constituía um fator de Garantia à paz e à tranqüilidade do Município, se aqui nesse, como o fêz, honrar as responsabilidades profissionais e a dignidade da função. Esquivo-me de examinar as suas qualidades pessoais, como farei para o segundo, pessoa de absoluta confiança dos chefes políticos governistas do Município que represento, e extremado político-partidário local.

“Fiquemos aqui na caracterização das duas figuras que foram alcançadas pelos atos do Sr. Governador do Estado.

“Encaremos os fatos, que são eles em tese, e objetivamente, os elementos básicos do quadro, para cujo debuxo servirão as considerações que pretendo desenvolver.

“Todos se recordam do que foram os primeiros meses do atual Governo de Alagoas, em relação com a paz e a tranqüilidade no Município de Arapiraca que, circunscrevo às minhas atuais considerações, deixando de lado outros acontecimentos que, em Municípios diferentes também contribuíram para compor uma paisagem sombria, senão tenebrosa, na vida político-administra-

tiva que se iniciara com a posse do Sr. Governador do Estado, em 31 de janeiro do corrente ano.

“Não só Alagoas. O país inteiro participou das angústias e apreensões que afligiram os que, no Município já citado, tiveram a ousadia de uma atitude política e a coragem de manter-se dignos, depois de uma derrota eleitoral, no Estado.

“As prisões se sucederam, os espancamentos se repetiram, um pretendido objetivo de desmoralizar-nos não teve modos nem limites. Passava, sôbre todos nós, a ameaça de aniquilamento, sob o diabólico signo do “foge ou morre”.

“Daqui mesmo, desta tribuna, vezes sem conta e repetidamente protestei contra violências e clamei por justiça, apelando para o Sr. Governador do Estado, cujos amigos, em Arapiraca, davam mostras de querer comprometer, definitivamente, o seu Governo. Às portas da justiça chegaram os nossos clamores, sob a forma de pedidos de “habeas corpus”, cujo número se aproximou de uma centena.

“Tão insistentes foram as nossas denúncias e os nossos apelos que vezes de má fé chegaram a atribuir-nos o propósito sistemático de criar dificuldades para o Governo, e, até, de subversão da ordem.

“Sem intimidações, não descansamos um só instante, sem nos faltarem fatos e argumentos para mostrar que, nas mãos do Sr. Governador, estava o remédio para os seus e para os nossos males.

“Resolvesse o Sr. Governador dar-nos a paz, retirando aos seus correligionários a fôrça que lhe pusera nas mãos e anulando o estímulo que a sua indiferença pelo nosso sofrimento provocava, e tudo seria tranqüilidade e respeito entre homens que tudo fazem para viver em paz, porque sômente sob o seu signo lhe será permitida a luta para retirar, da terra árida e hostil, a riqueza que nos engrandece.

“Por fim, foi ouvida a nossa palavra, ou, antes, foi ouvido o nosso clamor. O Sr. Governador, cremos que para fazer experiência, ainda duvidoso das razões para os remédios por nós apontados, resolveu mudar as coisas em Arapiraca, fazendo parar, por um momento, a onda de violências que, a serviço do ódio, pretendia afogar em sangue, o Município, matando, ou fazendo desertar, os adversários.

“Nomeou, para as funções de Delegado de Polícia, o Capitão Cícero Argolo. Foi como se houvesse utilizado uma varinha de condão. Tudo mudou, num instante, como água para o vinho. Jamais se fêz ouvir, aqui ou alí, uma queixa sequer. A justiça não se viu mais clamada a restabelecer as prerrogativas da lei violada, por cessarem as suas violações. A paz desejada se instalou em Arapiraca.

“Os homens da oposição, as vítimas, mas que eram, no entanto, de caso

pensado e de má fé, apontados como os responsáveis pela onda de desordem e desatinos reinantes, ouvidos por autoridade pública insuspeita, distanciada de qualquer interesse político partidário comprometedor, foram os primeiros a afirmar a transformação, dispensando garantias especiais, porventura, admissíveis. Confessaram-se satisfeitos e seguros, diante da confiança imposta pela nova ordem criada, depois de posse da nova autoridade policial.

“Para não dificultar, de qualquer forma, a sua conduta ou não permitir cavilosas interpretações ou deformação na interpretação do seu comportamento, permaneceram todos, dela distanciados, receiosos, até, de, só com o nosso contacto comprometer-lhe a confiança junto ao Senhor Governador. Queríamos paz e a tínhamos alcançado.

“Confirmara-se, assim a nossa afirmação, tantas vezes repetida de que o remédio se encontrava nas próprias mãos do Sr. Governador.

“Aqui, a hora de fazer-lhe justiça. Faço-o, com a convicção de estar cumprindo um dever indeclinável. Por isso mesmo, o faço com grande satisfação. Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, com a nomeação do Capitão Cícero Argolo, nos deu a paz.

“Parece, porém, que o mesmo Senhor Governador, que tão acertadamente procedera, deseja, agora, pôr em prática uma nova experiência.

“O Sr. Capitão Cícero Argolo, oficial austero, que se fêz credor do respeito público e já merece uma anotação especial na sua caderneta profissional, pela conduta que se impôs, à frente da Delegacia de Polícia do Município de Arapiraca, em hora dramática e tão incerta, e pelo grande serviço que prestou ao Governo a que serve, contribuindo, tão decisivamente, para o restabelecimento e para a manutenção da paz, em Arapiraca, foi substituído. O seu substituto como consta do ato governamental, é o civil Senhor Francisco Pereira Lima, candidato a Prefeito do Município pela coligação P.S.P. – P.S.D. No pleito passado, exaltado político-partidário local, parente e amigo incondicional dos Chefes políticos responsáveis pelo ambiente de intranqüilidade que a presença do Senhor Capitão Cícero Argolo foi capaz de transformar, sem que, para isso, tivesse recorrido a qualquer ato de violência ou abuso do poder.

“Chegou, infelizmente, aqui, o momento de fixar responsabilidades. Não desejo, de antemão, vaticinar o malôgro para nova experiência que, tão desavisadamente, pretende o Senhor Governador realizar. Confesso preocupado, e, porque não dizer, temeroso, que receio o seu fracasso, nessa aventura a que se arrisca e que põe em perigo vidas humanas, a tranqüilidade e a paz da família de Arapiraca.

“A paz do meu Município dependerá exclusivamente da vontade do Senhor Governador que a fará presente ou a destruirá, mantendo-se à altura das

suas responsabilidades públicas, ou negando-se a si mesmo, cedendo a imposição de maus correligionários, para favorecer-lhes o ódio e a sede de vinganças mal contidas.

“A primeira experiência foi uma prova irretorquível de que caberá exclusivamente ao Senhor Governador, e só a Sua Excelência, tôdas a responsabilidade pelos crimes que, porventura, se pratiquem contra a paz da sociedade de Arapiraca, pela primeira gôta de sangue que venha a manchar o seu solo generoso e bom, pela viuvez ou pela orfandade com que a inconsciência odienta de alguns pretende comprazer-se.

“Está, aí, Senhor Presidente, uma palavra de alerta. Medite sôbre a mesma o Senhor Governador do Estado. Tenham-na presente esta Casa, o Estado de Alagoas e tôda a Nação, para que, se manhã, desgraçadamente, os meus receios se confirmarem, possam, sem distinções partidárias nem preconceitos grupais, constituir-se em verdadeiro Tribunal com o pensamento voltado para Deus e a consciência tranqüila a apontar à execração pública o verdadeiro culpado”.

“Foram palavras que não comoveram aquêles a quem eram dirigidas. A 20 de outubro, 7 dias depois, o Vereador Benício Alves era assassinado. Como no atentado ao doutor Vicente Ramos os sicários fugirem. E a polícia, reforçada, ocupou a cidade. A capangagem, mais prestigiada encheu-lhe as ruas. Está no “Diário do Congresso” de 26 de outubro a descrição do que ocorreu:

“Vieram algumas dezenas de pessoas daquêle próspero e ao mesmo tempo infeliz Município alagoano. À noite, regressaram a sua terra e só conseguiram chegar às suas casas porque ao invés de tomar o caminho mais curto, resolveram dar uma volta muito grande, e seguir pela estrada que leva ao Município de Palmeiras dos Índios. Já as vias de acesso à cidade estavam empiquetadas. À noite, o primeiro delegado da capital, que para lá fôra mandado, com algumas dezenas de soldados de polícia, iniciou sua tarefa, que se devia presumir, de busca dos criminosos ou supostos criminosos, ou daqueles a quem a opinião pública apontasse como responsáveis pelo atentado. Ao invés disso, buscas se fizeram e violências foram praticadas contra os nossos correligionários, contra os correligionários daquele que fôra assassinado. Na manhã de segunda-feira, bateu à minha porta o primeiro que conseguira fugir da Cidade de Arapiraca; era o jovem Vereador José Pereira Lúcio, e contou que o quintal de sua casa fôra invadido por cerca de 10 soldados, com a intenção de aprisioná-lo. Conseguiu safar-se, e através de caminhos que ele, conhecedor da terra, sabia, conseguiu sair na estrada asfaltada e chegara até à capital alagoana àquela hora da manhã. Mais tarde, chegavam notícias. Procurei, por telefone me comunicar com o Presidente da Câmara dos Vereadores, que já não podia falar comigo; Um padre – o vigário coadjutor atendeu para declarar que ele estava, bem,

mas que não podia atender ao telefone da Estação da Rede Ferroviária para comunicar-se comigo.

“Já é do conhecimento do Senado, pelo telegrama ontem lido desta tribuna, pelo nobre Senador Freitas Cavalcanti, que o Prefeito e o Presidente da Câmara dos Vereadores tiveram que se afastar da cidade, e se encontravam em Maceió, impossibilitados de regressar ao seu Município. O Delegado, que mandara proceder ao varejamento das casas dos nossos companheiros, se postara em frente à Prefeitura, com alguns soldados, a revistar aquêles que dali se aproximavam.

“A estas notícias, que já foram divulgadas, tenho alguma coisa a acrescentar; hoje pela manhã, recebi novas informações. Diz assim o recado de um correligionário:

“Continuam prendendo os nossos correligionários e muitos deles portadores de habeas corpus preventivo. Ainda agora pela manhã recebemos carta de Anísio Amorim, comunicando-nos que foi preso a despeito de conduzir habeas corpus preventivo. O 1º Delegado da Capital, depois de prender e insultar o Vereador Domingos Vital, declarou que iria revistar o carro do Deputado Marques da Silva na primeira oportunidade que o encontrasse. Hoje pela manhã informaram ao Professor João Lúcio e ao Vereador Lúcio de Mello que tivessem cuidado porque seriam revistados a qualquer momento, juntamente com outros companheiros de Arapiraca que aqui se encontram. Ontem à noite em Arapiraca, prenderam e esbofetearam o funcionário da Prefeitura Olival Farias Pitanga. Estamos também informados que o Pe. Jeferson, depois de ser ameaçado, foragiu-se. Continua o terror. Os soldados permanecem lá com metralhadoras à cata dos nossos correligionários.

“O Vereador Domingos Vital é o quarto dos Vereadores da UDN que restam no Município de Arapiraca. Três se encontram na capital e o outro foi assassinado. No clamor, Senhor Presidente, dezenas de cidadãos fugiram. Muitos foram espancados e desmoralizados. O próprio Juiz de Direito abandonou a Comarca à falta de garantias. Mataram um opositor e a polícia sob a direção de um bacharel atribiliário praticou todos os excessos contra os demais opositores. Benício Alves morreu por acreditar nas garantias que lhe haviam dado. Então novamente o Prefeito e os Vereadores abandonaram o Município aonde o Deputado também já não podia ir.

“O Diário de Notícias relata os acontecimentos em reportagem que passo ler:

“VOLTA A IMPERAR EM ALAGOAS O REGIME DE ARBITRARIEDADE

“Até os próprios Deputados estão ameaçados de morte – Desrespeito ao Poder Judiciário. Maceió, outubro (Do enviado especial do “Diário de Notícias”)

“Cêrca de 50 pessoas, entre comerciantes, agricultores e proprietários, acompanhados das respectivas famílias estão refugiadas nesta capital, em consequência das graves arbitrariedades praticadas pelo Govêrno do Estado, no Município de Arapiraca.

“Entre outros perseguidos, tive oportunidade de falar com o Prefeito do Município, Sr. João Lúcio da Silva, o Presidente da Câmara Municipal, Sr. José Lúcio de Melo; com o Vereador José Pereira Lúcio; o Secretário da Prefeitura, Sr. José Valeriano da Silva; com os funcionários municipais Caubi Oliveira, Artur Lima dos Santos e Orlando Gomes da Silva e com os agricultores Manuel Lúcio da Silva, José Lúcio da Silva, Antônio Lopes da Silva, Isidoro Leão da Silva, João Evangelista Freire e major Vicente Ramos da Silva, cuja história contarei em outras correspondências.

“INTERDITADA A PREFEITURA

“O Prefeito a os demais moradores de Arapiraca para aqui vieram munidos de “habeas corpus” preventivo. Embora portadores desse remédio legal, não se sentiram seguros em sua terra diante das ameaças de morte, prisão e espancamento que, constantemente, partiam da aparatosa fôrça policial que para ali foi deslocada sob a direção do 1o delegado de polícia da capital.

“Essa autoridade à frente de 50 soldados armados de metralhadoras seguiu para Arapiraca após o bárbaro trucidamento do Vereador Benício Alves de Oliveira, ocorrido no dia 20 do corrente no sertão alagoano. Sua primeira providência antes da série de violências que cometeu contra a população local, foi interditar a Prefeitura, que ficou acéfala. Com a interdição da Prefeitura, interditada também ficou o “Forum” que funciona numa das dependências do prédio. Assim o juiz se viu obrigado a presidir as audiências em outro local. Aliás, é extremamente grave a situação desse magistrado pois em autoridade está sendo desrespeitada pelo arbítrio policial e esse fato não o atinge apenas, mas a tôda a justiça do Estado. Diversas pessoas, portadores de ordem preventiva de “habeas corpus” por ele concedida, foram presas e submetidas a vexames na cadeia local.

“VIDA EM PERIGO

“Diante dessa situação de insegurança procuramos ouvir, inicialmente, uma das pessoas mais visadas pela perseguição do atual Governo de Alagoas, tendo sido vítima de uma tentativa de assassinio no próprio recinto da Assembléia Legislativa. Trata-se do Deputado estadual Marquem da Silva, jovem

médico radicado em Arapiraca com largo prestígio político, tanto que concorrendo às eleições no último pleito, foi o Deputado mais votado em todo Estado de Alagoas, Segundo opinião generalizada, até mesmo de pessoas alheias as competições políticas, sua vida está pendente de um leve fio, sujeito a partir-se a qualquer momento.

“TRIBUNAL DE FACÍNORAS

“Nesta primeira correspondência o repórter, propositalmente, se abstém de considerar o resultado de suas observações na apuração dos fatos, limitando-se a transcrever o depoimento que lhe prestou o parlamentar ameaçado. E isso ele o fez serenamente, sem que deixasse entrever o menor sentimento de exaltação partidária. Falou com a calma e a franqueza do nordestino curtido pelo sofrimento, sem trazo de ódio ou vingança, embora seja público e notório que seu nome, juntamente com os do Prefeito de Arapiraca e do Vereador Benício Alves de Oliveira, faz parte de uma lista de condenados e à morte pelo “Tribunal de Facínoras”, substituto na senda do crime, do antigo “Sindicato da Morte”. Depois de executada a “sentença” de Benício, na noite sombria de 20 do corrente, comenta-se, em Maceió, que o “Tribunal” aguarda apenas uma oportunidade favorável para executar as demais.

“RELATO DOS FATOS

*“Transcrevemos, o relato que nos fez o Deputado Marques da Silva:
– “Desde o começo do Govêrno do Sr. Muniz Falcão, Arapiraca foi dominada pelo terror. A cidade encontra-se infestada de capangas, aliciados neste e em outros Estados, com o objetivo de eliminar a oposição. Várias vezes ocupei a tribuna da Assembléia, a fim de apelar para o Governador do Estado, no sentido de restabelecimento da ordem no Município. Os nossos representantes no Congresso Nacional também fizeram o mesmo. Tudo inútil. Fui eu próprio ao Rio e, através doa dirigentes do meu partido, solicitei providências ao Governo da República. Nada adiantou. Posteriormente, aqui veio o Deputado João Agripino, como observador da UDN, que após constatar “in loco” a procedência das denúncias também apelou para o Governador do Estado que não o atendeu”.*

“TENTATIVA DE MORTE

“Após acrescentar outros pormenores, afirmou o Sr. Marques da Sil-

va: – “A situação era tão calamitosa que, na própria Assembléia Legislativa, o Deputado Claudionor Lima e seus capangas tentaram assassinar-me. No momento preciso em que o Senhor Claudionor puxava sua arma para alvejar-me, um dos seus capangas fazia o mesmo. O crime não se consumou devido à intervenção rápida de terceiros”.

“Referindo-se aos antecedentes da morte do vereador Benício, o Deputado acrescentou:

– “A onda de terror para fazer calar a oposição tomou vulto, precisamente, no dia 7 de maio, quando o major reformado da Fôrça Pública, Vicente Ramos da Silva, secretário geral da UDN, em Traipu, foi emboscado em sua casa comercial na vila de Jirau do Ponciano, recebendo quatro tiros no tórax e no braço esquerdo, que ficou parcialmente inutilizado. Usaram os facínoras, que continuam impunes, pistola automática P-38 e pistola alemã empregada na guerra. Depois que o major foi tiroteado e diante do clima de intranqüilidade que se estabeleceu aqui vieram um observador do Ministério da Justiça, Sr. Oiama Teixeira, e o Deputado Bilac Pinto. Nessa época, encontravam-se foragidos em Maceió, como agora, a Prefeito de Arapiraca Sr. João Lúcio da Silva e os Vereadores José Lúcio de Melo, José Pereira Lúcio, além do malogrado Benício Alves de Oliveira”.

“CONVIDADO PARA TRAIR

“Continuando o seu trágico relato, na presença de pessoas de conceito social em Maceió adiantou o Deputado Marques da Silva: – Graças às providências tomadas pelo Governo Federal o senhor Muniz Falcão foi obrigado a assegurar a volta dos foragidos a Arapiraca garantido-lhes que não seriam chacinados. Nessa mesma época o Vereador Benício, atendendo a convite do Deputado Humberto Mendes, sogro do governador entrevistou-se com o senhor Muniz Falcão que, lhe reiterou as garantias de vida, depois de convidá-lo para aderir, ao governo o que foi naturalmente recusado. Também naquela ocasião o Sr. Muniz Falcão declarou que se quisesse acabaria a oposição em 10 dias.

“SESSENTA DIAS DE BONANÇAS

“Realmente – continuou o Deputado Marques da Silva – a situação, após esses fatos, parecia normalizar-se. Foi nomeado um homem honrado, o Capitão Cícero Argolo, para delegado de polícia de Arapiraca, justo e imparcial, acima das competições políticas, conseguiu aquéle militar estabelecer um ambiente de paz e tranqüilidade. Durou isso apenas sessenta dias; findo os

quais cai o capitão Argolo inesperadamente demitido e nomeado para substituí-lo o Sr. Francisco Pereira Lima, candidato derrotado a prefeito do município, político exaltado, parente e amigo incondicional dos responsáveis pelo ambiente de terror que a presença do capitão Argolo foi capaz de transformar”.

“VOLTOU PARA MORRER

“Informa a seguir o Deputado Marques da Silva que, a partir da nomeação do Sr. Francisco Pereira Lima, a onda de perseguições e violências foi alastrando-se num rastilho de pólvora até culminar com o covarde e brutal assassinio do Vereador Benício Alves de Oliveira. Quanto aos criminosos, todos, até as crianças de Arapiraca sabem quais foram, mas eles continuam impunes. Ao invés de mandar capturar os bandidos o Governador do Estado enviou para Arapiraca o 1o delegado da capital conhecido pelas suas arbitrariedades, com 50 soldados armados de metralhadoras, justamente para prender e humilhar correligionários, parentes e amigos da vítima, alguns deles portadores de ordem preventiva de “habeas corpus”.

“Nessa reportagem, Sr. Presidente, Marques da Silva aparece como condenado à morte. Foi tal a repercussão desses tristes acontecimentos que uma Comissão de Senadores daqui saiu para visitar Alagoas. E dois dos que a integravam chegaram a Arapiraca. De volta custaram a convencer aos que haviam saído da próspera e sofridora cidade que deviam a ela regressar. Foi necessário muito argumento noite a dentro para que os que já podiam acreditar aceitassem os conselhos que, lhes davam os Senadores, para que voltassem. E eles afinal voltaram. Voltaram depois que dos Anais desta Casa subscrita pela Comissão e lida pelo Senador Mem de Sá constou uma declaração. Lembra-se o Senado, dos seus termos:

“Os senadores que estiveram em Alagoas, no alto e impessoal propósito de concorrer para o estabelecimento de um clima de harmonia naquele glorioso Estado, ratificando a brilhante exposição que a respeito foi feita pelo nobre Senador Carlos Gomes de Oliveira, credenciado para relatar a feliz e fidalga acolhida dispensada pelo Governo e pelo povo alagoano, desejam expressamente reiterar, que, diante das formais garantias a eles formuladas pelo Excelentíssimo Senhor Governador Muniz Falcão no sentido de sempre assegurar a plenitude da ordem pública e o integral respeito aos direitos e às franquias da população de Arapiraca – aconselharam o Prefeito, os Vereadores e as demais pessoas daquele Município que se encontram em Maceió a retornarem a seus lares e ao exercício de seus mandatos e atividades na convicção de que a palavra empenhada pelo ilustre Governador deve merecer pleno acatamento e será

fielmente honrada por Sua Excelência e pelas autoridades policiais do Estado.

“(a) Gaspar Velloso, Gomes de Oliveira, Ezechias da Rocha, Daniel Krieger e Mem de Sá.

“Depois disso, nova trégua. Em consequência da missão dos Senadores o Governador nomeara delegado de Polícia o Major Ataíde, seu Assistente Militar. Era, supunha-se, uma garantia. E enquanto ali esteve o foi. O nobre Senador Daniel Krieger em candente discurso já referiu a essas fase dos acontecimentos. Mas o Major não durou ali. Dizem que o tiraram porque conseguira pacificar a terra. A verdade é que se atritou com o Deputado Claudionor. E corria risco de vida: Seja como fôr saiu, em janeiro, para que Marques da Silva morresse em fevereiro. Os que souberam da demissão do Major se alarmaram. Alguma coisa iria acontecer. E Marques dá Silva foi à tribuna da Assembléia a 17 de janeiro, chamar, no seu último esforço, para ver se lhes respeitavam a vida. Assim falou: “Para que esta Casa o saiba e para que o conheça o povo alagoano, quero desta tribuna comunicar um fato.

“Em dias da semana passada o Sr. Governador do Estado exonerou o Major Ataíde da função de Delegado de Polícia do Município de Arapiraca. Sabem todos que acompanham a vida política daquele Município, tão turbulento nos últimos tempos, em que condições foi para ali aquê official. Mas vale lembrar. Em dias do mês de novembro aqui esteve urna Comissão de Senadores constituída dos eminentes patrícios Gomes de Oliveira, Gaspar Velloso, Mem de Sá e Daniel Krieger. Vieram abalados pelo eco de acontecimentos que se desenrolavam no Estado e sobretudo no meu Município que dois deles visitaram. Estiveram com o Sr. Governador a quem expuseram as suas impressões e apreensões. E S. Exa., entre as medidas com que procurou tranqüilizá-los e mostrar bons propósitos, incluiu a nomeação do seu Assistente Militar para Delegado local. E' êste que é agora afastado. Quero recordar que quando naquela época os Senadores procuravam convencer aos meus companheiros que regressassem ao Município confiados nas garantias a eles oferecidas por intermédio de S. Excelências, era apontada a nomeação do Assistente Militar do Chefe do Executivo como circunstância que revelava que o Governador desejava assumir responsabilidade pessoal no caso. A demissão revela que S. Exa. deseja retirar de si aquela responsabilidade. Por que sai um militar da confiança pessoal do Governador? E para que? Todos devem ter lembrança de que denunciemos estarem correndo perigo a minha vida e a de companheiros de Arapiraca. Hoje, ainda mais que ontem, sentimos que estamos sob ameaça de morte. E nesta altura nos sentimos no dever para com os Senadores que daqui saíram confiante diante da palavra do Senhor Governador e para com os companheiros que nunca chegaram a ficar tranqüilos, de declarar que em mais

esta oportunidade o Governador Muniz Falcão que tem perfeito conhecimento da situação atira sobre os seus ombros a responsabilidade pelo que venha acontecer aos opositorista, de Arapiraca. S. Exa, sabe de tudo porque de tudo tem sido, por homens de responsabilidade, informado. S. Exa. pode evitar que nos massacrem, isto é, que se consumam as ameaças às nossas vidas, partidas de fontes conhecidas. Se tira de Arapiraca o oficial que manteve suportável a situação nos leva a crer que prefere servir aos seus amigos que garantir a paz e a segurança para uma comunidade.

“Fique mais uma vez Alagoas ciente de tudo”.

“E sua voz emudeceu. Já não pode chamar pelos filhos. Já não pode consolar doentes aflitos. Já não pode animar, correligionários perseguidos. Já não pode comunicar-se com amigos dele saudosos.

“Hoje alegam os que tinham deveres de evitar- lhe a morte que ignoravam o perigo que corria. Não lhes disseram. Nem os preveniram. Nem lhes reclamaram. Nem lhes denunciaram os riscos e as ameaças. Mas aí estão os seus apelos. E as suas denúncias. E os seus avisos. Ditos por ele e por tantos repetidos. Quem se detiver na sua leitura não acreditará que ele tivesse perecido à falta de avisos. Sabia o Governo, porque ele próprio o dissera durante quase um ano através da tribuna e da imprensa. Anunciava o perigo e dizia de onde vinha. Como descrevê-lo? Como ignorá-lo? Será que só serviria para convencer a leitura daquela carta terrível? Não, Sr. Presidente. Nem precisaria que fôsem tão reiteradas as denúncias que fez. Os que tinham responsabilidade em assegurar-lhe garantias, que tinha prometido, estavam no dever de acreditar e de cuidar. Não o fizeram, porém. Desgraçadamente não o fizeram. E o jovem marchou para a execução. Para a longa execução que durou quase um ano. Todos os dias sentia, tôdas as horas lhe diziam, que o fim se aproximava. Chegavam-lhe aos ouvidos as notícias do que tramavam. Os nomes dos sicários que contratava. As tentativas que haviam falhado. E o inexorável propósito dos que o haviam condenado. Tinha certeza de que era o inevitável porque não havia como obter que o deixassem viver. Havia os homens que o não queriam. E os que não podiam. Havia as instituições incapacitadas de agir, das fórmulas que as sustentam. Via que em vão se batia em tôdas as portas. Mas estava convencido de que não havia remédio contra o crime dos que planejavam trucidá-lo. Nem por isto falhou sua determinação de enfrentar, de resistir. De morrer lutando.

“Eis como foi. E ninguém que o possa contestar.

O SR. FRANCISCO GALLOTTI: – *“Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador). – “Estou ouvindo V. Exa. com aquela emoção que, certamente, se terá apoderado de todo o Brasil, diante das ocorrências de Ara-*

piraca. Estou convicto, também, de que o Deputado Marques da Silva não tinha a menor dúvida de que seria massacrado; todos os avisos por ele dados às autoridades superiores, à Nação e aos próprios Senadores que lá estiveram, convencem-me dos que lhe estava reservado. Há um argumento, porém, que tem escapado a V. Exa., mas que a nós, muito de perto, nos avisa: O ilustre Deputado falecido, prevendo a situação em que deixaria a espôsa e filhos; cuidou seriamente de ampará-los, fazendo grande seguro devida para que sua falta material, terrena e de carinho para com os seus, fôsse, de algum modo, atenuada.

O SR. **FERNANDES TÁVORA**: – “Já que outra coisa não poderia fazer.

O SR. **FRANCISCO GALLOTTI**: – “Estou, pois, certo de que o Deputado Marques da Silva, por todos os motivos que Vossa Excelência enunciou e por mais este, que considero importante, sabia que ia ser massacrado.

O SR. **RUI PALMEIRA**: – “Agradecido pela intervenção de V. Exa.

O SR. **FERNANDES TÁVORA**: – “O nobre orador dá licença para mais um aparte? (Assentimento do orador) – “Tudo quanto V. Exa. dizia e quanto aqui e alhures se tem dito sobre o desgraça do caso de Alagoas, pelo crime de Arapiraca, demonstra apenas que a palavra humana, hoje, nada vale, principalmente nas esferas oficiais. Li, algures, que, numa conversa com os discípulos no dia de seu aniversário, o filósofo chinês Lao-Tsé foi por eles interrogado sobre o que desejaria receber dos deuses, se estes, lhe quisessem agradar. O filósofo, depois de pequena meditação, respondeu: “Desejaria, apenas, que a divindade fizesse com que os homens dessem às palavras a sua verdadeira significação”. Mais não precisava dizer porque se a palavra humana fosse uma dignidade, uma coisa honrada, uma realidade, o mundo seria outro. Infelizmente, porém, nas próprias esferas governamentais a palavra humana não tem valor, razão por que o mundo está todo torto.

O SR. **RUI PALMEIRA**: – “Tem razão V. Exa. (Lendo): “Dizia eu, Sr. Presidente, que, acima de tudo, dos deveres dos que tinham de garantir-lhe a vida, da Constituição que lhe assegurava o direito de participar da vida pública e da vida apenas, e o respeito à pessoa humana estiveram os propósitos criminosos dos seus adversários.

“Não foi ele o último. Vítimas não faltarão. Estão à vista. E já vivem o drama de esperar sua obra. E há a organização criminosa que se estende pelo País. E açoita, e protege, ampara e defende os profissionais do crime, os sicários que tiram vidas humanas como se caçam animais selvagens. Enfrenta e desafia governos. Impõe-se onde mesmo não há transigência. Conhecem-se muitos dos que o integram. Mas, o combate que contra ela deve ser realizado se oferece difícil. Mas reclama da União, dos Estados, do Congresso e da imprensa uma

campanha inflexível. Para que cessem as suas atividades que se exercem tanto para eliminar adversários políticos como vinganças particulares.

“Senhor Presidente:

“Milhares de alagoanos visitaram o corpo do Deputado Marques da Silva. Levaram-lhe a homenagem pelo seu sacrifício. E muitos dos que, na aterrorizada cidade de Arapiraca, foram ver-lhe a fisionomia, afinal tranqüila, deparem com um quadro pungente. Seus filhos, umas crianças, lhe acariciavam atônitos o rosto. E o maiorzinho, de quatro anos perguntava enquanto suas inocentes mãos acariciavam-lhe o rosto sem vida: Papai não acorda? Diante desta tragédia que nos faz estremecer de emoção olhando. para Alagoas, também perguntamos: Será que esta Nação não acorda”? (Muito bem; muito bem. O orador, é cumprimentado).

(a ortografia deste texto era a usada à época)

Repercussão na UNE

A União Nacional dos Estudantes, a UNE, solidarizou-se com os estudantes alagoanos na condenação ao assassinato do deputado Marques da Silva: *“Confiamos, ao lado da classe estudantil alagoana, que esse ato de barbarismo primitivo não ficará impune”*.

A imprensa

Na capital da República, Rio de Janeiro, o jornal **O GLOBO**, em editorial de primeira página, publicado no dia 13 de fevereiro de 1957, assim se pronunciou:

“O CRIME DE ALAGOAS

“O ato de banditismo, que na cidade de Arapiraca, em Alagoas, roubou a vida ao deputado opositor Marques da Silva, não é o único nem o primeiro, praticado neste País, por vindita partidária. Mas é de tal modo impressionante em seus antecedentes, em sua forma de execução, em suas múltiplas circunstâncias, que está destinado a acarretar as mais sérias consequências sobre a cabeça de seus autores ou corresponsáveis morais e políticos.

“Muitos dos nossos homens públicos do interior, não se querem convencer de que estamos na segunda metade do século XX, em plena era de transformações radicais, e continuam a orientar suas atividades partidárias pelos processos de violência contra as pessoas, de ameaça de supressão de liberdades para os opositoristas. Esse regime não resiste nem pode resistir à reação que lhe opõe, sem distinções, a opinião pública, inteiramente hostil à sobrevivência das antigas senzalas para os brancos depois que ficaram despovoadas dos escravos negros.

“Proselitismo feito a tiro e a chicote representa uma época ultrapassada e condenada não só diante dos poderes humanos como do poder de Deus, que prescreveu do seu Reino os violentos, os que não respeitam o direito, inerente à criatura humana, de escolher seus caminhos sem outros constrangimentos que não os da lei e da moral. Atentados à vida por toda parte os há, mesmo nos países de mais adiantada civilização. Não é disso que se trata, mas de um método partidário, que outrora fez fortuna e deu honras e prestígio a muitos homens para os quais o governo era apenas o direito do mais forte.

“O caso do assassinato do deputado Marques da Silva, examinado no quadro geral das violências que se perpetuam em Alagoas, sobressai com um certo conto shakespeariano, porque a vítima anunciou expressamente sua inevitável supressão pelas armas homicidas do situacionismo estadual, despediu-se mesmo dos seus companheiros, tão certo estava de não poder escapar à sentença de morte decretada pelos seus adversários. Há mais. Com a vida sus-

pensa por um fio, não faltou ao cumprimento do seu dever de médico, chamado à noite para atender a uma de suas clientes, presa de forte hemorragia, depois do parto. Apesar dos rogos da esposa, afrontou o perigo com raro destemor de consciência. Cumpriu o que lhe impunha o juramento profissional e, na volta, embora acompanhado por dois amigos, abateram-no a tiros desfechados pelas costas, em plena praça da localidade.

“Tudo isto seria pouco, se não representasse o elo de uma vasta cadeia de delitos praticados por móveis políticos. Pouco tempo antes, ali mataram pela mesma forma o vereador Benício de Oliveira. A fim de apurar a denúncia de que o crime fora praticado por injunções facciosas, transportou-se para Alagoas uma comissão de nobres senadores de todos os partidos. Ainda anteontem, num emocionado e corajoso discurso, o senador Daniel Krieger, um dos componentes daquela comissão, apressou-se a dar seu depoimento acerca da atuação reinante naquele estado nordestino.

“Contou o ilustre orador que, anteriormente, ali esteve o deputado João Agripino, o qual ouviu do vereador Benício Alves estas palavras: “eu vou ser inexoravelmente assassinado. Não permitam que isso se consume”... Acrescenta o senador Krieger: “Pois bem, todos os recursos foram usados mas o vereador Benício foi imolado”. Referindo à tragédia de Arapiraca, aonde foi com seu colega, o senador Gaspar Veloso, amigo do governo federal, o Sr. Krieger traçou este quadro de “far-west”. Lá encontramos um ambiente de desolação, de intimidação e de revolta. Entre outras pessoas, assim se manifestaram dois vigários da paróquia: “Já pedimos, já imploramos ao deputado Medeiros Neto que aqui viesse, porque não existe a menor garantia. Fomos todos encurralados. Não podemos sair à noite porque seremos trucidados”.

“A eloquente oração do parlamentar udenista é um tremendo libelo contra o situacionismo alagoano, cuja responsabilidade direta ou omissiva lhe parece incontestável nos desmandos que ocorrem no infeliz estado. O governo da República não pode cruzar os braços diante da atmosfera de insegurança que ali reina e que degrada a nossa cultura política.

“A posição do governador Muniz Falcão fica inteiramente a descoberto, se considerarmos que o deputado Marques da Silva, pouco antes do crime que o vitimou, proferiu na Assembleia Legislativa um discurso em que narra certa particularidade de atitude de S. Exa. Assumida logo após a visita da comissão de senadores, que eram os honrados Srs. Gomes de Oliveira, Daniel Krieger, Mem de Sá e Gaspar Veloso. Disse o infeliz deputado que o senhor Muniz Falcão, para dar provas de sua imparcialidade, se comprometera a nomear delegado de polícia de Arapiraca o oficial que era seu próprio assistente militar; o que realmente fez, conseguindo aquela autoridade manter segurança no distrito de

sua jurisdição. Não tardou, porém, em retirá-lo do cargo. E foi isso justamente que o deputado Marques da Silva denunciou em seu discurso na Assembleia:

“Hoje, mais do que ontem, estamos sob ameaça de morte. E nesta altura nos sentimos no dever para com os senadores, que daqui saíram confiantes na palavra do senhor governador; e para com os companheiros que nunca chegaram a ficar tranquilos, que S. Exa. O governador deseja retirar de si a responsabilidade. Por que sai um militar da confiança do governo? E para que? Se retira de Arapiraca o oficial que manteve suportável a situação, tudo os leva a crer que prefere servir aos seus amigos a garantir a paz e a segurança para a comunidade.”

“Estas já não são alegações de um vivo, de um adversário do governador, de um opositorista. É a voz da vítima trucidada logo depois deste macabro vaticínio.

“Não temos nem poderíamos ter elementos para acusar o Sr. Muniz Falcão de haver coparticipado do crime ou dos crimes. Sobre-nos, entretanto, a autoridade para reclamar do governo da República que dê provas de acatamento à lei e à vida dos seus compatriotas. Aliás, o ministro Nereu Ramos, em resposta ao telegrama do governador, foi categórico: “O assassinato do deputado Marques da Silva, cuja premeditação fora denunciada na Assembleia, no Congresso Nacional e na imprensa, é fato de gravidade inocultável e me impõe o dever de solicitar a V. Exa. Providências que assegurem, efetivamente, aos representantes do povo de Alagoas, não só a vida como o pleno exercício dos mandatos eletivos”.

“Como toda a nação, ficamos à espera de que os órgãos do governo federal cumpram seus deveres”.

Também outros órgãos de imprensa foram pródigos em noticiar o crime de Alagoas, sua situação política, o medo que campeava no estado. As revistas **MAQUIS** e **O CRUZEIRO**, alardearam o conflito alagoano. Sobre o fato, disse MAQUIS:

“Sindicato da morte domina o Nordeste”

Na edição da 2ª. quinzena de fevereiro de 1957, ano III, no. 19, editada no Rio de Janeiro (capital da República) a Revista **MAQUIS**, através do repórter Carlos Lemos, assim contou o assassinato do deputado Marques da Silva:

“Era um homem simples e bom.

“Não encontrei, nem em Maceió, nem em Arapiraca, uma só pessoa para

falar mal de José Marques da Silva. E perguntei. Fiz perguntas indiscretas a dezenas de pessoas. Ninguém. E não foi só eu. Outros repórteres fizeram o mesmo. Obtiveram idênticos resultados.

“Ouvimos gente do povo, motoristas, garçons, deputados da oposição e da situação, o governador, alguns capangas. Nenhum.

“Muniz Falcão disse:

- O deputado Marques da Silva pertencia a UDN, era meu adversário político e com ele não mantinha relações de cordialidades. Nada mais.

“Médico com 32 anos de idade – faria 33 no dia 12 de fevereiro – formado em medicina pela Faculdade da Bahia, clinicava em Arapiraca. Foi para lá no dia 14 de fevereiro de 1952, logo depois de formado. Queria ficar perto de seus parentes, moradores em Canudos, a 43 minutos de automóvel.

“Começou cobrando pelas consultas. Mais tarde, quando foi eleito deputado, não recebeu um tostão de mais ninguém.

“Sua primeira investida política foi em 1948, quando terceiranista de medicina, foi convidado a ser candidato a deputado estadual pelo senador Rui Palmeira. Foi derrotado.

“Voltou a candidatar-se em 1954, sendo eleito com 3.872 votos. Em Arapiraca votaram 7.608 eleitores. Foi o candidato mais votado em todo o Estado. Seu coeficiente deu para eleger mais dois deputados.

“Distribuía remédios entre os pobres, atendia a qualquer chamado, em qualquer hora. Era muito querido”.

O CRUZEIRO

Em 2 de março de 1957, menos de mês após o assassinato do deputado Marques da Silva, a revista O CRUZEIRO, maior em circulação no país, noticiou os conflitos de Alagoas, especialmente a morte do líder arapiraquense (matéria do jornalista Ubiratan de Lemos). Em editorial a revista disse:

“COMO SE VIVÊSSEMOS HÁ 300 ANOS

“O caso das Alagoas fixa, no cenário nacional, um dos aspectos mais velhos e de contundente atualidade da sociologia sertaneja: a mudança de fazer política a ferro e fogo, pondo a descoberta, em todo o seu primitivismo chocante, o caudilhismo dominante em vasta áreas do território brasileiro. O que ocorre, em tese mais profunda, não é a luta de partidos políticos, mas o impacto

sangrento entre troncos de famílias que se entrededoram para o garroteamento político dos municípios. Rígidos códigos morais regem os redutos que se hominizam nas bandas do sertão e do agreste – nas serras e nos tabuleiros – de onde opõem resistência ao sopro civilizador que vem do litoral. Os Antônio Silvino, os Capitães Virgulino, como os Antônio Conselheiro, são ainda personagens recentes nas glebas do Nordeste – lá, onde a vingança pelas próprias mãos é a lei dos homens de bem e de respeito. O analfabetismo, o pauperismo, o segregamento social – e permanente alheamento dos Governos à realidade sócio-econômica do sertão – promovem a cristalização do cangacerismo político de que são oportuno exemplos crimes que ensanguentaram a honrada e briosa terra dos Marechais, de tão remarcada presença nos anais de nossa história. Resta saber até quando assistiremos, do sul, ao marcar passo do sertão, esbulhado no seu direito de respirar a tranquilidade das sociedades erigidas sobre os postulados do respeito à pessoa humana e livre manifestação do pensamento”.

Outras repercussões

O jornal A NOITE, do Rio de Janeiro, que circulou de junho de 1911 a dezembro de 1957, noticiou em sua edição nº 15.546, de 16 de fevereiro de 1957, página 7, toda a repercussão do assassinato do deputado alagoano, com a manchete – Todos Condenam o Crime Monstruoso – Recife, 15 (Asapress) – Corriam rumores nesta capital de que o general Zacarias de Assunção, atual comandante do 4º Exército, teria recebido importante mensagem do Ministro da Guerra, a propósito dos acontecimentos de Alagoas e da presença nesta Capital, dos deputados alagoanos, que vieram pedir garantias de vida. A reportagem entrevistou o general Assunção, que inicialmente declarou: “Não recebi nenhuma mensagem do Ministro da Guerra, e não espero receber”. Prosseguindo, disse o general Assunção que a última vez que estivera em contato com os acontecimentos referentes ao pedido de garantias individuais dos 21 deputados estaduais alagoanos, fora exatamente nos instantes de sua posse, em conversa com o general Osvaldo Araújo Mota, que lhe transmitira o comando do 4º Exército. Continuando, frisou que o general Assunção: “Os deputados alagoanos não chegaram a falar comigo sobre a situação. O general Araújo Mota, que até então não havia passado o comando do 4º Exército, recebeu a comitiva, deu sua impressão acerca do assunto, e não mais os parlamentares me procuraram”.

“A uma pergunta da reportagem acerca do pedido de garantias indivi-

duais solicitadas pelos deputados alagoanos, declarou o general Assunção: “O que nós podemos fazer é apenas dar asilamento quando solicitado. Em Alagoas há suficiente poderio militar para manter a ordem. O Batalhão de Caçadores é igual em todo canto. Somente se houver ali subversão da ordem e fossem pedidas novas forças, enviaríamos tropas”.

“A reportagem quis saber a respeito do envio de tropas federais para Alagoas, o que todo mundo esperava, e o comandante do 4º Exército assim se expressou: “As Forças Armadas não têm nada com o caso, e isso pode ser observado nos termos da Constituição: o problema deve ser resolvido através da Justiça. Seja qual for a decisão, ela deverá ser acatada”

“Referindo-se às suas impressões sobre o caso político de Alagoas, o general Alexandre Zacarias de Assunção frisou: “As minhas impressões sobre o caso coincidem com as do general Araújo Neto, comandante da Sétima Região Militar”.

Na mesma edição e na mesma página, o jornal A NOITE publicou: - “Claudionor Lima Abandonará o Estado de Alagoas – Maceió, 15 (Asapress) – Divulga a imprensa desta cidade que o deputado Claudionor Lima telefonou ao governador, comunicando o seu propósito e de sua família de abandonarem o Estado, em consequência da nomeação do capitão Cícero Argolo para Delegado de Polícia de Arapiraca, por considerá-lo seu inimigo pessoal.

“Segundo foi divulgado no referido telegrama, o deputado em apreço reiterou solidariedade política ao governador do Estado”.

Presos Implicados na Morte do Deputado

Publicou o mesmo jornal: “Maceió, 15 (Asapress) – Encontram-se presos o Dr. Darcy Barbosa (*) e Florisvaldo (**) Barbosa, implicados no crime do deputado José Marques da Silva, barbaramente assassinados em dias passados. Enquanto isto, o irmão Waldomiro (***) se encontra foragido.

Explicação do autor:

(*) O nome do médico é Djacy Barbosa

(**) O nome correto é Florisval

(***) Escreve-se Waldomiro

Líder Petebista Ary Pitombo Defende Governador

No Recife, o presidente do PTB alagoano, deputado federal Ary Pitombo, concedeu extensa entrevista acerca da morte do deputado

Marques da Silva e, como líder governista, tenta isentar o governador Muniz Falcão do assassinato de 7 de fevereiro. Diz ele: *“O crime foi monstruoso e não se justifica que seja tirada dum cidadão, deixando na orfanidade três criancinhas, por simples questões políticas. Para esses casos foi que apresentei, na Câmara, um projeto de lei criando a pena de morte no Brasil. Fiquei revoltado com este monstruoso e covarde atentado. R acho que seus autores devem ser punidos implacavelmente. A carta deixada pelo deputado Marques da Silva é um documento que não admite dúvidas e é de estarrecer. No entanto, não se pode de boa fé, atribuir-se ao governo do estado a responsabilidade do crime. Ele em nada beneficiaria o governo alagoano, que é agora a grande vítima do caso”*.

Homenagem ao deputado Marques da Silva (1957)

De autor anônimo

*“Trabalhaste o progresso de uma terra / Cuidaste a
defesa de uma gente*

*“A saudade de ti jamais se encerra / Morreste como
simples e inocente.*

*“Cumpriste no mais alto grau da vida / A missão
que Deus te enviou*

*“E foi trabalhando e nesta lida / Que uma onda de
ódio te prostou.*

*“Caridade, amor, dedicação / Eis que foram cheios
os teus dias*

*“Porque tinhas um nobre coração / Que a todos
constante atendias.*

*“Ó morte, tão ingrata e traiçoeira! / Vieste com teu
gládio esmagador*

*“Roubar a esperança alvissareira / De um povo que
padece amarga dor.*

*“Como herói brasileiro assim provaste / Sem temor com
coragem e amor febril*

*“E na última caminhada, onde passaste, / Derramaste
o teu sangue varonil.*

*“Honraste tua pátria com firmeza / Enfrentaste a
luta com ardor*

*“Defendia a verdade com presteza / Sem olhar as
ciladas e o furor.*

*“Meu coração de pena compungido / A minha alma
por ti prateia e chora,*

*“A lembrança não sai do meu sentido / O meu peito
suspira a cada hora.*

“Declinaste nas mãos da tirania, / Ó amigo fiel e generoso,

*“Para mil, foi trocada a alegria / Num oceano
sem fim angustioso.*

“Tornou-se imortal o nome teu / Deixado um pesar

interminável

“Como é pois, que acontece / Uma cena tão triste e lamentável.

“Morreste... mas que viva para Deus / E que se prolongue na história

“E a separação dos amigos teus / Dela se conserve eternal memória.

“Arapiraca, perdeste uma grandeza! / Um futuro brilhante apontarás

“Mas depressa surgiu a incerteza / Deste belo porvir que acenaras.

“Para mim são chegados os desenganos, / Mas se o tempo chegar a envelhecer-me

“Que a vida decorra por longos anos / Eu prometo de ti nunca esquecer-me.

Os denunciados

Quando o ministério público, através do promotor Luiz dos Santos Leal, em 08 de julho de 1957, produziu suas alegações finais, os mandantes e executores da morte do deputado José Marques da Silva, ali se encontravam, desde a mãe do deputado Claudenor Albuquerque Lima (Afra de Albuquerque Lima) aos irmãos Barbosa (Valdomiro, Florisval e Djacy) ao irmão Cláudio de Albuquerque Lima e Luiz Cacheado. Eis a conclusão das mencionadas alegações finais:

“Assim, diante dos fatos expostos, espera o órgão do Ministério Público, abaixo assinado, seja o acusado Luiz Cacheado pronunciado nas penas do art. 121, parágrafo 2o. Inciso I e IV, do Código Penal, e Sebastião Cacheado, Nair Teresa Duarte (Nair Fernandes), Luiz Vieira Malta (Luiz Neneu), Afra de Albuquerque Lima, Cláudio de Albuquerque Lima, Valdomiro Barbosa, Florival Correia Barbosa, Djacy Correia Barbosa, Lourenço de Almeida, Lauro Ferro (Lau Ferro), Benedito de Albuquerque Vasconcelos, José Marcolino da Silva, Valdemar Evangelista da Silva, José Pascoal, José Feliciano (José do Óleo), Plínio de Tal (Primo Jogador), Jesus Rodrigues de Lima, Moacir Pedro da Silva, Paulo de Tal (Paulo de Lagoa da Canoa), e Edson Galvão pronunciados como incurso nas sanções do artigo 121, parágrafo 2o., incisos I e IV, combinado com o artigo 25, todos do Código Penal vigente.

“Esta Promotoria sempre tem dado demonstrações exuberantes, em todos os momentos, de que é, acima de tudo, um órgão de Justiça. Não batemos palma, nunca, aos que pensam que a missão do promotor é acusar, é acusar sistematicamente. O promotor é um fiscal da lei, e esta tanto pune o culpado como ampara, protege, defende, o inocente. É esta, pois, a visão que temos do que venha a ser o Ministério Público. Defender a sociedade, mas nunca sacrificar a liberdade de um inocente.

“Assim, estes autos nos falam que Antônio de Tal, Severino de Tal, Expedito Henrique Pereira (Expedito Cabeção), Manuel Deodato), João Eloi de Queiroz, André Marchante, Tibúrcio José de Melo e Euclides Nunes de Queiroz são pessoas ligadas ao deputado Claudenor, à família Pereira e à família Barbosa, e às vezes seus capangas, sendo ainda alguns deles conhecidos desordeiros e já processados nesta Comarca.

“Todavia, o que é verdade é que não há, nestes autos, provas que os mesmos tenham concorrido para o crime de homicídio de que foi vítima o deputado

José Marques da Silva.

“Desta forma, por uma questão de Justiça, espera esta Promotoria a impronúncia dos mesmos.

“EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE

“Sendo um fato notório o falecimento do denunciado Luiz Pereira Lima, cujo sepultamento realizou-se nesta cidade, à tarde, no dia 19 de junho do corrente ano, requeremos, na forma do artigo 168, inciso I, do Código Penal, a extinção de sua punibilidade.

“EXCLUSÃO DE DENÚNCIA

“Deixamos de fazer referência a C. A. L. por ser o mesmo menor de 16 anos, e haver, por este motivo, sido excluído deste processo, através de habeas-corpus que lhe foi concedido pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado (fls. 131, vol. II).

“São estas as alegações finais do Ministério Público. “Arapiraca, 8 de julho de 1957.

“Luiz dos Santos Leal – Promotor Público, designado”.

(C. A. L. a que se refere o promotor de justiça é Claudisbel Albuquerque Lima, filho mais novo de Luís Pereira Lima).

Em 23 de abril de 1960, em sessão extraordinária da Câmara de Vereadores, os vereadores arapiraquenses, às exceções de Domingos Vital da Silva, José Lúcio de Melo, Antônio Ventura de Oliveira e Geraldo Lima e Silva, homenagearam o deputado Claudenor Lima. Os outros vereadores eram Higino Vital (presidente), Alonso de Abreu Pereira (vice-presidente), Letícia Barbosa (1ª. secretária, Antônio Juvinio (2o. secretário) e Lourenço de Almeida. Na ata está: “... “Ocupa a tribuna o deputado Claudenor de Albuquerque Lima. Entre outras palavras, disse que não foi por um desejo de receber uma homenagem que veio à Câmara Municipal de Arapiraca; que ali estava para fazer um convite especialmente àqueles que não eram seus correligionários para que se congregassem e conservássemos esta ordem e paz que desfrutamos. A certa altura de uma vibrante oração disse: Que aprendeu amar esta terra como o seu saudoso pai. Lançava um apelo ao povo. A sua palavra estava dita. Olhando para a grandeza e progresso deste

município, assegurava este clima de ordem e de paz, estranhou o não comparecimento da bancada oposicionista e acrescentou que não estava ali para ferir a sensibilidade de ninguém. Parodiando o Pe. Antônio Vieira, disse: *“Malditos sejam aqueles que se negam a um programa de compreensão para grandeza e progresso da terra que não só é minha.”* Deveremos todos juntos esquecer o(?) passado e olhar o futuro, porque quem mais sofreu fui eu. Arapiraca não será muito maior porque aqueles que se negaram de comparecer a este recinto, negam o entendimento, a concórdia, a vontade e o gosto de ajudar, porém a sua palavra de paz e de ordem seria mantida. O orador agradeceu as homenagens prestadas pela Câmara e renovou suas promessas de fazer um governo de paz, ordem e trabalho. Finalizou a sua oração dizendo que ficava com os humildes que o havia conduzido ao Poder.”

Absolvidos

Somente em 1970, 13 anos após, o ex-deputado Claudenor Albuquerque foi a júri popular em Arapiraca. Durante o dia 17 e madrugada do dia 18 de julho, os jurados, por cinco a dois, o absolveram. Foi presidente do tribunal do júri o juiz Antônio Lenine Pereira, com José Martins Filho representando o Ministério Público. Funcionou como escrivão Pedro Cavalcante.

A **GAZETA DE ALAGOAS**, em sua edição de 17/7/70, e com manchete **Ex-deputado será julgado hoje em Arapiraca**, assim noticiou: *“O ex-deputado Claudenor Lima e o pistoleiro Lauro Ferro acusados de assassinato do ex-parlamentar udenista José Marques da Silva estarão sendo julgados na tarde de hoje, em sessão do júri presidida pelo juiz Antonio Lenine Pereira, funcionando na Promotoria José Martins Filho. Os réus terão como advogados de defesa os bacharéis Sandoval Caju e Sebastião Barbosa. O crime verificou-se na noite do dia 7 de fevereiro de 1957, quando a vítima saíra de sua residência para atender a uma sua cliente, que estava passando mal.*

“PELA SEGUNDA VEZ

“Treze anos já foram decorridos da morte do médico Marques da Silva, um dos crimes que mais abalaram o estado de Alagoas.

“Após a morte de Marques da Silva, foi apontado como autor intelectual do assassinato o então deputado Claudenor Pereira (sic) Lima, que fugiu na época, ... No primeiro júri, Claudenor foi absolvido por unanimidade, entretanto o promotor Joubert Scalla impetrou um recurso no Tribunal de Justiça, que determinou que o mesmo voltasse a novo julgamento.”

Em 19 de julho, a mesma **GAZETA DE ALAGOAS** publicou a notícia do resultado do júri, que absolveu o ex-deputado Claudenor Albuquerque Lima, por cinco a dois:

“Arapiraca (do enviado especial Jorge Oliveira) – Precisamente às 2 horas da manhã de hoje (sábado) cerca de mil pessoas quebraram o silêncio da sessão do Tribunal do Júri com salvas de palmas logo após o veredicto do juiz Antônio Lenine Pereira absolvendo por cinco votos contra dois o ex-deputado

Claudenor Albuquerque.

“Foram assim confirmadas as previsões do público que lotou as dependências do edifício da Câmara de Vereadores desta cidade, onde funcionou a sessão do Júri em que Claudenor Albuquerque foi julgado, juntamente com Lauro Avilla Omena – Lau Ferro –pelo assassinato em fevereiro de 1957 do também ex-deputado e médico Marques da Silva.

“TRANQUILIDADE

“A decisão do Júri não somente devolveu a tranquilidade aos dois acusados como ao povo que acompanhou com inusitado interesse o desenrolar da movimentada sessão que se prolongou por doze horas com as réplicas e tréplicas desenvolvidas pelo promotor José Martins Filho que levantou a tese de responsabilidade de autoria e os advogados de defesa Arlindo Miranda Tenório e Sebastião Barbosa, de Claudenor e Sandoval Caju, de Lau Ferro, que foram pela negativa de autoria.

“A sessão do Júri transcorreu sem nenhuma anormalidade...”

O ex-deputado Claudenor Albuquerque e Lau Ferro saíram da sessão do Tribunal do Júri para a liberdade.

As fotos do fato

Foto: domínio público



O deputado assassinado

Deputado Marques da Silva, com sua votação, conseguiu eleger mais dois outros deputados

O casamento



Foto: reprodução Raízes de Arapiraca

Casamento do médico José Marques da Silva com a farmacêutica Maria Feitosa Vieira, ocorrido em Pão de Açúcar, em 1952 (foto reprodução Raízes de Arapiraca).

Casa do deputado



Foto: domínio público

Casa (a de cerca) onde morava o deputado Marques da Silva. Popular olha o chão onde caiu assassinado o deputado

Onde caiu



Foto: domínio público

O vereador Pereira Lúcio olha o local onde caiu seu companheiro assassinado

A camisa



Foto: domínio público

Amigos mostram a camisa do deputado manchada de sangue

A esposa



Foto: domínio público

A esposa, Maria Vieira Marques da Silva vela o marido assassinado

A autópsia



Foto: domínio público

O médico Duda Calado realiza autópsia no deputado Marques da Silva

Balas no coração

Foto: domínio público



O coração do deputado Marques da Silva, varado por duas balas assassinas, foi periciado no Rio de Janeiro

Uma das balas

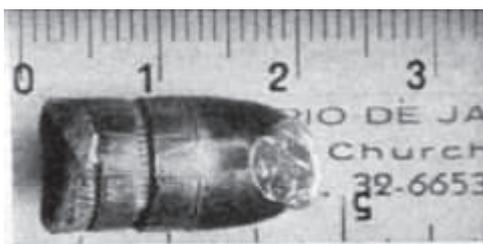


Foto: domínio público

Uma das balas que atingiu o coração do médico e deputado Marques da Silva

A isca



Foto: domínio público

Nair Fernandes, usada como isca, fez parte da emboscada para matar o deputado



Foto: domínio público

Testemunha

Antônio Lopes estava com o deputado assassinado nos últimos momentos

Foto: domínio público



O governador

Governador Muniz Falcão. Em seu governo foi assassinado o deputado Marques da Silva

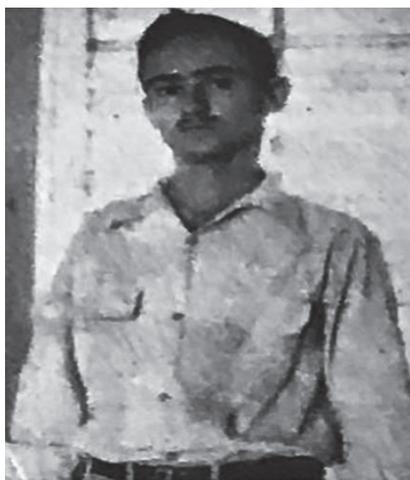
A força policial

Foto: domínio público



O tenente Osman e o capitão Argolo, da Força Pública de Alagoas, foram encarregados do inquérito policial. A presença do capitão foi exigência do Tribunal de Justiça

Foto: domínio público



Tentou pegar o criminoso

O professor Manoel Oliveira Barbosa tentou impedir a fuga do criminoso

Foto: domínio público



Viu o criminoso

O professor Pedro de França Reys foi testemunha do crime. Estava a 20 metros do local do crime

Foto: domínio público



O prefeito

O preto João Lúcio da Silva refugiou-se em Maceió, com receio de ser morto

Carnaval de 1952

Foto: domínio público



Bloco "Os Cangaceiros". À direita, o deputado Claudenor Lima

Indo a júri



Foto: Gazeta de Alagoas

Claudenor Albuquerque Lima indo a júri, em 1970. Foi absolvido por 5X2



Foto: domínio público

Líder da oposição

Deputado Teotônio Vilela redigindo documento da oposição, da qual era líder

Deputados



Foto: domínio público

Deputados Mário Guimarães (presidente), Aroldo Loureiro, Teotônio Vilela e Luís Coutinho



Foto: domínio público

Escapou

O major reformado Vicente Ramos escapou da morte. Foi emboscado no povoado de Girau, que pertencia a Traipú. Hoje é município

Vereador morto



Foto: domínio público

O vereador arapiraquense Benício Alves, UDN, foi morto em 1956, emboscado no povoado Alexandre. Era correligionário e compadre do deputado Marques da Silva



Foto: domínio público

O padrinho

Padrinho no casamento e na política, o senador Rui Palmeira era amigo leal

A repercussão



Foto: reprodução capa da revista MAQUIS

O assassinato do deputado Marques da Silva foi capa da revista MAQUIS (foto reprodução capa revista MAQUIS).

16 - 2 - 1957 A NOITE 1. CAD. - PAG. 7

TODOS CONDENAM O CRIME MONSTRUOSO

O General Zaverina de Assaí Declara Que os Depósitos Alagados Não se Desintegram e Há Prisão dos Implicados no Assassinato de Deputado Marcondes de Sá — Fala o Deputado Ary Frazão — Queiroz Menna Vaz se "Insurgiu" — Chiari e Maciel e Sanches Arões de Melo, Que Recuou Garantias

Depois de uma sessão de três dias, o Conselho de Estado, reunido no Palácio do Rio Branco, decidiu hoje, por unanimidade, condenar todos os envolvidos no assassinato do deputado Marcondes de Sá. O Conselho também decidiu que os depósitos alagados não se desintegram e que os implicados no assassinato de Marcondes de Sá devem ser presos e julgados.

O General Zaverina de Assaí declarou que os depósitos alagados não se desintegram e que os implicados no assassinato de Marcondes de Sá devem ser presos e julgados. O General também declarou que os depósitos alagados não se desintegram e que os implicados no assassinato de Marcondes de Sá devem ser presos e julgados.

SENHORA COLHIDA POR AUTO

Interviu a Polícia de São Paulo e encontrou a senhora em um automóvel abandonado em uma rua movimentada da cidade. A senhora estava aparentemente desorientada e não sabia explicar sua presença no local.

Jovem Desaparecida

A Polícia de São Paulo está procurando por uma jovem desaparecida há alguns dias. A jovem foi vista por última vez em uma rua movimentada da cidade e não sabe explicar sua presença no local.

FIM TRÁGICO

A História Dramática de um Homem Que Aprendera Que Matou o Pai

Um homem que aprendeu que matou o pai, uma história trágica e emocionante. O homem descobriu a verdade sobre o assassinato de seu pai e se enfrentou com o destino.

FIZERAM O NEGÓCIO E MATARAM O VENDEDOR

Dois homens fizeram um negócio e mataram o vendedor. A história é uma lição sobre a ganância e a traição.

Tenório Aponta o Assassino

Capitão Especial do Depósito de São Paulo, Acompanhado Por um Batalhão de Carabineiros — Permaneceu no Interior de Aviação Alá Que a Polícia Desperrou as Guardas Rodoviárias Que se Encontravam no Aeroporto. Expedição com Lavini, Também em Sua Companhia a Matadora Sanches e São Sebastião Mazoni Tenório — Legião de Polícia no Acompanhamento Alá e Delegacia de Inquirição — Apoiado de Sigilo em Que Foi Overtido, Sanches. Que o Detrapõe: Revistas, Revistas, Revistas

Nome do Assassino: FRANCISCO SALES VITALINO

OS COLPE DO TROCADOR

Apresenta todos os sábados das 22.00 às 23.00 de manhã

CORTESIA DOS TECIDOS BANGO

Desfiles Bangü

Atropelado Por Motociclista

ANIMASCO DE RIBEIRO MARTINS

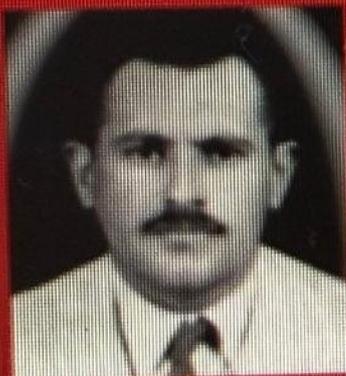
Página do jornal A NOITE, de 16 de fevereiro de 1957.

Referências

1. **Assembleia Legislativa de Alagoas**, arquivo;
2. **Anais do Senado Federal**, Livro I, Secretaria Especial de Editoração e Publicações - Subsecretaria de Anais do Senado Federal, pp 128/141;
3. **Cardoso, Oséas** - Um Vulcão em Alagoas (Prefácio de Humberto Gomes de Barros), edição Thesaurus, 2006;
4. **Diário do Congresso Nacional**, dias 23 de outubro de 1956, 9, de fevereiro de 1957;
5. **Episódios, Falcão, Djalma - de Djalma Falcão**, Coleção Machado de Assis, volume 30, Centro Gráfico do Senado Federal, 1979;
6. **Gazeta de Alagoas** - edições dos dias 17 e 19/7/1970;
7. **Gonçalves, Roberto** - Marques da Silva, A Morte Anunciada, de Roberto Gonçalves, Center Gráfica, 2005;
8. **Guedes, Zezito** - Arapiraca Através dos Tempos, edição de 1999;
9. **Jornal O GLOBO**, edição de 13 de fevereiro de 1957, acervo digital;
10. **Jornal CORREIO DA MANHÃ**, edição de 12 de fevereiro de 1957, primeira página;
11. **Jornal de Alagoas**, edição de 20 de setembro de 1979, página A/12;
12. **Jornal A NOITE**, edição 15,546, de 16 de fevereiro de 1957;
13. **Leal, Luís** - O Processo de Arapiraca (atuação do órgão do Ministério Público) - Promotor de Justiça Luís Leal - setembro de 1957;
14. **Nezinho, Ricardo** - Biografia Benício Alves de Oliveira, de Ricardo Nezinho, blog, 2009;
15. **Revista semanal MAQUIS**, 2ª. Quinzena - fevereiro de 1957;
16. **Revista semanal O CRUZEIRO**, 2 de março de 1957;
17. **Silva, José Marques da Silva** - Discursos, de Marques da Silva, Arquivo da Assembleia Legislativa, 1955, 1957;
18. **Tenório, Douglas Apratto** - A Tragédia do Populismo (O Impeachment de Muniz Falcão) - de Douglas Apratto Tenório, Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2ª. edição, 2007;
19. **Raízes de Arapiraca**, Maria Vieira Marques da Silva, 2ª. Edição, ano de 2019,
20. **Vieira, Pedro Soares** - arquivo da família.

**"Compadre, eles
vão matar todos
nós. Precisamos
agir antes."**

[Palavras do vereador
Domicio Alves de
Oliveira ao deputado e
compadre Marques da
Silva, antes de ser
baleado e morto]



**"Ademais, espero um dia, se Deus quiser,
poder fazer alguma coisa de bom por
aqueles que confiam em mim".**

**"Como vai você? D^a. Prazerinha?
Comadre Marinalva, os queridos primos
e os amigos, como estão?"**

[Trechos da carta inacabada encontrada no bolso da
camisa do deputado Marques da Silva quando foi
assassinado, e endereçada ao amigo e compadre
Pedro Soares Vieira, primo de sua esposa]